



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

**Viver na Conceição da Praia: população de cor e arranjos de moradia em
uma freguesia de Salvador (1824-1836)**

ANA CLÁUDIA DE JESUS LOPES

Salvador

2022

ANA CLÁUDIA DE JESUS LOPES

Viver na Conceição da Praia: população de cor e arranjos de moradia em uma freguesia de Salvador (1824-1836)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Escravidão e Invenção de Liberdade

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Iacy Maia Mata.

Salvador 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

L864 Lopes, Ana Cláudia de Jesus
Viver na Conceição da Praia: população de cor e arranjos de moradia em uma freguesia de Salvador (1824-1836) /Ana Cláudia de Jesus Lopes, 2022.
101 f.: il.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a Iacy Maia Mata.
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social. da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

1. História social. 2. Negros – Salvador (BA). 3. População. 4. Direito à moradia.
5. Habitação. I. Mata, Iacy Maia. II. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD: 363.51

Responsável técnica: Ana Cristina Portela de Santana - CRB/5-997

ANA CLÁUDIA DE JESUS LOPES

Viver na Conceição da Praia: população de cor e arranjos de moradia em uma freguesia de Salvador (1824-1836) explicar esse recorte temporal

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 15 de junho de 2022.

Banca examinadora:

Prof.^a. Dra. Iacy Maia Mata (PPGH/UFBA - Orientadora) Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas.

Prof.^a. Dra. Gabriela dos Reis Sampaio (PPGH/UFBA) Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas.

Prof.^a. Dra. Isabel Cristina Ferreira Reis (UFRB) Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas.



ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Ana Cláudia de Jesus Lopes		218122061	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO "Viver na Conceição da Praia: população de cor e arranjos de moradia em uma freguesia de Salvador (1824-1836)"			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Iacy Maia Mata - orientadora		668.667.235-15	
Gabriela dos Reis Sampaio (UFBA)		188.216.368-01	
Isabel Cristina Ferreira dos Reis (UFRB)		349.135.305-00	

ATA

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, em plataforma virtual, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado pela aluna Ana Cláudia de Jesus Lopes, mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Iacy Maia Mata, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadoras. Foi dada a palavra a autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela **aprovação** da aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação cumpre todos os requisitos exigidos para a obtenção do grau de mestre. A banca ressaltou a qualidade da pesquisa realizada, a destreza no manejo das fontes, a contribuição do trabalho para a temática e o uso dos mapas e imagens, mas destacou a necessidade de revisão dos quadros, tabelas e normatização da ABNT.

SSA, 15/06/2022: Assinatura da aluna:

SSA, 15/06/2022: Assinatura da orientadora:

*Dedico esse trabalho a minha amada mãe,
Clementina, e à memória a meu querido pai,
Terencio.*

AGRADECIMENTOS

Todo caminho é árduo e cheio de obstáculos e esse caminho com o qual sonhei e lutei tanto para trilhar não é diferente. Como diz a música *Dona de mim*, de Arthur Marques, interpretada por Iza, “me perdi durante alguns momentos tentando me achar” - caí, chorei, tive medo, desacreditei, pensei em desistir, mas continuei. Muitas vezes não foi por força própria, mas por incentivo, por palavras doces, duras (algumas vezes), porém cheias de encorajamento, que me fizeram chegar até aqui, o final. Porque se estou sentada escrevendo essas páginas significa que cheguei ao fim dessa estrada. Os próximos parágrafos são palavras dedicadas a agradecer a todos aqueles que estiveram presentes, ou ausentes, nessa caminhada e que em algum momento de inúmeras formas me ajudaram a chegar até aqui.

Meu primeiro agradecimento é por minha vida, logo, é para minha mãe, aquela que me concebeu; imagino que não tenha sido fácil criar uma filha na casa dos patrões, apesar de todo amor e cuidado que essa criança sempre recebeu e recebe até hoje daquela família. Esse é um agradecimento e pedido de desculpas por nunca ter expressado toda minha gratidão para você, minha mãe. Uma mulher pequena, forte e dura que me criou e me educou de forma firme e íntegra. Uma mulher que nunca esteve em uma escola durante sua infância e adolescência, que nunca teve educação formal, mas que sempre acreditou que aquela educação mudaria minha vida e trabalhou incessantemente, até os 70, anos como empregada doméstica com um único objetivo: minha formação. A meu pai, pelo amor, cuidado, carinho e por amar as palavras. Um homem que também não pôde estar na escola, mas que amava a leitura, aprendeu a ler sozinho, e sempre me presenteou com livros. Um homem politizado, que sempre me mostrou qual era o meu mundo, me fez ver a mulher negra que sou, me ensinou a amar minha pele, meu cabelo e entender qual era o meu lugar no mundo e que, para conquistá-lo, era necessário obter o conhecimento, e que sempre dizia “porque, minha filha, a única coisa que nunca vão lhe tirar é o seu conhecimento”. Obrigada aos dois por tudo.

O mestrado é composto por dois anos de estudo, no entanto, tivemos uma pandemia no meio do caminho que me fez perceber que nem tudo que planejamos para a nossa vida acontecerá como desejamos; a vida tem planos e, às vezes, o destino nos chama para desacelerar ou olhar o mundo de outras perspectivas. No meio desse percurso, tive algumas pausas provocadas por enfermidade de familiares, desencontro com o tema, ou comigo, e pela própria COVID, portanto, agradeço a Deus, às santas Dulce e Bárbara pelas graças alcançadas nessa caminhada que durou um pouco mais de dois anos.

A minha família, muito obrigada, em especial a Lorna, minha companheira de vida, por me apoiar todas as vezes que caí nestes últimos anos, por acreditar em mim até quando eu desconfiava, pelo amor e por me acompanhar nessa trajetória que foi voltar para a Bahia. A minha irmã amada, Auxiliadora, por todo amor, incentivo e horas de desabafo que trocamos nestes últimos anos. A minha tia Lúcia, que, sempre com muito amor e carinho, me alertou para a minha capacidade. A meu sobrinho amado, filho do coração, Diego, que neste último ano sempre esteve disposto a me ajudar.

Antes de iniciar o mestrado, fui formada pela UFRB, e digo formada não apenas academicamente, mas como pessoa. Estive durante seis anos em Cachoeira e lá pude beber de muitas fontes que ajudaram minha compreensão enquanto educadora, pesquisadora e historiadora. Quero agradecer a todos os docentes do curso de História da UFRB entre os anos de 2008 e 2014, em que estive como discente, e em especial a duas pessoas: o professor Luiz Antônio, que ainda no 4º semestre me indicou aquela fonte cheia de referência sobre moradia, que me ajudou na construção do TCC e me levou ao projeto de mestrado, e a professora Isabel Reis, que foi minha orientadora na graduação e que me direcionou no caminho da pesquisa, mas que para além disso me orientou na vida e na construção do meu trabalho com um carinho e uma atenção afetuosa. Ainda em 2016, quando estava completamente perdida sem saber ao certo os caminhos que deveria tomar, fui acolhida pela professora Lina Aras, que, com todo zelo e atenção, sem me conhecer, me mostrou a melhor direção. A Tamires, mesmo distante nestes dois últimos anos, sempre foi aquela amiga que me fez lembrar quais eram meus sonhos, que me incentivou, me chamou para a realidade e sempre abriu as portas de sua casa para me acolher, todas as vezes que precisei.

A Patrícia Verônica, amiga que a UFRB me deu para a vida, por ter me direcionado a pessoas que foram essenciais para que eu esteja hoje aqui. Por todas as vezes que usei seus ouvidos para desabafar e ela foi atenciosa e amiga, sabendo usar as palavras certas para que eu entendesse que era necessário respirar, engolir e continuar porque a vida não é fácil e, às vezes, parece que o mundo quer nos destruir, mas não vai conseguir. Obrigada, Paty, por tudo.

Carlos, por todas as vezes que com muita calma e atenção me escutou, aconselhou e abriu meus olhos para as discussões historiográficas, obrigada por compartilhar seu conhecimento atualizado e, também, por permitir o acesso a sua biblioteca cheia de títulos raros e uma bibliográfica fundamental para minha escrita que me ajudou muito nessa caminhada.

Juliana, amiga, irmã, companheira, por horas e horas de palavras, conselhos, trocas e muita irmandade.

Aos amigos e amigas que a vida me deu e que estão sempre me incentivando, ouvindo minhas queixas e me aconselhando: Sumaia, Tanise, Jamile (IFBA- Simões Filho), neste último ano Rosy e tantos outros.

Aos colegas da pós-graduação do ano de 2018 da linha de Escravidão e Invenção da Liberdade, que leram meu projeto e fizeram observações sobre novos caminhos que poderiam ser trilhados. Assim como às reuniões da Linha de Pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, que são aulas de historiografia e me ajudaram sempre a ampliar meu olhar sobre diversas questões e, também, a forma de pensar meu objeto.

A minha orientadora Iacy Maia, que no momento em que eu estava mais perdida acreditando que deveria continuar o mestrado, aceitou me orientar e, no nosso primeiro encontro, foi tranquila e atenciosa, como em todas as vezes em que nos encontramos, e por ter me mostrado que tínhamos um caminho para trilhar.

Ao professor João Reis pela indicação da documentação eclesiástica de batismo e óbito produzido por Dendê Bus, assim como pelas sugestões e correções, que foram fundamentais para entender os novos caminhos que deveríamos trilhar na construção da dissertação. Agradeço, também, pelas valiosas contribuições dadas na qualificação e por ter cedido a documentação da Devassa dos Malês.

A Gabriela Reis Sampaio pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação e na defesa. Seu olhar cuidadoso e preciso foi um grande balizador para, em momentos de confusão, decidir o caminho tomar.

Volto a agradecer à professora Isabel Reis que, no momento da defesa, reacendeu em mim o encantamento por meu trabalho e objeto de estudo. Ampliando meu olhar para novas possibilidades e como sempre me fazendo acreditar que eu sempre posso muito mais.

A Jamile Palafoz e Mona Lisa, que por tantas vezes trocamos áudios enormes sobre todas as coisas e, principalmente, sobre nossos trabalhos. Vocês me fizeram olhar o meu objeto de estudo de outra perspectiva, e nossos diálogos foram muito importantes para a construção dessa dissertação.

Aos colegas da turma de 2018. Em especial, a Neide, Iasmin, Tácio, Pablo e Cida, amigos da turma de 2018. E aos professores das disciplinas que foram tão importantes para essa construção.

Aos colegas do grupo Rebelados da APEB, que foram importantes naquele momento de sufoco de fechamento da APEB em 2019, em especial a Vinícius pelas trocas de informação, material documental e iconográfico, assim como a Urano Andrade, que sempre de forma

atenciosa tirou muitas dúvidas sobre documentos e caminhos para encontrar as informações que buscava. Aos funcionários da APEB, sempre tão atenciosos, em especial, Dona Marly (em memória), Nelson, Reinaldo, Jacione, Angela, Bárbara e Libânia e todos os outros, desde a portaria até a sala de consulta. A Adriana, do Arquivo Municipal de Salvador, pela atenção e disposição todas as vezes que precisei estar no arquivo.

À FAPESB pela bolsa concedida, que foi fundamental para que eu pudesse desenvolver esse trabalho.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que estiveram presentes em minha vida neste período do mestrado, alguns foram citados por terem sido mais frequentes nessa caminhada, mas a todos os amigos, colegas, familiares que acreditam em meu potencial e que torcem pela minha vitória. Essa dissertação não foi um trabalho que desenvolvi sozinha e só nunca conseguiria.

Essa ladeira
Que ladeira é essa?
Essa é a ladeira da preguiça
Essa ladeira
Que ladeira é essa?
Essa é a ladeira da preguiça.

Gilberto Gil

LOPES, Ana Cláudia de Jesus. Viver na Conceição da Praia: população de cor e arranjos de moradia em uma freguesia de Salvador (1824-1836). Orientadora: Iacy Maia Mata. 2022. 101f. Il. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós- Graduação em História), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2022.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar arranjos de moradia na Freguesia da Conceição da Praia, bairro comercial e portuário da cidade de Salvador, entre os anos de 1824 e 1836. Tomada por uma população escravizada e liberta, que, juntamente com a população branca, comerciante e /ou empobrecida, dividia os mais diversos espaços para viver. Além disso, mapeamos a Freguesia da Conceição entendendo como a população estava dividida entre ruas, becos, vielas e escadarias. Para nos ajudar nesse olhar sobre essa localidade, tomamos como base os registros eclesiásticos de batismo e óbitos produzidos por Dendê- Bus que trazem inúmeros indícios que nos ajudam a traçar possibilidades de como a população da Conceição da Praia vivia naquela localidade no período estudado. É através das descrições desse pároco sobre essa localidade e seus moradores que conseguimos mapear ruas, becos, vielas, praças. Utilizamos, também, na construção dessa narrativa, outras fontes, como: periódico, documentos policiais e dos juízes de paz, leis imperiais e posturas, para entender as relações cotidianas entre a população de cor liberta e escravizada e mapear as estratégias de negociação e arranjos para conseguir um lugar para descansar ao final do dia, ou simplesmente de maior privacidade para si e os seus.

Palavras- chave: População de Cor, Moradia, Conceição da Praia.

LOPES, Ana Cláudia de Jesus. Viver na Conceição da Praia: população de cor e arranjos de moradia em uma freguesia de Salvador (1824-1836). Orientadora: Iacy Maia Mata. 2022. 101f. Il. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós- Graduação em História), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2022.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the housing arrangements in the parish of Conceição da Praia, commercial and port neighborhood of the city of Salvador, between 1824 and 1836. Taken by a enslaved and liberated population, which, together with the white, merchant and/or impoverished population, divided the most diverse spaces in search of a place to live. In addition, we mapped the parish of Conceição understanding how the population was divided between streets, alleys, alleys and staircases. To help us look at this location, we base the ecclesiastical records of deaths produced by Dendê-Bus that brings numerous indications that help us to trace possibilities of how the population of Conceição da Praia lived in this locality in the period studied. It is through the descriptions of this parish priest about this locality and its residents that we can map streets, alleys, squares. We also use, in the construction of this narrative, other sources, as: periodical, police documents and judges of peace, imperial laws and postures, to understand the daily relationships existing between the liberated and enslaved colored population and map the negotiation strategies and arrangements to get a place to rest at the end of the day or simply a place of greater privacy for you and yours.

KEYWORDS: Black Population, Home, Conceição da Praia.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

Biblioteca Nacional Digital Brasil – BNDB

Arquivo Público do Estado da Bahia- APEB

Arquivo Histórico Municipal de Salvador- AHMS

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1- Vista da Cidade de Salvador da Baía de Todos os Santos	28
Figura 2 -Vista parcial de Salvador da Baía de Todos os Santos.....	40
Figura 3- Descida na Freguesia da Praia pelas Ruas dos Cais	41
Figura 4- Quitandeiras	45
Figura 5- Mercado na Bahia.....	45
Figura 6- Vista da 1º região da Conceição da Praia da Pedreira a Portas da Ribeira	51
Figura 7- Vista da 2º região da Conceição da Praia entre a Rua da Alfândega e Santa Bárbara	48
Figura 8- Vista da 3º região da Conceição da Praia entre o Guindaste dos Padres e a Praça do Comércio.....	51
Figura 9- Sobrados na Freguesia da Conceição da Praia	53
Figura 10- Casas Abarracadas.....	54
Figura 11- Destaque para a casa térrea entre os sobrados	54
Figura 12- Rua da Cidade da Bahia	56
Figura 13- Ladeira em Salvador.....	56

MAPAS

Mapa 1-- Salvador e seus Subúrbios em destaque a Freguesia da Praia.....	29
Mapa 2- Freguesia da Praia a partir das descrições do cônego Dendê Bus	44
Mapa 3- Endereço das moradias de escravizados	64
Mapa 4- Freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Praia.....	78

LISTA DE TABELAS / QUADRO

Tabela 1- Endereço das moradias de escravizados	49
Tabela 2- Arranjos de Moradia População de Cor	62
Quadro 1- Africanos moradores da Freguesia da Praia na Devassa dos Malês.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- População escravizada moradora dos Becos.....	59
Gráfico 2- Ruas com maiores números de escravizados.....	60
Gráfico 3- Ruas onde os africanos moravam “sobre si”.....	63
Gráfico 4- Ruas Conceição da Praia citadas no Levante.....	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1: RETRATO DO BAIRRO DA PRAIA	28
1.1. CONCEIÇÃO DA PRAIA: ESTRUTURA.....	28
1.2. CONCEIÇÃO DA PRAIA: LEIS, POSTURAS	33
1.3. CONCEIÇÃO DA PRAIA: INTERVENÇÕES URBANAS.....	40
CAPÍTULO 2: SÃO SETE CALÇADAS QUE LEVAM À CONCEIÇÃO.....	49
2.1. POPULAÇÃO NAS RUAS, BECOS E VIELAS	49
2.2. MORAR NO BAIRRO DA PRAIA	52
2.2.1. ESTRUTURAS RESIDENCIAIS.....	52
2.2.2. MORADIAS DA PRAIA.....	55
2.3. POPULAÇÃO ESCRAVIZADA E O MORAR POR SI.....	58
CAPÍTULO 3: CONFLITOS COTIDIANOS DA FREGUESIA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA	66
3.1. FISCALIZANDO CORPOS E MORADIAS.....	66
3.2. QUESTÕES EM TORNO DA MORADIA AFRICANA EM 1835.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIA	93

INTRODUÇÃO

Para estudar “moradia de preto” no início do século XIX, tomamos como base que ter um teto para viver era um privilégio social de uma parcela da população, prioritariamente branca e com recursos. E quando voltamos o olhar para a moradia dos escravizados, o “morar sobre si”, e da população liberta e livre, entendemos que em alguns momentos o morar não significava apenas um canto para descansar ou armazenar seus poucos bens materiais, como citou em *Rebelião Escrava* João José Reis.¹

Como veremos mais à frente, a população de cor soteropolitana lutava por um lugar de descanso em meio a ruas, vielas e becos, entre lojas, sobrados, sótãos, corredores e cozinhas. Essa era a dura realidade da maioria da população de cor do bairro da Praia. Em alguns momentos custeando suas moradias, em outros dividindo com parentes, colegas de trabalho e vida, viviam em uma sociedade que controlava e marcava seus corpos, suas moradias e suas vidas como suspeitos e marginalizados.

Como afirmam Gilberto Freyre,² Cecília Soares,³ João José Reis e Ana de Lourdes Costa,⁴ que estudaram os limites da rua e das residências, a primeira era majoritariamente um território dominado por uma população de cor, fosse ela liberta, escrava ou livre. Tomamos como base o olhar do cônego Manoel Dendê Bus por meio dos livros de batismo e óbito entre os anos de 1824 e 1836, os doze anos em que o pároco foi responsável religioso por essa freguesia. A escolha dessa documentação como fonte principal para analisar arranjos de moradia na Praia deve-se à riqueza de detalhes nos registros deste pároco sobre as pessoas e as relações pessoais e sociais.

Manoel Dendê- Bus era um pároco detalhista, tão minucioso que as informações trazidas por ele foram imprescindíveis para a construção deste trabalho. Para entender o padrão de registros eclesiástico analisamos, do mesmo período aqui estudado, os assentos de batismo e óbito das Freguesias do Paço e do Pilar.

Neste período a Freguesia do Santíssimo Sacramento do Paço teve como párocos: o Vigário Vicente Ferreira de Oliveira, que fazia um registro bem reduzido no livro de batismo

¹ João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 400 -407.

² Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 1998.

³ Cecília Moreira Soares. *A negra na rua, outros conflitos*. Salvador: NEIM/ UFBA, 2001.

⁴ Ana de Lourdes Ribeiro Costa, “Ekabó: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX” (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador, 1989).

registrando dia / local de batismo / nome do batizando / nação ou nacionalidade / idade real ou aproximada dos escravizados, para o que ele usava a expressão “mais ou menos” / condição / pais ou proprietários / padrinho e/ou madrinha / local de residência. Para o ano de 1824, no arquivo digital *FamilySearch* não se encontra o livro de óbitos, apenas o de matrimônios, que não utilizamos nesse estudo devido a este mesmo arquivo não conter os da Conceição da Praia para o período.

Já na Freguesia do Pilar, o pároco nestes anos era o Vigário Joaquim José Ferreira de Castro. Trazia informações como ano de inserção dos assentos no cabeçalho das páginas, mas era tão sucinto quanto o anterior nas informações do batismo ou óbito. Joaquim José foi pároco entre agosto de 1824 e novembro de 1824.

Depois assumiu o Vigário Feliciano Luiz de Almeida que seguiu a mesma forma de registro. De 1830 a 1838 todos os registros se restringem a quatro linhas. No entanto, em 1833, temos o registro do pároco Antônio José P. d' Eulália, um pouco mais detalhado, identificando a população branca. Esse não era um padrão dos registros eclesiásticos, a cor só era citada quando estavam se referindo à população de cor. Essa descrição também era feita por Dendê Bus. Com relação à idade ele apenas classificava se adulto ou párvulo.

Já no registro de óbito, pelo que verificamos, não existe um padrão para as notas da lateral, alguns párocos colocam cor, nome, estado civil, em outros casos só o nome. Nos assentos de óbito da Freguesia do Pilar, tanto Ferreira como Eulália colocavam data, local, motivo do óbito, nome, cor, estado matrimonial, idade, naturalidade e como foi encomendado, vestimenta e onde foi sepultado.

Já José Theófilo Ferreira da Rocha, que esteve nesta freguesia no ano de 1833, era mais detalhista que os outros citados acima. No ano de 1828, durante licença de Manoel Dendê Bus, ele o substituiu na Freguesia da Praia. Tanto nos registros da Praia como nos do Pilar, os sumários são mais detalhados com nome, cor, se adulto ou párvulo e condição. Na descrição do assento traz as mesmas informações dadas por Dendê Bus, como rua onde morava, se recebeu ou não sacramento, se deixou ou não testamento, cor de todos os assentados, como foi vestido, encomendado e onde foi sepultado, para os livros de óbito, muito semelhantes aos detalhes trazidos por Dendê Bus.

Nesse trabalho não estamos analisando ou estudando o pároco Manoel Dendê Bus, mas utilizando seus registros para mapear e entender a Freguesia da Conceição da Praia, seus moradores, ruas, becos, vielas, escadarias, e buscar identificar suas possibilidades de arranjos

residenciais. Mas acreditamos ser de grande importante falar um pouco sobre quem foi Manoel Dendê Bus.

Filho de Manoel Gonçalves da Costa e Catarina Maria de Jesus, ambos portugueses, Dendê Bus veio para o Brasil ainda jovem e na Bahia fez estudos particulares; com 27 anos foi ordenado presbítero, no ano de 1812; em 1813, foi nomeado vigário da Freguesia de Nossa Senhora d' Ajuda da Vila de Jaguaripe, no Recôncavo baiano. Em 1815 tornou-se professor de Gramática Latina na Vila Nova da Rainha e, no mesmo ano, em setembro, foi transferido para a Vila de Cachoeira. Manoel José teve sua história mudada após a guerra contra os portugueses, quando foi considerado personalidade de destaque nas lutas pela Independência na Bahia.⁵ Foi eleito pela Vila de Pedra Branca membro do Conselho Interino da Província.

No dia 6 de setembro de 1822, em Cachoeira, foi eleito para o governo provisório da Bahia e participou da expulsão das forças lusitanas, comandada pelo brigadeiro Inácio Madeira de Mello. Era figura de confiança de José Antônio da Silva Castro, avô de Castro Alves. Manoel José de Freitas atuou fortemente nos processos que foram cruciais para a Guerra da Independência, sendo um dos onze signatários que apresentaram sugestões e propostas para diversas questões de ordem política e militar. Segundo Magalhães, Manoel José de Freitas foi um defensor ardoroso da causa da independência e teria sugerido a execução de todos os europeus que residiam na colônia. Foi em meio às lutas que Manoel José de Freitas Baptista Mascarenhas se tornou Manoel Dendê Bus, no dia 14 de março de 1823, “mudança autorizada por despacho do governo e acompanhada do aviso público pela imprensa”.⁶

Após a expulsão das tropas portuguesas, Manoel Dendê Bus foi condecorado Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e da Ordem de Cristo.⁷ Em 27 de agosto de 1823 foi apresentado através de carta imperial como vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, tomando posse do cargo em 16 de janeiro de 1824. Em 22 de setembro de 1823 fora nomeado cônego honorário da Sé Metropolitana e em 1828 conseguiu a transferência da docência de latim para a capital da província. Por que falar tanto sobre o pároco que produziu as fontes principais para essa pesquisa? Simplesmente, pela complexidade e pelas qualidades enquanto produtor de um documento que mais tarde se tornaria histórico. Dendê Bus, mesmo sem saber, acabou produzindo um conjunto documental rico e cheio de detalhes, que foi o principal

⁵ Pablo Antônio Iglesias Magalhães. Deus e o diabo na biblioteca de um cônego da Bahia: o inventário dos livros do padre Manoel Dendê Bus em 1836/ rev. hist. (São Paulo), n. 171, p. 245-286, jul-dez. de 2014 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89013>.

⁶ Magalhães, Deus e o Diabo na Biblioteca de um cônego da Bahia, p. 249.

⁷ Magalhães, Deus e o Diabo na Biblioteca de um cônego da Bahia, p. 251.

responsável para que hoje eu pudesse pesquisar moradia na Conceição da Praia nas primeiras décadas do século XIX. São os detalhes encontrados nessa documentação que vão enriquecer este trabalho. Foi fundamental seu cuidado ao caracterizar as pessoas, fossem elas livres ou cativas, adultas ou crianças, assim como a preocupação com os detalhes sobre arranjos de moradia.

Os detalhes das descrições podemos notar nos trechos a seguir: *“Aos trinta de abril de mil oitocentos e vinte e cinco nesta Matriz Pus solenemente os santos óleos, tendo sido batizado a bordo da lancha na ocasião do naufrágio da Galera Brasileira Minerva na Ponta do Caixaprego da Barrafalsa por Dona Ana Pereira, casada, Minervina nascida a bordo da dita Galera na ocasião que desferrava na Bahia do Rio de Janeiro em três de março do corrente filha legítima de João Pedro de Souza de Oliveira e Dona Mariana de Souza de Oliveira que na dita galera navegação e presentemente moram à Preguiça. Assistiram às sagradas cerimônias o Major José da Lapa e sua mulher Dona Anna Margarida da Lapa. Do que para constar fiz e assinei este assento. O Con. Vig. Manoel Dendê-Bus”*.⁸

Em outro assento ele diz: *“Aos vinte e seis de novembro de mil oitocentos e vinte e seis, nesta Matriz, o Padre Antônio Thomaz de Aquino de licença minha, batizou solenemente a Joana, crioula com dois meses de idade, filha natural de Angelica, preta, solteira, escravas, aquela de José Rodrigues da Costa, branco, casado, e esta de Rita Marcelina de Trindade, branca, viúva e ambos à Rua da Preguiça. Foi padrinho Caetano Batista, branco, casado da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Do que para constar fiz e assinei este assento. O Cônego Manoel Dendê Bus”*.⁹

Já no dia *“cinco de outubro de mil oitocentos vinte e sete nesta Matriz, batizei solenemente a Benvinda, com um mês de idade filha natural de Thereza, bourbon, solteira, escravas de João Francisco Alvares, banco, casado, ao Cais da Louça. Forão padrinhos José Teixeira Pinheiro, branco e Maria da Assunção, crioula e escrava de Ana Maria da Conceição, branca todos solteiros e da mesma casa exceto a última. De que para constar fiz e assinei este*

⁸ "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-200,7" banco de dados com imagens, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8G9D-5R?cc=2177272&wc=M7Z1-T6K%3A369568701%2C370114901%2C370434101>: 24 de fevereiro de 2022), Salvador > Nossa Senhora da Conceição da Praia > Batismos 1824, Out-1826, agosto > imagem 18 de 62; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía).

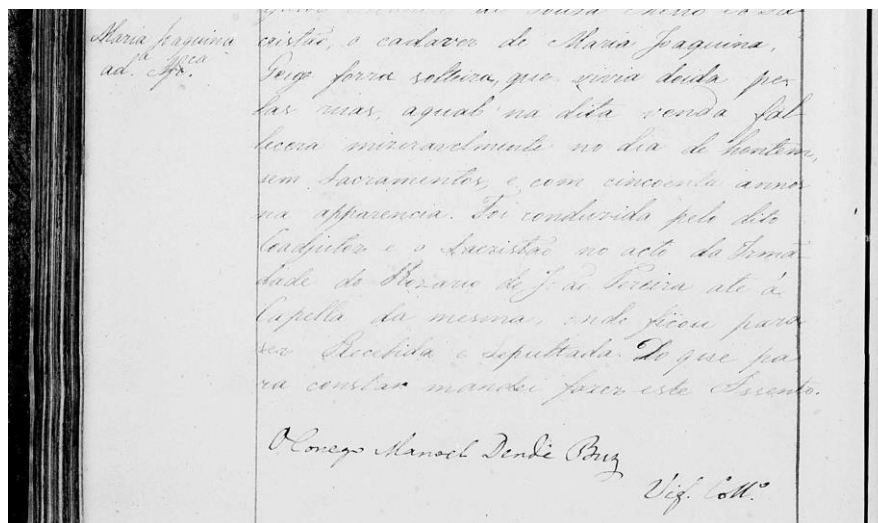
⁹ "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007," banco de dados com imagens, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8G99-YL?cc=2177272&wc=M7Z1-R6F%3A369568701%2C370114901%2C370440201> : 22 de maio de 2014), Salvador > Nossa Senhora da Conceição da Praia > Batismos 1826, Ago-1834, fevereiro > imagem 11 de 332; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía).

assento. O cônego Manoel Dendê Bus.”¹⁰ A informação que conseguimos captar sobre a Conceição da Praia e alguns de seus moradores, assim como das relações cotidianas estabelecidas entre eles, são alguns indícios que conseguimos obter através dos registros de Dendê- Bus.

Vejamos agora alguns registros de óbito:

“Aos vinte e seis de julho de mil oitocentos e trinta, nesta Freguesia, à Rua das Pedreiras, em uma casa de venda de Maria de São Miguel, crioula, forra, solteira, moradora à Ladeira da Preguiça, foi encomendado pelo meu reverendo Coadjutor Manoel de Souza Mello e o sacristão, o cadáver de Maria Joaquina, jeje, forra, solteira, que vivia pelas ruas, a qual na dita venda falecera miseravelmente no dia de ontem, sem sacramento e com cinqüenta anos na aparência. Foi conduzida pelo dito Coadjutor e o sacristão no ato da Irmandade do Rosário de João Pereira até à Capela da mesma, onde ficou para ser recebida e sepultada. Do que para constar mandei fazer este assento.

*O cônego Manoel Dendê Bus”*¹¹



Fonte: FamilySearch- Registros da Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição da Praia, 1830.¹²

¹⁰ "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007", banco de dados com imagens, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8G9M-YL?cc=2177272&wc=M7Z1-R6F%3A369568701%2C370114901%2C370440201>): 22 de maio de 2014), Salvador > Nossa Senhora da Conceição da Praia > Batismos 1826, agosto de 1834, fevereiro > imagem 51 de 332; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía).

¹¹ "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007," banco de dados com imagens, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8P9V-YD?cc=2177272&wc=M78M-8WL%3A369568701%2C370114901%2C370588801>): 22 de maio de 2014), Salvador > Nossa Senhora da Conceição da Praia > Óbitos 1828, Jun-1834, Maio > imagem 74 de 204; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía).

¹² Item 11.

Existiam pessoas que acabavam levando seus entes após a morte para serem sepultados em outras freguesias e nesses casos Dendê Bus deixou explícito sua indignação, como se vê abaixo:

“Aos cinco de abril de mil oitocentos e vinte e nove, nesta freguesia, à Rua dos Algibebes, em casa de Francisco Durães Sampaio, crioulo, forro, solteiro, faleceu de indigestão, sem sacramento, e com setenta anos na aparência, Josefa Maria da Conceição, jeje, forra, solteira, Mãe do sobredito Durães. Foi de noite clandestinamente e à minha revelia conduzida para a Capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros, onde foi recebida depois de ter o sobredito veio no dia seguinte dar a competente satisfação e pagar o que pertencia a esta Igreja Matriz, donde era freguesa; que assim o exigiu a poder receber e encomendar o Reverendo Vigário Collado da Freguesia da Rua do Paço, de que é filial aquela Capela do Rosário. Do que para constar fiz, e assinei este assento.

O Cônego Manoel Dendê Bus”¹³

Um ponto a se observar sobre Dendê- Bus é seu conhecimento sobre a vida e as relações das pessoas era algo importante para ele. Pela descrição, o que sentimos que ele sabia de tudo e que interferia em tudo que acontecia na Freguesia da Praia no tempo em que foi pároco.

No ano de 1757, a Praia tinha 5.464 habitantes dividindo 868 fogos,¹⁴ o que correspondia a 14,6% da população total nas freguesias urbanas de Salvador.¹⁵ Em 1774, esse número subiu para 8.017 almas em 913 fogos.¹⁶ Isso significa que à medida que a população crescia mais casas eram subdivididas. Em 1775, havia a mesma quantidade de almas, porém

¹³ "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007," banco de dados com imagens, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8P9K-4P?cc=2177272&wc=M78M-8WL%3A369568701%2C370114901%2C370588801>: 22 de maio de 2014), Salvador > Nossa Senhora da Conceição da Praia > Óbitos 1828, Jun-1834, Maio > imagem 28 de 204; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía).

¹⁴ O termo “fogo” significando o domicílio tem suas origens em Portugal, onde em algumas regiões costumava-se acender o fogo dentro de casa, contrastando com outras onde a cozinha situava-se fora do corpo da casa. Este fogo no interior da casa era aceso sobre uma pedra chata, rebaixada no chão, chamada “lar” ou lareira, e era o entorno desse “fogo” que se considerava a unidade habitacional. (Costa, “Ekabó”, p. 178, apud, Carlos A.C. Lemos. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1978). Além disso, o termo “fogo” é quase universal na denominação das moradias ao longo da História, remontando, no caso Europeu, ao Império Romano e presente em outras civilizações e sociedades.

¹⁵ Thales Azevedo, *Povoamento da cidade do Salvador*, Salvador: Itapuã, 1955, p. 188.

¹⁶ Azevedo, *Povoamento da Cidade*, p.190.

com 10 fogos a menos.¹⁷ Soares¹⁸ analisando os livros de batismo de 1700 a 1751, notou que os africanos batizados nesse período foram um total de 2.103, tendo uma incidência maior os minas, depois os gentios da Costa e Moçambique.

Na Conceição da Praia, no século XVIII e início do XIX, a presença da população de cor e africana era muito forte. O cônego Dendê Bus fez um levantamento entre os anos de 1821 a 1832 dos atos de batismo da Paróquia e computou um total de 3.062 almas, sendo 534 pessoas de cor livre nascidas no Brasil, 19 forasteiros de cor livre, 559 escravos crioulos e 1428 escravos africanos.¹⁹ Já no ano de 1855, pelo censo provincial, eram 8.162 almas divididas em 537 casas.²⁰ No primeiro censo nacional, no ano de 1872, a mesma localidade tinha 4.340 habitantes sendo 640 casas habitadas, 7 casas desabitadas e 713 fogos.²¹ De 1774 a 1872, 98 anos depois, a localidade contava com 200 fogos a menos e quase metade da população.

No ano de 1847, a Secretaria de Polícia da Bahia informava, através de um mapa demonstrativo, a quantidade de africanos libertos que exerciam atividades nas freguesias da cidade; no bairro da Praia foram contabilizados 218 trabalhadores, sendo 90 homens e 128 mulheres. Exercendo atividades que iam desde alfaiates, mendigos, acendedores de lampião e outros. A Conceição da Praia tinha a presença significativa de libertos exercendo as atividades que foram denominadas de empregos, ofícios ou negócios, como barbeiros (6), acendedores de lampião (12), calafates (4), carvoeiro (6), carnicheiros (7), ganhadores (60), lavadeiras (5), negócios diversos (17), pedreiros (4), quitadeiras (70), remadores de saveiros (10), serviços domésticos (7). Executando as outras 31 atividades haviam em torno de uma a três pessoas.²²

Para Nascimento (2007) e Mattos (2008), ao longo do século XIX, a Conceição da Praia deixou de ser uma opção de moradia para a população trabalhadora de cor. Em *Negros Contra a Ordem*, Wilson Roberto de Mattos afirma que a Conceição da Praia, entre 1855 e 1872, era uma das localidades onde se encontrava o maior número de brancos residentes. Confirma que

¹⁷ Tavares, *História da Bahia*, p. 192; Segundo Nascimento (2007) eram 525 casas em 1775.

¹⁸ Carlos Eugênio Líbano Soares, “Nas quitandas, moradias e zungus: fazendo gênero”, in Juliana Barreto Farias (org.), *Cidades Negras* (São Paulo: Alameda, 2006).

¹⁹ Livro de Registro de Batismo, 1834-1844, FamilySearch, Salvador, Nossa Senhora da Conceição da Praia, <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:93928G145cc=2177272&wc=>>>, acessado em 20 de agosto de 2019 às 8:00.

²⁰ Nascimento, *Dez Freguesias*, p. 110.

²¹ Recenseamento do Brasil, 1872, IBGE- Biblioteca, Liv25477_v3_ba< biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> acessado em: 19/03/2020 às 19:21.

²² Mapa Demonstrativo de número de africanos libertos com declaração de negócio em que se empregam, 20/03/1847, Arquivo Nacional, Ministério da Justiça- Ofícios da Secretaria de Polícia, Código do fundo: AI, nº: IJ 403.

a proporção de “negros moradores” é baixa, se comparada a outros locais como a Freguesia de São Pedro que, em 1872, chegava a ter 74,8% de moradores de cor. Uma das hipóteses trazida pelo autor é o aumento do número de ganhadores residentes na segunda metade dos Oitocentos. Desta forma, o bairro da Praia, que, no início do século XIX era uma opção de moradia para libertos, livres de cor e escravizados, foi perdendo lugar para Sé e São Pedro Velho, principalmente, porque a Sé, ao longo do século XIX, viu aumentar a quantidade de estabelecimentos de comércio varejista, antes uma prioridade da freguesia comercial da parte baixa, o que levou ao aumento de ganhadores nessas localidades, tanto para trabalhar como para habitar. Porém, sua característica de bairro portuário e com muito movimento durante o dia permaneceu por todo o Oitocentos.

Salvador permaneceu, principalmente na primeira metade do século XIX, densamente africana. Uma cidade com forte presença da população negra e trabalhadora. Em 1830, segundo João José Reis,²³ 63% eram escravizados nascidos no além-mar, e 70% dos moradores eram negros ou mestiços. Esses trabalhadores de rua escravizados e libertos são parte da história que pretendemos contar nessa dissertação. E para isso utilizaremos registros eclesiásticos de óbito entre os anos de 1824 a 1836, fazendo assim uma amostragem da população que habitava a Freguesia da Praia.

Os registros de óbitos produzidos por Dendê Bus trazem inúmeros indícios que nos ajudam a traçar possibilidades de como a população da Conceição da Praia viveu nessa localidade no período de 1824 a 1836. Para traçar o cotidiano daquela população contamos com esta documentação e outras fontes, como: periódicos, maços coloniais e provinciais, documentação policial e dos juizes de paz, inventários, testamentos, anais da Devassa do Malês, Leis Imperiais e Posturas.

Mapeamos a Freguesia da Praia com base nos relatos produzidos por Manoel Dendê Bus em seus assentos, além disso traçamos um perfil étnico de alguns moradores, identificamos algumas relações pessoais, visando identificar as estratégias enfrentadas pela população trabalhadora para viver ali.

Esta dissertação foi muito influenciada pelo trabalho do professor João José Reis,²⁴ em especial, a seção “Arranjos de vida: os africanos na intimidade”, do livro *Rebelião escrava no Brasil*, que estuda arranjos de residência, analisando com maior ênfase as lojas, que eram locais

²³ João José Reis, “Entre parentes: nações africanas na cidade da Bahia, século XIX”. In Evergton Sales Souza; Guida Marques; Hugo R. Silva. (orgs.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. 1ªed. (Salvador e Lisboa: EDUFBA e CHAM, 2016), v. 1, p. 275.

²⁴ Reis, *Rebelião Escrava*, pp. 400-440.

alugados com maior frequência por escravizados e libertos. O autor argumenta, e nós concordamos, que os arranjos se davam por relações étnicas, amorosas e de clientelismo ou paternalismo. Também Ynaê Lopes, em “Além da Senzala”,²⁵ estuda arranjos de moradia na Corte entre 1808 e 1850, apresentando como a cidade do Rio de Janeiro vai, ao longo daqueles anos, se organizando sob o controle, a coerção e a vigilância das moradias da população não branca.

Esse trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro, “Retratos do bairro da praia” começamos com um panorama da Freguesia da Conceição da Praia, apresentando suas ruas, becos, vielas, cais e porto. Em seguida, discutiremos as leis e posturas. As leis estabeleciam algumas questões em torno da administração e formas de viver na cidade. É interessante pensar como cidades negras, como Salvador, que tiveram como mola propulsora a escravização de africanos e seus descendentes, foram, ao longo do século XIX, se reconstruindo urbanisticamente, construindo leis e posturas que controlavam e atingiam diretamente a vida da população mais pobre e trabalhadora. Ainda nesse primeiro capítulo abordaremos algumas intervenções urbanas que tinham como ideias centrais a ordem, a obediência e a uniformidade, e como pensar esses três pilares em cidades negras, como Salvador? Civilizar, segundo Gina Marocci, significava urbanizar. A cidade civiliza o homem pensando na promoção do progresso e no bem-estar.²⁶ E finalizamos falando sobre o porto, um espaço importante da Freguesia da Praia. Pois, além das questões econômicas, de transferência de produtos e da questão escravista, o porto permite o intercâmbio cultural, social e espiritual. Pelo porto não chegavam apenas pessoas, mercadorias, mas, também, doenças, informações de diversos lugares que animavam os moradores locais e que eram levadas da capital para o interior da província.

No segundo capítulo, “São sete calçadas que levam à conceição”, apresentamos a freguesia da Praia através da documentação eclesiástica produzida por Dendê-Bus e de relato de viajantes, também identificamos as estruturas residenciais do bairro da Praia. Assim como analisamos as moradias de escravizados e os arranjos de moradia, mais presentes associados a eles.

E no último capítulo, “Conflitos cotidianos da freguesia da conceição da praia”, abordaremos questões em torno das diversas formas de uso que a população de cor fazia do espaço de moradia. Paralelo a isso, vamos analisar, também, como as estruturas governamentais

²⁵ Ynaê Lopes Santos, *Além da Senzala: arranjos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*, São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

²⁶ Gina Veiga Pinheiro Marocci, “Idealização Urbana no Governo do Conde dos Arcos”, in Jaime Nascimento, Hugo Gama (orgs.), *Urbanização de Salvador em três tempos*, Salvador: Instituto Geográfico da Bahia, 2011 pp. 83-111.

e de segurança criaram instâncias para fiscalizar, vigiar e punir em regiões onde viviam os que aquela sociedade considerava suspeitos. Nesse capítulo ainda analisamos as múltiplas formas de uso que a população de cor dava a seus lares, e entender, no ano de 1835, o papel dos africanos, livres ou libertos, nas questões em torno da moradia.

CAPÍTULO 1: RETRATO DO BAIRRO DA PRAIA

1.1. CONCEIÇÃO DA PRAIA: ESTRUTURA

“Cidade Baixa, cidade suja, mas cidade muito viva. Os pregões dos vendedores ambulantes se mesclavam à melopeia bem ritmada dos carregadores negros curvados sob pesadas cargas, em seu vaivém. Cidade suja, mas colorida, inclusive pelas roupas e as peles variadas da sua gente. Verdadeira cidade-porto, onde o mais humilde acotovelava o mais insigne nos afazeres da vida cotidiana.”

Kátia Mattoso

Figura 1- Vista da Cidade de Salvador da Baía de Todos os Santos²⁷



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital, 1801

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia foi criada no ano de 1623, a terceira na cidade de Salvador, quando desmembrou-se da Sé, que junto com a Vitória foram as primeiras freguesias, ambas criadas em 1552.²⁸ Considerada a sede do comércio da capital baiana, o bairro da Praia, como era conhecido na época, até a década de 1720 era composto por duas paróquias, Nossa Senhora da Conceição da Praia e Nossa Senhora do Pilar, e tinha como limite o Cais do Sodré, onde se encontravam vários trapiches e cais particulares.²⁹ Como vemos na Figura 1, a Praia localizava-se na região da cidade baixa, que estava no nível do mar, tinha uma estreita faixa de terra entre o sopé da encosta e a Baía de Todos-os-Santos, estendendo-se

²⁷ Biblioteca Nacional Digital Brasil (BNDB), Manuscritos, Mapa da Vista Panorâmica de Luís dos Santos Vilhena, 1801, coleção Benedicto Ottoni. Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22234.

²⁸ Marcos Paraguassu de Arruda Câmara, “Conceição e Pilar: Freguesias Seculares do Centro Econômico e do Porto de Salvador até o século XIX”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1988), p. 109.

²⁹ Cândido Eugênio Domingues de Souza, “Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da Cidade da Bahia de Souza.” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2011), p. 51.

da Ladeira da Preguiça, a Norte, até a Praça do Comércio, na parte Sul,³⁰ como vemos no Mapa 1, e era considerada o coração do distrito comercial.³¹

Mapa 1-- Salvador e seus Subúrbios em destaque a Freguesia da Praia³²



Fonte: Biblioteca Nacional, acervo digital.

³⁰ Costa, “Ekabó”, p.160.

³¹ João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991, p. 28.

³² Biblioteca Nacional Digital do Brasil (BNDB), Cartografia, Mapa Topográfico da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios de Carlos Augusto Weylle, 1851. Disponível em Acervo Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart523945/cart523945.jpg. Acessado em: 18 de setembro de 2023.

Uma freguesia movimentada durante o dia por ser o centro comercial da capital baiana, como foi citado na epígrafe acima e por alguns viajantes que estiveram nessas terras no período aqui estudado. As ruas estreitas da Conceição da Praia eram ocupadas por trabalhadores que viviam do serviço ambulante, e muitas vezes se dividiam entre o serviço doméstico e do ganho.³³ Além de trabalhadores de rua, era ocupada pelas mais diversas variedades de lojas que iam desde secos e molhados a estabelecimentos que vendiam livros, roupas, tecidos simples e importados de muitas variedades. Podemos dizer que na Praia o que você procurasse naquele período, encontrava.

Nessa freguesia comercial, o morador da época encontrava desde carne seca até tecidos advindos da Europa. Algumas ruas eram destinadas a atividades específicas, como a Rua dos Ouveiros. Segundo Nascimento,³⁴ a Conceição da Praia era uma freguesia ocupada por portugueses (comerciantes), mas também por costureiras brancas e donas de casa. Além disso, tínhamos locais, como a Praça do Mercado, localizada na Praça de São João, onde havia lojas de livros, de utensílios e acessórios, como: sombrinhas, chapéu de sol, drogarias, lojas de fazendas para moda, lojas de miudezas, lojas de modas, hotéis, alfaiataria, relojoaria, joalheria e tipografia. Além disso, como já vimos, nessa região estava o Mercado de Santa Bárbara, cantos de ganhadores, além de diversas ganhadeiras trabalhando e mercadejando pelas ruas. Nesse sentido, a Freguesia da Conceição da Praia tinha uma forte característica de comércio atacadista, mas também abrigava setores que vendiam através do comércio varejista.

Era um bairro tão comercial que muitas ruas foram denominadas por ofícios, como Beco dos Tanoeiros, Beco dos Calafates, Rua dos Caldeireiros, Rua das Grades de Ferro, Rua dos Ouveiros. Outras receberam o nome de nações de africanos que dominavam o serviço naqueles logradouros, como o Beco do Nagô. Assim como, ruas que eram identificadas por elementos que ali existiam: Rua do Guindaste dos Padres, que no início do povoamento da freguesia chamava-se Rua Direita da Praia, e nela foi construída um cais pelos jesuítas. O Guindaste servia como transporte das mercadorias dos religiosos entre a cidade baixa e alta, visto que esse guindaste tinha como destino o Colégio, na região da Freguesia da Sé.³⁵

A Rua da Preguiça era considerada torta e imunda por Vilhena,³⁶ e, quase dois séculos depois, a Ladeira da Preguiça cantada por Gilberto Gil. O cantor e compositor usa um tom de

³³ Costa, “Ekabó”, p. 184.

³⁴ Nascimento, *As Dez freguesias*, pp. 124-130.

³⁵ Livro do Arquivo Municipal

³⁶ Biblioteca Nacional Digital Brasil (BNDB), Manuscritos, Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília: Tomo I de Luis dos Santos Vilhena, 1802,

perplexidade e questionamento sobre aquela ladeira que permanecia íngreme. No entanto, voltando às definições de Vilhena sobre a imundice da Rua Preguiça, seria porque ali viviam muitos pretos? Pela pequena amostragem que fizemos neste trabalho percebemos que a quantidade de pessoas de cor morando nesse logradouro era superior a população branca. Sabemos que essa ladeira era usada como acesso entre as duas cidades, alta e baixa, e quem fazia o trajeto carregando mercadorias e gente eram as pessoas de cor, fossem elas escravizadas, libertas ou livres. Como no Brasil se criou um hábito de associar preguiça a pessoas pretas, pode ser que o nome da rua tenha esse sentido.

No caso da Fonte do Pereira/Fonte dos Padres nessa época não existia a distribuição de água pela cidade através de rede de encanamento, por isso nas freguesias havia vertentes de água em que eram colocadas bicas e onde os escravizados ou libertos faziam apanhavam a água que distribuíam pela cidade, assim como as lavadeiras as usavam para lavar roupas. A Fonte dos Padres ganhou esse nome porque todas as casas naquela localidade pertencerem aos jesuítas e, mesmo após a mudança da fonte devido ao melhoramento urbano, a rua continuou sendo chamada assim.³⁷

Muitas ruas na Freguesia da Praia eram denominadas com pontos de referência (o elemento que tinha naquele lugar dava nome), como: Rua das Pedreiras, Rua dos Cais, Rua da Alfândega. Ou com nomes que dão indícios de como aquela população enxergava quem ali vivia ou ocupava por motivo de trabalho, como: Beco da Luxúria, Beco do Sujo, Beco do Grelo e outros.

Além de local de trabalho para muitos africanos e seus descendentes, libertos e escravizados, e de inúmeras casas comerciais, a Freguesia era também residência de muitos desses trabalhadores. Diferentemente de suas vizinhas (Freguesia da Sé, do Paço, São Pedro Velho, Pilar e até mesmo Santo Antônio Além do Carmo), que eram dominadas por residências, na Conceição da Praia o comércio andava de mãos dadas com a moradia dos donos de lojas, comerciantes, muitos deles portugueses, de libertos, escravizados, estrangeiros e uma população de cor livre. Estudando o século XVIII e analisando os personagens do tráfico atlântico do mesmo período, Souza³⁸ percebeu que na Praia havia uma “forte presença dos homens de negócio, mercadores e comerciantes”.³⁹

(BNDB)http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304880/mss1304880.pdf. Acessado em 10 de agosto de 2019 às 13:00.

³⁷ Livro do Arquivo Municipal

³⁸ Souza, “Perseguidores da Espécie”, pp. 219.

³⁹ Souza, “Perseguidores da Espécie”, p.58.

Segundo Dendê Bus, entre os anos de 1823 e 1832, no batismo foram identificados 3.064 indivíduos; destes, 1.077 eram livres e 1.987 escravizados; entre os escravizados, 1.428 eram africanos e 559 eram crioulos. Havia nesse quantitativo um número maior de “párulos” (1650) e 1414 adultos. A maior quantidade de africanos do que crioulos é algo esperado, porque a quantidade de africanos que entravam no Brasil através do tráfico é superior à quantidade de filhos de africanos que nasciam na escravidão. Fazendo uma busca pelo site *Slave Voyages* entre os anos de 1823 e 1832, o mesmo recorte temporal do banco de dados que construímos a partir dos registros eclesiásticos de Dendê Bus, desembarcaram na Bahia um total de 78.579 africanos escravizados. Desse universo, cerca de 1% foram batizados nesta freguesia. Soares,⁴⁰ analisando os livros de batismo da Conceição da Praia de 1700 a 1751, notou que os africanos batizados nesse período naquela matriz foram um total de 2.103, tendo uma incidência maior os minas, depois os gentios da Costa e Moçambique. Pensando na análise de Soares, e tomando como base os números para o início do século XIX, o batismo de africanos escravizados na freguesia da Praia em um período de 11 anos foi 67% a mais que os 51 anos analisados por ele.

Foram registrados 1.440 óbitos, sendo 876 adultos e 564 párulos. Os registros de óbitos produzidos por Dendê Bus trazem inúmeros indícios que nos ajudam a traçar possibilidades de como a população da Conceição da Praia viveu nessa localidade no período de 1824 a 1836. Para traçar o cotidiano daquela população contamos com esta documentação e de outras fontes, como: periódicos, maços coloniais e provinciais, documentação policial e dos juizes de paz, inventários, testamentos, anais da Devassa do Malês, Leis Imperiais e Posturas.

Havia ali uma forte presença de população negra e trabalhadora. Foi na Conceição da Praia que Vitorino saiu da casa de seu senhor, na Rua da Fonte dos Padres, para sua tarefa diária no ganho - não sabemos se tinha um ofício ou com o que trabalhava especificamente. Vitorino era africano, como tantos outros trabalhadores e moradores do bairro da Praia, de nação mina, solteiro e com 22 anos na aparência. Ao passar por uma rua teve o triste azar de um pote cair em sua cabeça, ou como muito bem colocou Dendê Bus, “ou um pote atirado sobre a sua cabeça”, incidente que o levou à morte no ano de 1828.⁴¹ Não sabemos se Vitorino tinha algum

⁴⁰ Carlos Eugênio Líbano Soares, “Nas quitandas, moradias e zungus: fazendo gênero”, in Juliana Barreto Farias, Flávio dos Santos Gomes, Carlos Eugênio Líbano Soares, Carlos Eduardo Moreira de Araújo (orgs.), *Cidades Negras* (São Paulo: Alameda, 2006).

⁴¹ FamilySearch Database, Salvador, Livros de Óbitos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia entre 1810, janeiro a 1828, maio, Registros da Igreja Católica, 1598-2007, imagem 315 de 323. Disponível em <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:93928P9KGP?cc=2177272&wc=M7Z11Z9%3A369568701%2C370114901%2C370568801>. Acessado em: 10 de setembro de 2023.

desafeto que tivesse atirado o vaso e nem tão pouco sabemos em que rua esse acidente aconteceu.

No entanto, essa questão de vasos sobre sacadas era algo discutido e presente nas Posturas Municipais que foram implementadas em Salvador nos anos de 1830. Se o ocorrido com Vitorino foi acidente ou homicídio, não saberemos. Mas podemos, sim, entender essas leis administrativas que tinham como função disciplinar a população.

1.2. CONCEIÇÃO DA PRAIA: LEIS, POSTURAS

As posturas municipais foram resultado da Lei Imperial de 1828. Essa Lei estabelecia normas de administração e formas de viver na cidade. É interessante pensar como cidades negras, como Salvador, que tiveram como mola propulsora a escravização de africanos e seus descendentes, foram, ao longo do século XIX, se reconstruindo urbanisticamente, construindo leis que controlavam e atingiam diretamente a vida da população mais pobre e trabalhadora. Sendo assim, em alguns momentos, diálogo com a História da Cidade e História Urbana para entender alguns processos que se refletiram na vida dos moradores da Conceição da Praia.

A Lei Imperial de 1º de outubro de 1828 “dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições e o processo para a sua eleição e dos juizes de Paz”.⁴² Esta legislação estabeleceu os processos para eleições desses cargos, assim como incluiu, no Título III, Posturas Policiais, indicações do que, a partir daquele momento, as províncias precisavam estar atentas para as dinâmicas nas cidades e vilas. É importante salientar que o cargo de juiz de paz foi instituído pela lei de 15 de outubro de 1827, em que o imperador Pedro I criava em cada freguesia e nas capelas curadas um Juiz de Paz e um suplente. O juiz de paz será o símbolo da justiça, da manutenção da ordem, da vigilância nas freguesias até porque somente na segunda metade do século XIX que são instituídos os cargos de delegados e subdelegados. Desta forma, competia a eles: conciliar as partes; julgamento de pequenas demandas até o valor de 16\$000; fazer separar os ajuntamentos em que se manifestasse perigo de desordem ou a manutenção da ordem; colocar bêbados de custódia; destruir quilombos e providenciar que não se formassem; fazer corpo de delito; interrogar delinquentes e testemunhas, assim como mandar escrever o resultado do interrogatório e se provado que seja delinquente, mandava prendê-lo na conformidade da Lei, remetendo imediatamente com o interrogatório ao juiz criminal

⁴² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Disponível no site do Governo Federal. Acessado em: 10 de maio de 2023.

respectivo; ter uma relação de criminosos para prendê-los quando se acharem no seu distrito; fazer observar posturas policiais das Câmaras; entre outros.⁴³

Sendo assim, muitas posturas elaboradas ao longo do século XIX foram resultado da Lei Imperial de 1828. As posturas de Salvador de 1830, por exemplo, estabeleciam a construção de elementos urbanos que fossem utilizados para benefícios comuns a todos, como praças, fontes, pontes, calçadas, chafarizes, aquedutos e outros. Além disso, chamava atenção para as condições dos prédios em ruínas, tomando como base o cuidado com os transeuntes. Alertava para os barulhos em momentos que deveriam ser de silêncio, para as injúrias e obscenidades contra a moral pública e para a presença de animais soltos pela rua, matadouros e outras questões.

Todos os setores que se ocupavam da condução da cidade acabaram sendo afetados pelas Posturas Policiais criadas pela Lei Imperial de 1828. Pensando nessas questões, e buscando entender como essas leis e posturas acabavam atingindo a população trabalhadora da Conceição, tanto nas ruas quanto em suas residências, vamos analisar alguns casos. As leis e posturas existiam, em seu sentido administrativo, para pensar e direcionar as formas como a sociedade deveria viver a vida cidadina, mas também buscavam solucionar questões que eram problemáticas no período.

Assim como no caso dos passeios ou das frentes das residências, as posturas determinavam várias normas para os moradores e transeuntes, como o comércio ambulante, a instalação de quitandas e barracas. Já nas primeiras décadas dos Oitocentos, uma nova cultura começava a ser instalada na sociedade soteropolitana, a inserção de passeios ou calçadas que servissem de base para que a tubulação desaguasse água das casas nas ruas, passando por debaixo desses. No ano de 1830, a postura de nº 131 tornava obrigatório que em ruas cujo calçamento fosse novo os donos das residências fizessem os calçamentos no prazo de um ano.

Com relação à construção ou reformas de prédios residências e/ou comerciais, ficava proibido o depósito de materiais de construção nas calçadas, assim como os andaimes utilizados nas construções para não atrapalhar o trânsito.⁴⁴ Ficava proibido, também, edificar ou reedificar prédios e casa de moradia em qualquer lugar da cidade, fossem em ruas, becos ou povoados.

⁴³ https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38396-15-outubro-1827-566688-publicacaooriginal-90219-pl.html. Acessado em: 10 de maio de 2023.

⁴⁴ A proibição não era apenas para os entulhos de construção; era estendida a qualquer lixo residencial, assim como restos de comida vendida nas ruas, animais mortos, fezes etc. Pois, durante todo o século XIX, acreditava-se que os odores gerados pelo acúmulo de lixo deixado pelas ruas, becos e praças eram causadores da poluição dos ares e que causavam o miasma, assim como os enterros fora dos muros. Sobre isso, ver David, *O inimigo Invisível*; Santo, “Lixos, entulhos e imundices” e Reis, *A morte é uma festa*.

Outro problema ligado à limpeza das residências e das ruas eram os canos residenciais,⁴⁵ um problema de higiene pública da cidade da Bahia, pois estes conduziam às ruas águas dos serviços domésticos.⁴⁶ Como não existia um sistema eficaz de saneamento sanitário municipal, essas águas pútridas, que escorriam a céu aberto, acabavam poluindo o solo e logo afetavam os poços subterrâneos, que serviam para o abastecimento de água da população soteropolitana.

Com relação aos dejetos das casas, ficou estabelecido que fossem levados ao mar em vasilhas cobertas, depois das oito horas da noite, e aqueles que fossem apanhados jogando antes da hora, ou nas ruas, pagariam uma multa ou ficariam dois dias presos. No ano de 1831, a Casa da Câmara de Salvador deliberou que os despejos das casas fossem feitos durante o dia e não à noite, em vasilhas cobertas, ficando os senhores responsáveis pelos seus escravos que fossem encontrados fazendo o despejo nas ruas.⁴⁷

Existiam outras proibições nas posturas, como a de açougues em locais fechados, só sendo permitido em casas abertas e públicas, para facilitar a fiscalização da limpeza e salubridade, além do estado da carne e a fidelidade dos pesos. Assim como, os produtos viciados, as limpezas dos produtos, ocupação nas ruas, matança e venda de carneiros em locais indevidos. No entanto, nem sempre o que estava nas posturas era cumprido pela população e, muitas vezes, aqueles que não cumpriam as regras acabavam tendo que pagar multas ou eram recolhidos à prisão.

Na relação de Presos da Conceição da Praia,⁴⁸ encontramos pessoas presas ou autuadas por infrações de leis e posturas;⁴⁹ nos periódicos da época, queixas foram feitas usando sempre como base as posturas. Na relação dos indivíduos que foram presos e sumariados no mês de setembro de 1831 na Freguesia da Conceição da Praia,⁵⁰ houve três incidências de infração de postura: a de Manoel, classificado como preto, e Ernesto, que foram presos por infringirem a postura de nº 55. Um mês após a prisão dos dois, Caetano Rios foi preso por infringir a postura de nº6. Encontramos, mais dois casos referentes a infração de posturas na Freguesia da Praia.

⁴⁵ Outros autores se debruçaram sobre essa questão, como: Souza, “Poder Local”, David, *O inimigo Invisível*, Santos, “Lixos, entulhos e imundices”.

⁴⁶ Santos, “Lixos, entulhos e imundices”, p.47.

⁴⁷ Repertório de Fontes sobre a escravidão existentes no Arquivo Municipal de Salvador, As Posturas 1631-1889, Fundação Gregório de Mattos, Prefeitura de Salvador, 1988.

⁴⁸ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Salvador, Seção Colonial e Provincial, Juizes de Paz da 1ª Vara, 1831, Governo da Província, Judiciário, Maço nº 2679.

⁴⁹ Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS), Salvador, Posturas Municipais, 1828-1859, Fundo Câmara Municipal de Salvador, Seção Secretária.

⁵⁰ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Salvador, Seção Colonial e Provincial, Juizes de Paz da 1ª Vara, 1831, Governo da Província, Judiciário, Maço nº 2679.

No primeiro caso, do dia 18 de abril de 1831, o infrator foi o escravizado João, classificado como preto, que trabalhava no açougue do proprietário Ignácio Joaquim de [...] Menezes. morador do Barbalho. Já passava das 9:00h da noite quando a Patrulha Municipal passou a primeira vez fazendo vistoria na região da Freguesia da Praia, onde ficava o açougue de Ignácio, alertando-o que já havia passado da hora de fechar as portas, mas ele acabou sendo preso.

Como citado acima, existiam posturas que limitavam horários de funcionamento dos estabelecimentos, assim como o local que deveriam estar instaladas as quitandas e os próprios açougues. E, também, quem poderia estar nos bares e tabernas em determinadas horas da noite. Mas ao retornarem para verificar se João havia fechado o estabelecimento, ouviram-no dizer: “aí vem o diabo da Patrulha dos caiados”. Por este feito, João foi levado preso por desobediência do horário de fechamento do açougue e acabou sendo condenado a 60 dias de prisão por ter inferido o art. 128 do Código Penal.

E no segundo caso, a denúncia foi feita pelo Vigário da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia, que acreditamos ser Manoel Dendê Bus, contra o Arsenal da Marinha. No ofício de 22 de novembro de 1832, direcionado ao Inspetor da Fazenda Nacional, o vigário reclama da reedificação de um prédio dentro do Arsenal da Marinha que ficava defronte da Igreja enquadrando a ação como uma infração da postura nº 39, afirmando que havia sido feita uma denúncia à Câmara, mas, por não ter recebido retorno, direcionava o ofício a uma instância maior, citando a Lei de 1º de Outubro de 1828 ressaltou que as leis e posturas devem ser garantidas para todos, não devendo haver isenção de pessoa alguma.⁵¹

A disciplinarização e a vigilância eram comuns na sociedade soteropolitana oitocentista, principalmente para a população de cor, como veremos no terceiro capítulo. No entanto, em alguns casos, como fica evidenciado ofício do Vigário, a influência e/ou o local que se ocupava naquela sociedade leva a abstenção da culpa ou da infração. Acredito que o vigário não queria que fosse edificado um prédio com problemas estruturais na frente da matriz, que foi descrita por Vilhena como um templo grande, moderno e rico.

Como falamos anteriormente, a Conceição da Praia era uma localidade composta por frequentadores, moradores e população trabalhadora. Dos serviços básicos aos mais elaborados para a manutenção de uma cidade, todos eram executados pela população de cor, escravos, livres e libertos. Tudo que funcionava na cidade era executado por essa população. Na

⁵¹ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Salvador, Seção Colonial e Provincial, Juízes de Paz da 1ª vara 1833-1834, Governo da Província, Judiciário, Maço nº 2683.

escravidão urbana, existia uma relativa “liberdade”,⁵² que em alguns casos permitia ao escravo “morar sobre si”.⁵³ Entender a escravidão urbana⁵⁴ será muito importante até para entendermos os diversos arranjos de moradia popular apresentados nessa freguesia. Os escravizados na cidade podiam trabalhar no serviço doméstico, de ganho e/ou aluguel. O serviço doméstico estava associado aos trabalhos do lar; nesse tipo de servidão, os escravos, em sua maioria, residiam na casa do senhor. Eles podiam mudar do serviço de ganho para o doméstico e vice e versa facilmente, assim como, exercer os dois papéis diferentes ao mesmo tempo.⁵⁵

Já na escravidão de ganho, o cativo trabalhava fora das propriedades do senhor. Esse sistema caracterizava-se por ser o trabalhador obrigado a pagar a seu proprietário, por dia ou semana, uma quantia preestabelecida. Nesse sistema, o escravizado tinha como juntar renda para comprar sua liberdade e dos seus entes, “não acontecendo o mesmo no aluguel”.⁵⁶ Nesse tipo de escravidão eles podiam “morar sobre si” alugando quartos, lojas em cortiços, sobrados e casas de cômodo, espaços que dividiam geralmente com outros escravos, libertos ou pessoas livres, como os caixeiros.

Já os escravos de aluguel diferenciavam-se dos de ganho porque tinham um prazo para sair do domínio de seus senhores e passar ao domínio de quem os empregava. Esta era uma forma comum de emprego na época, pois era difícil conseguir trabalhadores livres para algumas atividades, como carpinteiro, pedreiro, servente, vendedor de pão e leite etc.⁵⁷ Pois estas atividades eram consideradas entre os livres brancos como trabalhos destinados aos escravos.⁵⁸ Na escravidão de aluguel, os escravizados eram responsabilidade dos empregadores. Estes também tinham certa liberdade, podendo viver sozinhos nas mesmas condições que na escravidão de ganho, a única diferença era que, quando o prazo do aluguel acabava, o escravizado retornava para o domínio do proprietário.

⁵² A “liberdade” adquirida pelo escravo que trabalhava nas ruas, como também o próprio sistema de ganho, só era possível na medida em que o poder público assumia o controle direto desses escravos. Através do aparato legal, ele baixava posturas e decretos que restringiam a mobilidade e as atividades dos ganhadores e usava a força policial para manter a ordem. Vemos, então, que o poder público passa a exercer a posição de feitor na cidade. Ana de Lourdes Ribeiro Costa, “Espaços negros: ‘cantos’ e ‘lojas’ em Salvador no século XIX”, *Caderno CRH*, v. 04 (1991), p. 20.

⁵³ Sobre ver Chalhoub, *Cidade Febril*, 1996 e *Visão de Liberdade*, 2011; Reis, Domingos Sodré, 2008.

⁵⁴ Sobre ver Costa, “Ekabó”; Chalhoub, *Cidade Febril*; Reis, *Rebelião Escrava*; Nascimento, *Dez Freguesias*, Santos, *Além das Senzalas*.

⁵⁵ Ana de Lourdes Ribeiro Costa, “Espaços negros ‘cantos’ e ‘lojas’ em Salvador no século XIX”, *Caderno CRH*, Salvador, v. 04, p. 18-34. 1991. Suplemento, p.19.

⁵⁶ Costa, “Espaços negros”, p. 18.

⁵⁷ Costa, “Ekabó”, p.59.

⁵⁸ “Os pobres livres possuíam uma economia moral do trabalho forjada no interior da sociedade escravista. Nos engenhos e nas cidades, livres e libertos tendiam a recusar trabalhos de escravos. A tendência do homem livre pobre era distanciar-se da escravidão”. Fraga Filho, *Mendigos, Moleques e vadios*, p. 92.

Escravizados, libertos e livres de cor viviam em uma linha tênue entre a escravidão e a liberdade. Na cidade, a administração pública fazia o papel dos antigos feitores, que, através de leis e posturas, buscavam controlar suas vidas; para coibir e punir estava o sistema judiciário.⁵⁹ Bastava o sujeito de cor estar em atividade considerada suspeita ou em posse de qualquer objeto visto como não apropriado a pessoas libertas e escravizadas para que fosse preso e levado para averiguação. Na relação de presos da Conceição da Praia no ano de 1833 temos alguns exemplos disso: Simplicio, Rita e Felisberta foram presos porque se suspeitou que eles eram fugidos e depois foram soltos, quando seus proprietários atestaram que não se tratava de escravizados fugidos - vamos trabalhar com este caso com mais precisão no capítulo 3 para discutir moradia e religiosidade.

Outra africana escravizada e, também, chamada Rita foi presa por furto, mas depois seu proprietário a soltou alegando que o fruto do roubo lhe pertencia. Essas prisões acabavam sendo ruins para escravizados e proprietários; os primeiros, com as prisões, eram afastados das ruas, que muitas vezes eram seu local de sustento. Em alguns casos esses escravizados poderiam morar “sobre si” e um dia preso significava menos rendimento ao longo da semana, tanto para o seu sustento como para o pagamento semanal. E para o escravizador, ter o escravizado preso era também menos rendimento.

Em alguns casos, senhores acobertavam os crimes dos escravizados porque não era lucrativo tê-los fora do circuito de trabalho por motivo de prisões. Naquele momento, os senhores estavam muito mais preocupados com os lucros do trabalho do que com a segurança do Império.⁶⁰ Já Francisca e Ignez, africanas escravizadas, foram presas por correção; Palafoz⁶¹ afirma que quando as ganhadeiras, no final do século XIX, eram presas por esse motivo, muitas vezes as razões estavam ligadas a seu comportamento e conduta.

A cadeia da correção, segundo Cláudia Trindade, deveria servir apenas como detenção provisória. Afirmando ainda que a Bahia foi a única província do Império do Brasil a chamar uma cadeia comum de Casa de Correção. Desta forma, essa nomenclatura era empregada para denominar as primeiras penitenciárias, porém a Casa de Correção funcionou apenas como cadeia comum desde o início das suas atividades. No entanto, com a reforma prisional no século

⁵⁹ Ver Santos, *Além da Senzala*, 2010.

⁶⁰ Daniele Santos de Souza. “Entre o serviço de casa e o ganho: escravidão em Salvador na primeira metade do século XVII” (Dissertação Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2010), p. 115. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35061/1/Entre%20o%20e2%80%9cservi%3%a7o%20de%20casa%20e%20o%20e2%80%9cganho%e2%80%9d%20escravid%3%a3o%20em%20Salvador%20na%20primeira%20metade%20do%20s%3%a9culo%20XVIII.pdf>.

⁶¹ Jamile de Brito Palafoz, “Desordeiras e Turbulentas: as presas da Correção de Salvador (1889-1890)” (Dissertação Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia), 2021.

XIX, a prisão seria o local para onde eram mandados os presos sentenciados, e a cadeia abrigava aqueles que aguardavam julgamento ou estavam detidos por pequenas infrações.⁶²

Todas aquelas infrações que citamos anteriormente e que trataremos no decorrer dessa dissertação, assim como as “rotineiras, geralmente, resultavam em alguns dias de prisão, eram brigas, pequenos furtos, embriaguez, batuque ou candomblé, desordem, infração de posturas municipais, entre outras, inclusive fuga de escravo”.⁶³ Em alguns casos a correção era destino de escravos mandados pelos senhores a fim de serem castigados. Cabia, portanto, à Cadeia da Correção continuar reproduzindo práticas de punição e aprisionamento.⁶⁴

Voltando à mão de obra e aos serviços oferecidos na capital baiana no decorrer do século XIX, a maioria das atividades que fazia a cidade funcionar era executada pela população de cor.

Muitos escravizados, livres e libertos em Salvador eram artesãos, como: sapateiro, pedreiros, carpinteiros, calafates, alfaiates, tanoeiros, marceneiros, alambiqueiros, servidores de fábrica de rapé, barbeiros, padeiros, serventes, arreeiros, amassadores, cabeleireiros, cabouqueiros, caldeiros, cravadores, correeiros, empalhadores, estanhadores, ferreiros, foleiros, fundidores, funileiros, imaginários, oleiros, ouvires, pintores, polidores, serralheiros, torneiros, tintureiros, chapeleiros, tecelões, escultores, charuteiros, latoeiros, relojoeiros, serradores, e seleiros, para os homens. E para as mulheres; bordadeiras, costureiras, rendeiras, charuteiras, serventes. Além dos serviços do comércio; boticário, do serviço de armazém, loja, venda de molhados e outros e o pequeno comércio de rua desempenhado pelas ganhadeiras. Além da função de lavradores para as roças que existiam na cidade. Já os serviços de manutenção da casa tinham as cozinheiras, copeiras, lavadeiras, engomadeiras, mucamas, pajens, amas de leite, amas-secas, cocheiros, lacaios, despejadores de dejetos, do serviço da casa em geral.⁶⁵

Esses serviços eram encontrados nos cantos, que, segundo Costa,⁶⁶ era o sistema de organização das tarefas de ganho. Consistia na união de ganhadores, escravos ou libertos, normalmente da mesma nação, em espaços em que costumeiramente os fregueses procuravam seus serviços. Geralmente esses cantos se espalhavam por toda a cidade, quase sempre funcionavam nos cruzamentos das ruas. Uma atividade que ocupava uma boa parcela dessa população trabalhadora era o transporte.⁶⁷

⁶² Cláudia Moraes Trindade, *Ser preso na Bahia no século XIX*, (Tese Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia), 2012, pp. 71-72. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11616>.

⁶³ Trindade, “Ser preso...”, p. 72.

⁶⁴ Trindade, “Ser preso...”, p. 72.

⁶⁵ Costa, “Ekabó”, pp. 87-91.

⁶⁶ Costa, “Ekabó”, pp. 1-230.

⁶⁷ Ver Costa, “Ekabó”, p. 229.

1.3. CONCEIÇÃO DA PRAIA: INTERVENÇÕES URBANAS

Salvador, cidade colonial, não teve sua estrutura urbanística planejada, foi sendo ocupada e desenvolvida dentro de uma concepção muito mais empírica. Era a partir de novos acontecimentos e situações que soluções iam sendo pensadas e readequadas. Isso explica o fato de a Freguesia da Conceição da Praia, porta de entrada da capital baiana, com um porto que a comunicava com as cidades do interior da província, com outras províncias e a abria para o mundo, no início do século XIX, ser descrita pelos viajantes como um local com péssimas condições urbanísticas.

Figura 2 -Vista parcial de Salvador da Baía de Todos os Santos⁶⁸



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

⁶⁸ BNDB, Manuscritos, 50.05.014, Mapa da Vista Panorâmica de Luís dos Santos Vilhena, 1801, coleção Benedicto Ottoni. Disponível em Acervo Digital na Biblioteca Nacional do Brasil, http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22234.

Figura 3- Descida na Freguesia da Praia pelas Ruas dos Cais⁶⁹



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

A cidade era formada por um paradoxo: o que se via do mar e o que se presenciava quando em suas terras se aportava. Do mar, o viajante que aqui chegava pela primeira vez via uma cidade de beleza natural misturada a uma construção arquitetônica colonial (fig.02). Tão exuberante para quem chegava pela primeira vez que uma viajante descreveu: “uma cidade magnífica de aspecto, vista do mar, está colocada ao longo da cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha. Uma vegetação riquíssima surge entremeada com as claras construções”.⁷⁰ No entanto, ao desembarcar na Freguesia da Praia, o que se presenciava no Arsenal da Marinha (fig.2- nº44) era uma rua extremamente estreita que ocupava toda a largura da cidade baixa, um lugar sujo, com “artífices com bancos e ferramentas”.⁷¹ A Figura 3 mostra a região do cais com ruas sem pavimentação, trabalhadores ocupando seus espaços,

⁶⁹ BNDB, Fotografia, 1870-1880, Disponível no Acervo Digital Biblioteca Nacional do Brasil, http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon853766/icon853766.jpg. Acessado em 15 de novembro de 2020.

⁷⁰ Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 164.

⁷¹ Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p.165.

frequentadores, visitantes chegando e sobrados altos com lojas nos andares térreos, na atualidade essa região é conhecida como Terminal da França. Maria Graham relata que essas ruas tinham

vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces, negros trabalhando, carregadores, animais, como: cães, porcos e aves domésticas e uma sarjeta que corria no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se animais. Nessa rua estão os armazéns e os escritórios dos comerciantes, tanto estrangeiros quanto nativos. As construções são altas, mas não tão belas nem arejadas como as de Pernambuco.⁷²

Uma localidade com ruas sem calçamento, sem limpeza urbana correta, onde vias públicas serviam para o descarte dos mais variados lixos e entulhos, com águas pútridas sendo despejadas das residências, animais soltos correndo por vias públicas em meio ao movimento dos pedestres e dos inúmeros trabalhadores urbanos que viviam a subir e descer pelas diversas ruas da cidade. No entanto, projetos para ordenar e civilizar a cidade permearam os diferentes governos da capital por quase toda a existência da colonização portuguesa, do período imperial e do Brasil republicano.

Ao caminharmos por uma cidade, percebemos que ela não é apenas um emaranhado de ruas, de construções e de gente, mas também é um espaço onde podemos ler a sua história.⁷³

Pinheiro⁷⁴ afirma que não podemos associar a urbanização sempre à industrialização, mas, na era industrial, desenvolve-se da forma mais rápida. É necessário, para entender este processo, focar na demografia urbana, na transferência da população do campo para a cidade. Sendo assim, a autora destaca que não podemos pensar na urbanização como um fato isolado, pois ela acontece em cada cidade interligada aos processos econômicos, sejam eles internos ou externos.

As mudanças e/ou o crescimento da cidade de Salvador são identificados em cinco períodos, sendo o primeiro entre 1549 e a “a expansão inicial da capital em finais do século XVI, onde a urbe limitava-se à plataforma do alto da escarpa”.⁷⁵

No segundo, do século XVII até meados do século XVIII, expande-se sobre as colinas, cruza o Rio das Tripas e chega à segunda linha de cumeada. É um

⁷² Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p.165.

⁷³ Eloísa Petti Pinheiro, *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*, Salvador: EDUFBA, 2011, p. 28.

⁷⁴ Pinheiro, *Europa, França e Bahia*, pp. 1-366.

⁷⁵ Eloísa Petti Pinheiro, “Intervenções na Freguesia da Sé (1850-1920)”, in Jaime Nascimento, Hugo Gama (orgs.), *Urbanização de Salvador em três tempos* (Salvador: Instituto Geográfico da Bahia, 2011), p. 134.

crescimento lento, que reflete os primeiros esforços de incorporação de uma área em expansão. O terceiro período, o da consolidação da metrópole, de meados do XVIII até finais do século XIX, caracteriza-se pela formação de novos bairros, que se beneficiam dos novos transportes. A cidade estende-se em direção ao norte e ao sul, principalmente sobre as dorsais na Cidade Alta e para a península de Itapagipe na Cidade Baixa. A expansão acontece de forma rápida. Um crescimento lento e reformas urbanas são os pontos-chaves do quarto período, que vai do início do século XX até princípios da década de 50 [...] O quinto período, da década de 1950 até o final do século XX, se caracteriza pela expansão urbana, a ocupação do vazio central de Salvador ampliando sua área urbanizada e definindo novos vetores de crescimento, principalmente em direção ao norte.⁷⁶

As intervenções urbanas tinham como ideias centrais a ordem, a obediência e uniformidade, mas como pensar nesses três pilares para cidades negras como Salvador? Civilizar, segundo Gina Marocci, significava urbanizar. A cidade civiliza o homem pensando na promoção do progresso e no bem-estar.⁷⁷ Como seria pensar no progresso de Salvador sem excluir a maioria da população que era trabalhadora, escravizada, de cor e pobre.

É importante frisar que o século XVIII foi marcado pelo “crescimento populacional e pela formação de uma cultura voltada para a rua e para o público”,⁷⁸ trazendo assim uma urgência na “construção de uma estrutura urbana capaz de atender às prerrogativas que a intensificação do ‘viver a cidade’ passou a requerer”.⁷⁹

Nos estudos sobre Salvador as ruas ainda são citadas como um território da população escravizada e liberta. Mesmo lugares como Passeio Público e Teatro São João, criados para o lazer de uma parcela da população, acabavam não servindo apenas para isso. As mulheres de “família” só iam à rua acompanhadas, a casa era o espaço social desta população. Somente no final do século XIX se iniciou um processo chamado por Heráclito Ferreira Junior de “desafricanização das ruas”, com a construção da Rua Chile, uma rua de vitrines e nos moldes europeus e com ideia de limpeza das ruas centrais para que aquelas ditas mulheres de família pudessem frequentar.

Inicialmente, as intervenções tinham como objetivo mostrar a potência econômica da província, já as posturas pretendiam resolver os problemas da urbe, mas também garantir controle e vigilância (muitas vezes bem malsucedidas). O século XVIII é marcado pelo terceiro

⁷⁶ Pinheiro, “Intervenção na freguesia da Sé”, pp. 134-6.

⁷⁷ Gina Veiga Pinheiro Marocci, “Idealização Urbana no Governo do Conde dos Arcos”, in Jaime Nascimento, Hugo Gama (orgs.), *Urbanização de Salvador em três tempos* (Salvador: Instituto Geográfico da Bahia, 2011), pp. 83-111.

⁷⁸ Avanete Pereira Souza, “Poder local e cotidiano: a câmara de Salvador no século XIX” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1996), p. 82.

⁷⁹ Souza, “Poder local e cotidiano”, p. 82.

período do crescimento urbano de Salvador, que vai da consolidação da metrópole até finais dos Oitocentos. O século XIX, por sua vez, seguirá um incansável trabalho dos camaristas na busca pelo controle da população, tanto no âmbito público como no privado. As ruas eram objeto de forte vigilância e da necessidade de controle por parte do governo.

No ano de 1817, no governo do 8º Conde dos Arcos, foram concluídas as obras da Praça do Comércio e do Palácio da Associação Comercial. Gina Marroci afirma que a escolha do local para aquele empreendimento tinha dois motivos: porque estava inserido no ambiente de trabalho e vivência dos comerciantes e porque a praça pública deveria ser próxima ao mar, sendo a cidade um porto. A autora ainda afirma que, como a Cidade Baixa não tinha praças marcantes, aquele seria um lugar onde determinadas práticas sociais de cortesia e boas maneiras, comuns nos salões e nas academias literárias, poderiam ocorrer.⁸⁰ Até aquele momento as praças eram usadas pela população trabalhadora nos momentos da labuta diária ou no lazer, essa nova praça era destinada a outro público.

A criação da Praça do Comércio, construída para se diferenciar das demais localidades da Freguesia da Praia, ficava a poucos metros da praça mais importante para a população moradora, trabalhadora e frequentadora da Conceição da Praia, a Praça São João Batista, uma região de mercado e comércio de rua. Anos depois, em 1860, em visita à capital baiana, Maximiliano de Habsburgo fez uma descrição dessa localidade, que ele chamou de mercado.

Afirmando que “parecia uma cidade de barracas semelhante a um bazar, simétrica, com ruas que se cortam e que o circundam, formando um mercado de fruta da Bahia, muito parecido com os de Gibraltar”.⁸¹ Mais à frente, ele informa que, ao entrar no mercado, ficava-se como no bazar no Cairo, extasiado e atordoado com a variedade de produtos. Descrevendo os comerciantes, afirma que se misturavam em suas barracas negras, mulatos e brancos e que ao longo do mercado se notava “uma multidão negra tagarelando”.⁸²

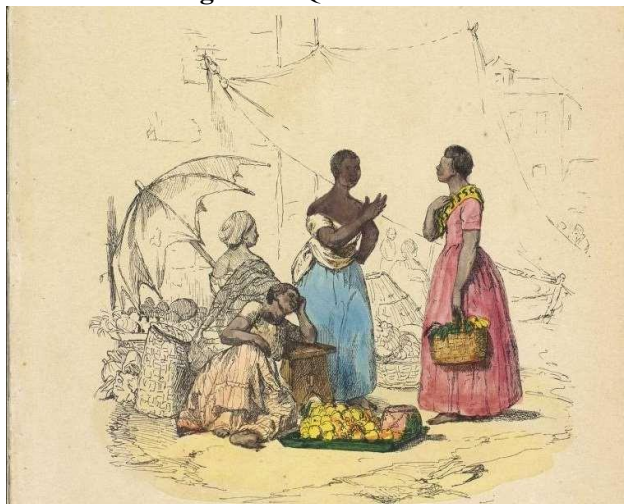
As figuras 4 e 5 são ilustrações de ganhadeiras da época: nelas temos um desenho mostrando negras ganhadeiras ou quitandeiras, aquelas mulheres que tinham pontos fixos. Eram mulheres como as representadas nessas fotos que dominavam o comércio varejista de alimentos nas freguesias centrais de Salvador e estão tão presentes nesse trabalho.

⁸⁰ Marocci, “Idealização Urbana no Governo do Conde dos Arcos”, p.109.

⁸¹ Maximiliano Habsburgo, *Bahia, 1860: Esboços de viagem*, Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982, p.138.

⁸² Maximiliano, *Bahia 1860*, p.138.

Figura 4- Quitandeiras⁸³



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

Figura 5- Mercado na Bahia⁸⁴



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

Uma praça movimentada, com ganhadores e ganhadeiras ocupando e percorrendo todos os espaços, um lugar onde a população ia, também, rezar, porque havia ali a Igreja de Santa Bárbara, ou simplesmente confraternizar no momento de descanso com rodas de música e batuques. Porém, em um contexto de intervenção em busca de civilidade e tomando como base modelos europeus, o movimento constante da Cidade Baixa acabava não se adequando àquele sistema. Sendo assim,

⁸³Biblioteca Nacional Digital Brasil (BNDB), Rio de Janeiro, RJ: Ludwig and Briggs, 1845. Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon70370/icon70370_23.jpg. Acessado em: 10 de setembro de 2020.

⁸⁴ Biblioteca Nacional Digital Brasil (BNDB), HENSCHER, Alberto. [Negra vendedora de frutas]. [S.l.: s.n.], [187-]. Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=2418. Acessado em: 10 de setembro de 2020.

Algumas obras assentadas na cidade alta setorizaram Salvador, reforçando o espaço da cidade alta como do lazer, da festa, do morar, enfim, da fruição. Já a cidade baixa, até a região da Jequitaia, era o espaço do trabalho, das transações. Do alto, deve-se contemplar o mar, a beleza da baía. Embaixo, debruçar-se sobre o mar, mostrando-se em frontispício, em força, em trabalho escravo, em prédios mais altos, os numerosos trapiches e armazéns a quem vieram se somar as casas de arrendamento.⁸⁵

A ideia de civilizar a cidade está implícita desde o reinado de D. João V, mas, principalmente, na gestão ministerial do Marquês de Pombal. A região da cidade baixa, muito prejudicada pelos constantes deslizamentos das encostas, e, logo, desabamento de prédios, teve ao longo de suas extensões diversos aterramentos.

Aterramentos na região da Cidade Baixa foram acontecendo ao longo do tempo. Em 1715 os jesuítas aterraram para edificar casas e sobrados ao longo da linha da encosta do Taboão, quase na parte final da Freguesia da Praia, na fronteira com a Freguesia do Pilar, onde ficava o guindaste conhecido durante todo o século XIX como Guindaste dos Padres, que ligava essa região ao que conhecemos hoje como Praça da Catedral Basílica no Terreiro de Jesus.⁸⁶ Esses sobrados e casas foram construídos no quarteirão que ficou conhecido como Rua dos Cobertos Grande e Pequeno, construindo mais duas linhas de sobrados, igualando o aterro com o Cais da Lixa. Depois de 1760, com a expulsão dos jesuítas, os terrenos foram incorporados ao patrimônio da Santa Casa de Misericórdia, e essa continuou com o sistema de aterramento e com a construção de mais sobrados nessa região, todos com lojas ou armazéns, alojamento de escravos ou de agregados, fogos de aluguel, depósitos e outras atividades, sendo chamado de Cais Novo, ou da Misericórdia.⁸⁷ Nesses aterramentos, segundo Marocci, percebe-se a tentativa de construir um traçado com maior regularidade do que se conseguiu na cidade alta.

Outro espaço importante de observação para entendermos um pouco a Freguesia da Praia é o porto. Para além das questões econômicas, de transferência de produtos e da questão escravista, o porto permite o intercâmbio cultural, social e espiritual. Pelo porto não chegavam apenas pessoas, mercadorias, mas, também, doenças, informações de diversos lugares que animavam os moradores locais e que eram levadas da capital para o interior da província.

⁸⁵ Marocci, “Idealização Urbana no Governo do Conde dos Arcos”, p. 109.

⁸⁶ Marocci, “Idealização Urbana no Governo do Conde dos Arcos”, p. 109.

⁸⁷ Marocci, “Idealização Urbana no Governo do Conde dos Arcos”, p. 95 apud Marcos Paraguassu de Arruda Câmara, “Conceição e Pilar: Freguesias Seculares do Centro Econômico e do Porto de Salvador até o século XIX” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1988), p.130.

Chegaram pelo porto reforços do recôncavo para a Revolta dos Malês, e por lá as informações foram trocadas.

Pelo porto, também, chegavam ideias de outros lugares que influenciavam os diversos setores, sejam intelectuais ou populares. Havia um intercâmbio cultural, pois pessoas que chegavam, como os africanos, traziam suas heranças e, apesar de passarem por um processo de violenta tentativa de anulação, em contato com outros povos, ressignificavam práticas culturais e espirituais e aqui reconstruíam laços identitários, de costumes, religiosos e até o sentido de família.⁸⁸

Segundo Inês Amorim, o porto é um dos elementos de uma cidade que ajudam na construção e na reconstrução da paisagem, dos homens e da natureza.⁸⁹ “Nesse processo, a comunidade portuária é observada como agente transformadora, podendo originar ou fazer crescer urbes, vilas ou cidades porque abrigo dos marinheiros, comerciantes e autoridades públicas que supervisionam o porto, marcando a funcionalidade da urbe”.⁹⁰

Os trapiches eram estruturas arquitetônicas muito presentes no bairro da Conceição da Praia. Segundo Maria das Graças Leal, “trapiche é considerado como casa (armazém) de guardar gêneros de embarque e desembarque, com aparelho para carregar e descarregar, situado à beira-mar, junto ao cais, onde através de pontes improvisadas de madeira podia-se ter acesso às embarcações menores que se aproximavam das margens”.⁹¹

Desta forma, a Conceição da Praia estava toda organizada para as atividades portuárias, “o porto acabava controlando a rotina e o tempo daquela localidade. Sendo assim, o porto era fundamental para assegurar o acesso ao território conquistado, além de ser porta de saída das suas riquezas naturais tão valorizadas no mundo colonial”.⁹² No caso da Freguesia da Praia, tanto o porto como o comércio ditavam o tempo e a rotina cotidiana. Consequentemente, o porto de Salvador, na Bahia, teve excepcional papel naquela que era considerada “a segunda

⁸⁸ Inês Amorim, “Os portos marítimos- uma perspectiva patrimonial, na longa duração”, in: Maria Cecília Velasco e Cruz, Maria das Graças de Andrade Leal, José Ricardo Moreno Pinho (orgs), *Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos*, Salvador: EDUFBA, 2016, p.49.

⁸⁹ Amorim, “Os portos marítimos- uma perspectiva patrimonial, na longa duração”, p. 50.

⁹⁰ Amorim, “Os portos marítimos- uma perspectiva patrimonial, na longa duração”, p.50 apud Martínez Monge, F; Olmo Pintado, M. del. “Un contexto de análisis para el concepto de ciudad portuaria: las ciudades americanas en el Atlántico”. In Guimera, A. e Romer, D. (orgs.), *Puertos y sistemas portuarios (siglos XVI-XX)* (Madrid: Ministerio de Fomento, CEDEX CHOP, 1996), p. 215-233.

⁹¹ Maria das Graças de Andrade Leal, “O Trapiche Barnabé no contexto portuário da Salvador do século XVIII ao XX” In Maria Cecília Velasco e Cruz, Maria das Graças de Andrade Leal, José Ricardo Moreno Pinho (orgs), *Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos*, Salvador: EDUFBA, 2016, p.77.

⁹² Leal, “O Trapiche Barnabé no contexto portuário da Salvador do século XVIII ao XX”, p. 78.

capital do Atlântico português”. O bairro da Praia foi a parte que primeiramente se desenvolveu, “com maior população e casamento em relação à Cidade Alta”.⁹³

Sendo um bairro portuário, com ruas de cais, também, se encontrava na Praia uma forte presença de casas de profissionais do sexo;⁹⁴ a existência de um Beco chamado da Luxúria, referência ao pecado capital, aos desejos carnavais, pode ser um indício de que esta rua abrigasse casas destinadas a essas atividades. Uma freguesia onde a presença de marinheiros e homens do mar era muito frequente, atividades como essas são rotineiras.

Reis,⁹⁵ estudando o século XIX, afirma que os “sobrados residenciais eram ocupados, sobretudo, por famílias de comerciantes e caixeiros portugueses, acompanhados de seus muitos escravos”.⁹⁶ Alertando ainda para os cortiços e casas miseráveis onde habitavam “mulheres de ‘fácil acesso’”.⁹⁷ Possivelmente, os sobrados pouco divididos ocupavam as ruas principais; quando se entrava nos becos e vielas deparava-se com os cortiços subdivididos entre libertos, escravizados e trabalhadores livres. Uma freguesia com ampla oportunidade de trabalho, com um comércio que ditava rotina da localidade e um porto que abria inúmeras possibilidades - esse era o bairro da Praia.

⁹³ Leal, “O Trapiche Barnabé no contexto portuário da Salvador do século XVIII ao XX”, p.79.

⁹⁴ Esse não era o nome dado na época. É uma terminologia mais atual.

⁹⁵ Reis, *A morte é uma festa*, p.30.

⁹⁶ Reis, *A morte é uma festa*, p.30.

⁹⁷ Reis, *A morte é uma festa*, p.30, apud James Prior.

CAPÍTULO 2: SÃO SETE CALÇADAS QUE LEVAM À CONCEIÇÃO

2.1. POPULAÇÃO NAS RUAS, BECOS E VIELAS

A partir daqui vamos conhecer um pouco melhor a freguesia tomando como base o viajante Vilhena e os indícios apresentados por Dendê Bus. A praia era uma extensão territorial limitada que, ao longo do século XIX, sofreu várias intervenções e foi ganhando aterramentos na direção do mar e novas ruas e praças. Mas, apesar de ser uma das menores freguesias de Salvador, sua extensão era muito subdividida entre ruas, becos, vielas, escadinhas e ladeiras, todas ocupadas por uma população muito diversificada. Com base nos registros de óbito, a tabela abaixo mostra, em alguns logradouros, uma presença maior da população de cor, já em outros a população branca se mostra maior.

Tabela 1- Endereço das moradias de escravizados⁹⁸

Logradouro	População de cor	Brancos
Rua Preguiça	179	96
Ladeira da Preguiça	69	23
Rua das Grades de Ferro	63	28
Rua das Portas da Ribeira	59	28
Rua das Pedreiras	47	11
Ladeira da Conceição	42	21
Rua de Santa Bárbara	15	4
Rua do Corpo Santo	15	6
Rua das Fontes dos Padres	13	1
Cais das Amarras	11	3
Rua do Guindaste dos Padres	10	1
Ladeira da Misericórdia	8	4

Fonte: Livro de óbito da Igreja Matriz da Conceição da Praia 1824 a 1832

⁹⁸ Na tabela estão as ruas cujo somatório de brancos e população de cor era maior que dez. Essa tabela foi feita a partir do livro eclesiástico de registro de óbito entre os anos de 1824 a 1836. Utilizamos para fazer uma amostragem da população da Freguesia da Conceição da Praia.

Nesse banco de dados, feito a partir dos registros eclesiásticos de óbitos produzidos por Dendê Bus, percebemos que todas as ruas têm uma população de cor superior à população branca. Existem localidades onde a população de cor é predominante, principalmente em ruas e becos próximos aos locais de maior oferta de trabalho, como observamos na Tabela 1. Nessa amostragem, a região da Preguiça, que ficava próxima à Igreja Matriz, é identificada como a mais populosa da região, seguida pela Rua das Portas da Ribeira, Ladeira da Conceição e Rua das Pedreiras. Na documentação a presença de moradores nessa região é marcante. A Rua das Grades de Ferro, que ficava próxima à região de Santa Bárbara, é a terceira com maior incidência.

Vamos dividir essa análise por regiões: 1) Preguiça; 2) Santa Bárbara; 3) Guindastes dos Padres. Notamos que em algumas o povoamento era maior que em outras, por exemplo, a região da Preguiça. Outra região muito povoada é a que vai da Alfândega à Praça do Comércio, onde hoje estão localizados o Mercado Modelo até a Praça Riachuelo.

Havia como ponto de ligação entre a cidade alta e a cidade baixa, alguns caminhos chamados por Vilhena de sete calçadas. Eram ladeiras ou escadas que foram construídas ao longo da colina, ou montanha de pedra, que dividia as duas localidades, como vemos no Mapa 1. Desta forma, do sul para o norte encontrava-se a Preguiça; seguindo em direção ao sul, subindo a Ladeira de mesmo nome, chegava-se à Freguesia de São Pedro Velho e, continuando no sentido mar, chegava-se à Freguesia da Vitória, na parte conhecida como Unhão. Porém, nosso interesse é percorrer a extensão de terra que compreendia o bairro da Praia.

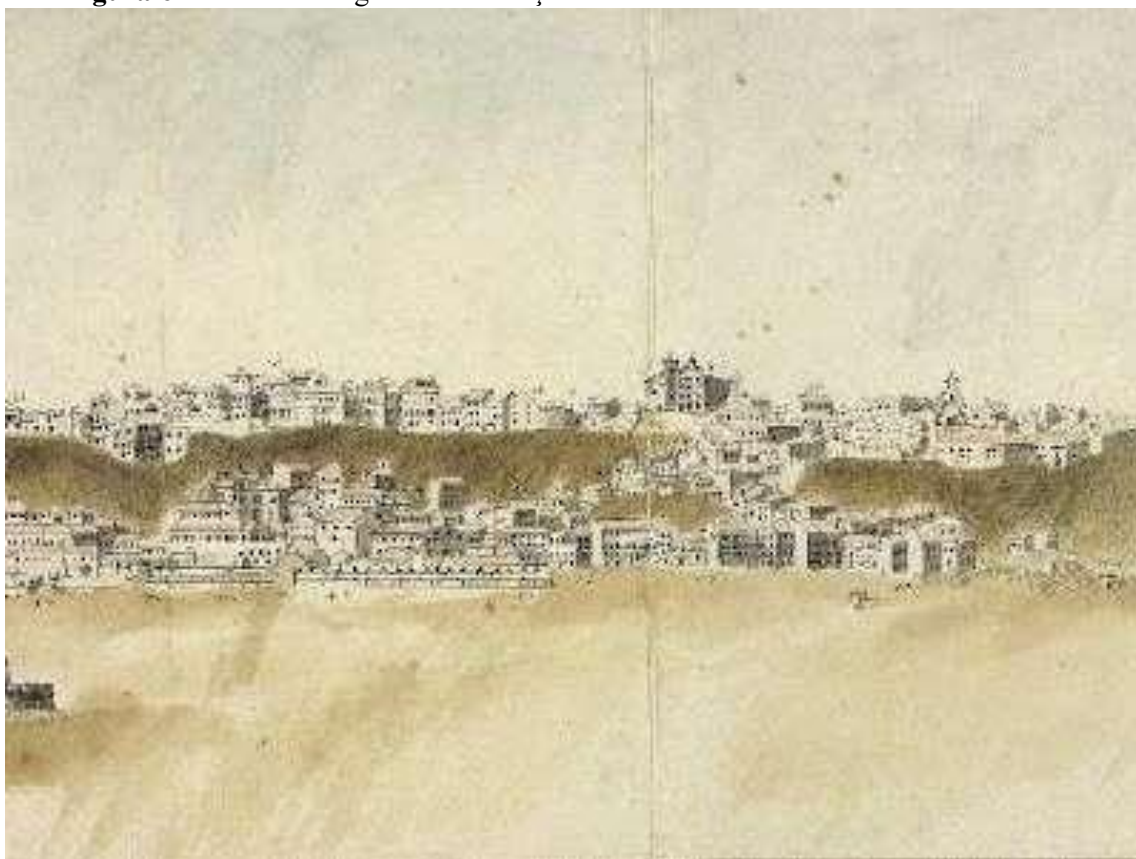
Caminhando pela rua direita da Preguiça chegava-se ao Largo da Conceição. Subindo a ladeira da Montanha para o sul chegava-se ao Largo das Portas de São Bento (Cidade Alta); no meio da ladeira, chamada naquela época de Montanha e hoje conhecida como Ladeira da Montanha, havia uma ligação com a Ladeira do Palácio⁹⁹ e a Ladeira da Conceição - por essas ladeiras subiam e desciam os ganhadores com cargas e pessoas entre as cidades baixa e alta. Neste largo, estava o Celeiro Público e o Arsenal da Marinha, do lado do mar. No lado da Montanha ficava a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, considerada por Vilhena como um templo grande, moderno e rico. Estudando o século XVIII e analisando os personagens do tráfico atlântico do mesmo período, Souza¹⁰⁰ percebeu que na Praia havia uma “forte presença dos homens de negócio, mercadores e comerciantes”.¹⁰¹

⁹⁹ Moradia dos Governadores da Bahia.

¹⁰⁰ Souza, “Perseguidores da Espécie”, pp. 219.

¹⁰¹ Souza, “Perseguidores da Espécie”, p.58.

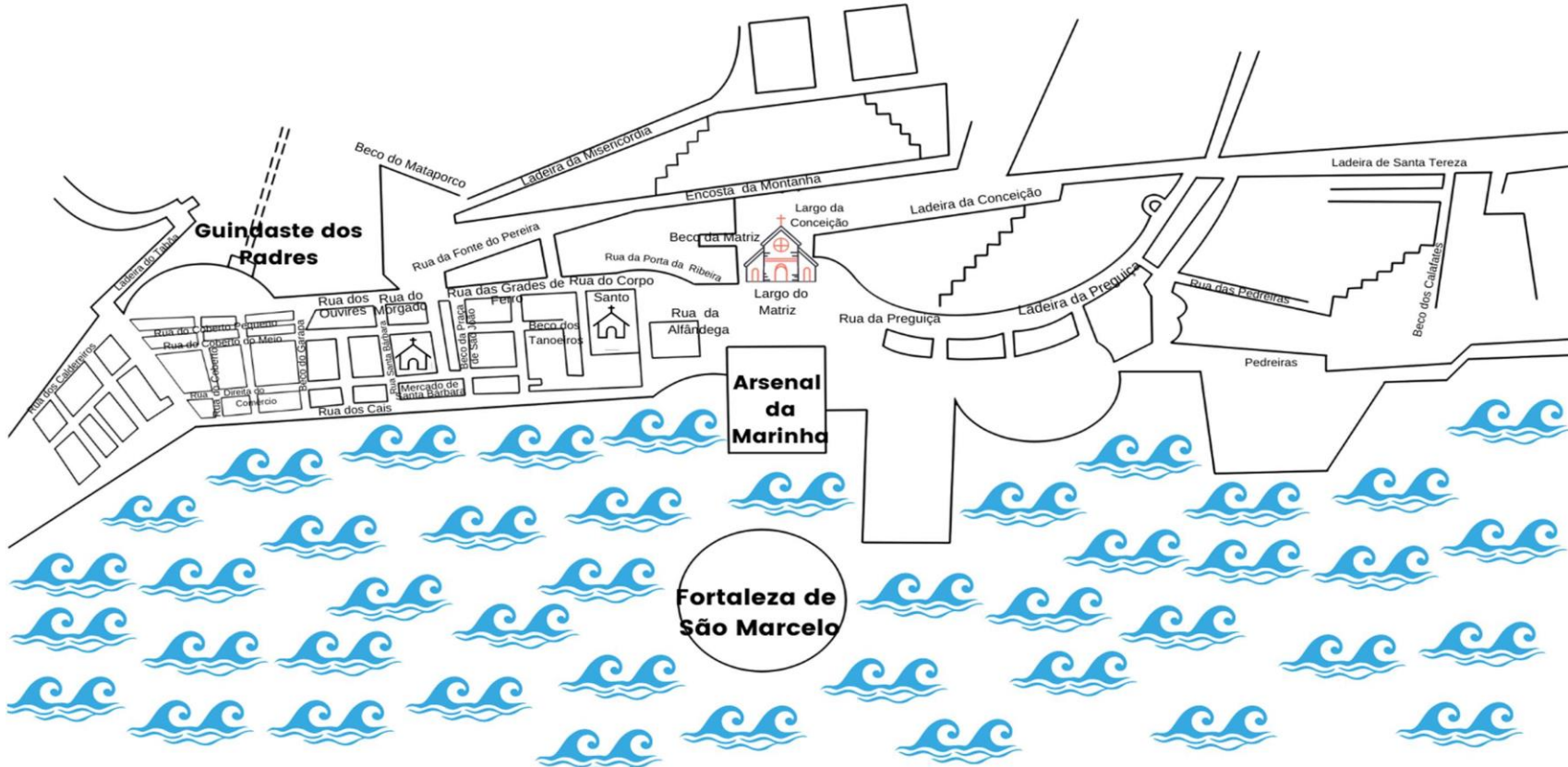
Figura 6- Vista da 1ª região da Conceição da Praia da Pedreira a Portas da Ribeira¹⁰²



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital

¹⁰² BNDB, Manuscritos, 50.05.014, Mapa da Vista Panorâmica de Luís dos Santos Vilhena, 1801, coleção Benedicto Ottoni. Disponível em Acervo Digital na Biblioteca Nacional do Brasil, http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22234.

Mapa 2- Freguesia da Praia a partir das descrições do cônego Dendê Bus¹⁰³



Fonte: Livro de Óbito da Igreja Matriz da Conceição da Praia entre 1824 a 1836.

¹⁰³ Mapa construído a partir das referências de Vilhena e dos registros de ruas encontrados na documentação eclesiástica de óbito entre os anos de 1824 a 1836, produzida pelo cônego Manoel Dendê Bus.

A Região mais populosa é a composta por Preguiça, Santa Thereza e Pedreiras (fig. 6- 52), Conceição (fig. 6- 68), Arsenal (fig.6- 44) e Portas da Ribeira (fig.6- nº46). No Mapa 1 tentamos identificar um pouco melhor as ruas da Freguesia da Praia, visto que a figura 06 é um desenho de Vilhena do início do século XIX. Nesse complexo de ruas vizinhas da Freguesia da Praia, nessa amostragem, perfaziam um total de 529 pessoas, sendo 170 pessoas brancas e 359 pessoas de cor, destas, 144 pessoas crioulas, 106 pardas e 101 africanas. Com relação às condições jurídicas desse universo, 156 eram escravizados, sendo: 78 crioulos, 18 pardos e 60 pretos africanos. Os forros faziam um total de 84 pessoas, 5 eram cabras, 35 crioulos, 5 pardos e 40 pretos africanos. Já pessoas que não tiveram suas condições jurídicas especificadas nos registros de óbito, nessa região, perfizeram um total de 284 pessoas, sendo 170 brancos, 3 cabras, 38 crioulos, 81 pardos e 2 pretos africanos. Nessa amostragem, como mortos, foram registradas 1.409 pessoas entre moradores da Conceição e população flutuante. Foram identificadas 857 pessoas de cor e 450 brancos moradores da Praia e 29 pessoas de cor e 19 brancos da população flutuante, que podiam ser moradores de outras freguesias, províncias e cidades do interior e que estavam chegando à cidade através do porto para questões profissionais ou pessoais.

A rua com maior incidência de escravizados era a Preguiça, com 81 pessoas; destas, 66 moravam na casa senhorial, sendo 35 crioulos, 5 pardos e 26 africanos. No ano de 1831, morria de uma queda em que saiu rolando pelas escadas a "párvula" Mônica, de 1 ano e meio de vida, crioula, escravizada e filha de Maria, africana de nação nagô, também escravizada e solteira; sua proprietária era Joana Nunes do Sacramento, solteira, africana, nagô e forra. Desses mortos da Preguiça, 34 eram párvulos contra 31 adultos. A quantidade de moradores que aparecem no total do banco de dados é maior do que apenas o número de registro de mortos. Se somarmos os 34 párvulos da Preguiça às mães, escravizadores e em alguns casos padrinhos teremos um total de 161 pessoas, porque tivemos 29 mães registradas; dessas, 3 apareceram com 2 filhos mortos; dos 31 proprietários, 2 apareceram 2 vezes e Joana Maria da Conceição ou Joana Maria da Conceição de Farias crioula, solteira e forra apareceu com 3 posses. Dos proprietários que tiveram suas cores identificadas, 20 eram brancos, 1 cabra, 1 africana e 7 pessoas sem identificação de cor. Os escravizados adultos totalizavam 31 indivíduos, sendo 6 crioulos e 25 africanos. Apenas um destes foi registrado como casado: Basílio, de 40 anos, adulto, escravizado e casado com Ignácia, escravizada, africana e nagô, que tinha como proprietário Francisco Luiz de Souza, branco e casado.

Na mesma região, mais duas ruas tiveram uma incidência maior de escravizados: a Ladeira da Preguiça abrigava 25 escravizados, sendo 12 crioulos e 13 africanos que moravam com os proprietários; destes, 11 eram adultos e 14, párvulos. Na Ladeira da Conceição moravam 15 escravizados, sendo 10 párvulos e 5 adultos, dos quais 9 eram crioulos, 1 era pardo e 5, africanos.

Com relação aos forros, as ruas com maior presença foram a Rua da Preguiça, com um total de 41 pessoas, sendo 17 crioulos, 2 pardos e 22 africanos; em seguida, a Ladeira da Preguiça, com 18 pessoas, sendo 3 cabras, 8 crioulos e 7 africanos; a Ladeira da Conceição apresentou 9 pessoas - 2 cabras, 1 crioulo e 1 pardo, 5 africanos - e no Beco dos Calafates foram encontradas 6 pessoas, sendo 2 crioulos e 4 pretos.

Com relação a pessoas que não tiveram suas condições jurídicas especificadas, ou eram pessoas livres, as ruas dessa região com maiores incidências foram: Rua da Preguiça, com um total de 153 pessoas, sendo 96 brancos, 2 cabras, 13 crioulos e 42 pardos. Em seguida, a Ladeira da Preguiça, com 48 pessoas, sendo 22 brancos, 9 crioulos, 16 pardos e 1 preto africano, e, por último, a Ladeira da Conceição, com 21 brancos, 5 crioulos e 13 pardos.

Com relação à população flutuante, no ano de 1828, Antônio Dias de Menezes, pardo, de 60 anos, casado com Ana de Tal, também parda, morador de Maragogipe, estava na Freguesia da Praia para tratar de negócios, hospedado na Rua da Preguiça na casa de Leandro Pereira de Souza, pardo, solteiro. Era comum, segundo vemos na documentação, a presença de pessoas de outros locais na Freguesia da Praia para tratar de diversos assuntos. Era frequente, também, a presença de estrangeiros que chegavam ali para morar - notamos a presença constante deles batizando seus filhos ou indo a óbito.

Outro caso que notamos na documentação é o de Pedro Machado da Silva, branco, casado e morador de Itaparica que, no ano de 1828, estava hospedado na Pedreiras na casa de Feliciano de Deus Machado, que era pardo e casado. Feliciano, em 1831, foi identificado dando moradia a outra pessoa, desta vez Maria Joaquina Soledade, branca, viúva. Não sabemos ao certo se existia um parentesco entre essas pessoas. Mas chama atenção o fato de Feliciano, um homem de cor morador da região da Pedreira, abrigar em sua casa pessoas brancas, o que mostra que não existiam apenas pessoas de cor vivendo de favor ou habitando residências de senhores brancos. Como Feliciano era um homem pardo, os hóspedes brancos poderiam ser de sua família.

Outro morador dessa região foi Salvador da Encarnação, forro, solteiro, alfaiate, que tinha 25 anos em 1824 e morreu de moléstia interior. Salvador morava em residência própria

na Rua das Pedreiras e teve seu ex-proprietário identificado nos registros como Domingos Gomes dos Santos. Já Desidério Venceslau de Souza Pitombinho, outro morador da região, casado, forro, morreu no ano de 1834 e, segundo Dendê Bus, aparentava ter 50 anos e era filho legítimo de Gertrudes Cardoso Macieira, africana, forra e casada com Victorino Venceslau de Souza. Um ano antes de seu falecimento, Desidério foi identificado como proprietário do ‘párvulo’ Izidoro, de dois anos, crioulo, que morava com sua mãe Leopoldina, também escravizada, africana, solteira de nação nagô, na residência senhorial.

Desidério se ocupava da pescaria, provavelmente desenvolvia sua atividade ali mesmo nos mares daquela localidade, visto que aquela parte da freguesia beirava a Baía de Todos os Santos. Morreu em sua casa, na Rua das Pedreiras, de um “ataque de estupor”. Desidério fez testamento,¹⁰⁴ deixou sua mulher como primeira testamenteira.

Sobre as condições de moradia dos crioulos, da maioria foi dito que vivia em suas próprias residências, poucos aparecem na condição de agregados e/ou morando na casa senhorial. Manoel tinha 10 anos quando morreu, em 1829, de “moléstia interna”, era escravizado, filho natural de Maria, africana, jeje, escrava e solteira; de ambos foi dito que viviam na casa senhorial de Manoel Fernandes de Castro, casado e branco. Já Ana Vitória do Espírito Santo, que faleceu no ano de 1830, também de “moléstia interna”, com 28 anos, forra e solteira era agregada. Era mais uma agregada da casa de Feliciano Deus Machado. Não é possível identificar se todos eram agregados, moradores de favor ou se alugavam um espaço naquela residência.

Notamos que, apesar de Salvador ser uma cidade com forte presença africana, nos dados coletados no banco dos registros de óbitos, em alguns logradouros a presença de crioulos era maior que a de africanos. Em geral, os crioulos eram escravizados e, entre os africanos, muitos eram alforriados.

José Salgado, africano de nação mina, forro, casado, morreu no ano de 1827. Morador da Rua da Pedreira, era casado com Joaquina Rosa Salvador de Barros. No mesmo ano morreu Maria Luzia, africana, jeje, forra e solteira, que morava na mesma rua, porém, na casa de João Chrisostomo, crioulo, forro e solteiro. No ano de 1825 morreu, horas depois de nascer, Maria, escravizada, crioula e párvula. Sua mãe Maria também era africana, jeje e solteira. Ambas pertenciam a João Chrisostomo. Em 1834, seu homônimo, também morador da Rua das

¹⁰⁴ Dos Inventários identificados no banco de dados só conseguir encontrar três e foram todos de africanos. Algumas informações que trago sobre os inventários estão contidos nas descrições do livro de óbito registrados por Dendê Bus.

Pedreiras, morreu aos 40 anos, no entanto, esse João era africano, de São Thomé, casado com Antônia Maria africana jeje.

Nessa mesma rua havia a casa de venda de Maria de São Miguel, uma crioula, forra, solteira e moradora da Ladeira da Preguiça. Uma venda muito movimentada que, no dia 23 de julho de 1830, presenciou a morte de Maria Joaquina, africana forra, de nação jeje, que, segundo consta, “vivía doida” pelas ruas da Freguesia. Na região da Pedreira, descendo pela Ladeira de Santa Tereza, havia o Beco dos Calafates, onde foram identificados 39 indivíduos. As africanas mais antigas da região identificadas neste estudo foram Narcisa Borges, com 80 anos, que morreu no ano de 1831, e morava como agregada na casa de Antônio Maria da Silva, pardo e solteiro. Narcisa era africana de nação jeje, forra e viúva de João Guedes, crioulo, forro. E Tereza de Jesus, de 85 anos, morria no ano de 1834 em sua casa de morada de “moléstia interna” - era africana, jeje e casada com Antônio Gonçalves da Silva, também jeje e ambos libertos. Antônio foi cativo de Rita de São José.

Figura 7- Vista da 2ª região da Conceição da Praia entre a Rua da Alfândega e Santa Bárbara¹⁰⁵



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

¹⁰⁵ BNDB, Manuscritos, 50.05.014, Mapa da Vista Panorâmica de Luís dos Santos Vilhena, 1801, coleção Benedicto Ottoni. Disponível em Acervo Digital na Biblioteca Nacional do Brasil, http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22234. Acessado em 10 de setembro de 2023.

No interior da freguesia, caminhando para o sul, estava a região mais central e com maior divisão de ruas, becos, vielas, desde a Rua da Alfândega (fig. 7- nº42) até a Rua dos Ouvires. Nessa região a população perfazia um total de 452 pessoas: 282 eram de cor, 154 brancos e 14 sem identificação de cor. Nessa segunda divisão, a rua mais populosa era a Grades de Ferro; quando as pessoas saíam da região do Largo da Matriz em direção ao Guindaste dos Padres, primeiro passavam pela Rua da Alfândega, que nessa amostragem apresentou 10 moradores brancos, 2 crioulos, 1 pardo e 6 pretos africanos. A Rua da Alfândega parece ser um logradouro com a maior presença de pessoas brancas, e os escravizados que aqui aparecem são identificados nas residências senhoriais.

Seguindo pela rua principal encontravam-se prédios bastante alto; logo depois, entre a montanha e as casas, havia, do final do século XVIII para o início do XIX, uma escada arruinada, conhecida como escadaria do Palácio, que dava em um arco debaixo da casa de Relação na Praça do Palácio dos Governadores; subindo essa escadinha chegava-se à parte alta da cidade. Continuando para o sul, beirando o mar, encontrava-se o prédio da Alfândega e próxima estava a Igreja do Corpo Santo. Na Figura 8 temos uma visão da Freguesia a partir da Baía de Todos-os-Santos - a rua principal ficava atrás desses prédios que vemos no primeiro plano.

Logo após a Igreja do Corpo Santo (Fig. 7- entre os nº40 e 42), a rua com o mesmo nome - Rua do Corpo Santos - era formada por um conjunto de elementos e na rua em frente, estava o Edifício da Igreja, que servia de moradia. Esse complexo de ruas abrigava uma parcela mais popular, desta, 23 pessoas de cor, 10 brancos e 4 sem identificação de cor. Passando a Rua do Corpo Santo, chegava-se à Rua das Grades de Ferro. Segundo Vilhena, naquela vizinhança estava o Trapiche Grande, que servia de Alfândega de Tabaco, e outro trapiche chamado das Grades de Ferro.¹⁰⁶ O trapiche acabou dando nome àquela rua, que nessa amostragem, depois da Preguiça, era a mais populosa, com um total de 93 moradores: 63 pessoas de cor, sendo 27 crioulos, 15 pardos e 21 pretos africanos, e 28 brancos, além de 2 pessoas sem identificação de cor.

Um desses becos era o do Cais do Cal, que saía da Praia a caminho da Ladeira da Misericórdia. A Rua das Grades de Ferro ficava próxima ao Beco do Cais; neste local, no século XVIII, algumas casas haviam desabado e, para Vilhena, era perigoso transitar por ali. Subindo um pouquinho chegava-se à Rua da Fonte do Pereira, local destinado à coleta de água por parte

¹⁰⁶Vilhena, “Recopilação de Notícias”, 1802.

da população, assim como local de trabalho das ganhadeiras lavadeiras. A Rua da Fonte do Pereira era a terceira rua dessa localidade com maior incidência de moradores nessa amostragem, com 34 pessoas: 17 brancas e 17 de cor, destas, 1 cabra, 7 crioulos, 3 pardos e 4 pretos africanos. Próximo a essa rua estava o Beco do Mataporco, um pouquinho acima a Ladeira da Misericórdia e a Encosta da Montanha. Da Misericórdia, por uma transversal, podia-se sair na Encosta da Montanha, que também era cheia de casas e edifícios em ruínas; essa era uma ladeira tão íngreme que sua subida era quase impraticável. Nessas localidades, havia deslizamento de casas, como relata Vilhena em suas cartas.¹⁰⁷

Outra rua que ficava nessa mediação era a Rua dos Algibebes, que foi a segunda com maior índice de moradores, com um total de 35 pessoas: 13 brancas, 3 sem identificação e 19 de cor - 6 crioulas, 4 pardas, 9 africanas. Saindo da rua principal em direção ao mar teríamos um complexo de ruas estreitas e becos, eram eles: Praça São João, o Mercado de Santa Bárbara onde havia muito movimento, muitos trabalhadores. Para Vilhena, nessa região começavam becos medonhos, estreitos, imundos e escuros.¹⁰⁸

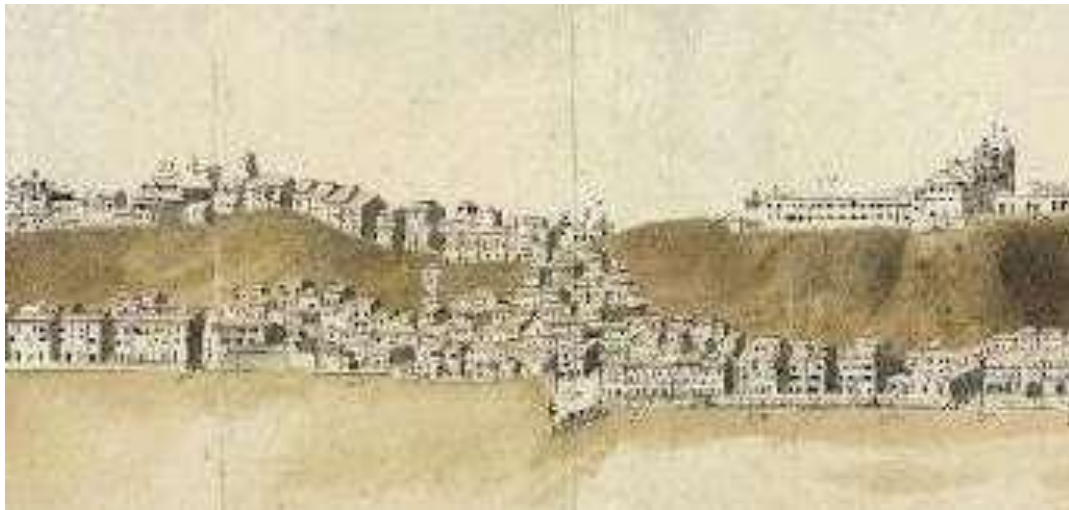
Analisando só os moradores dos Becos, encontramos 184 pessoas: 54 eram brancas, 4 sem identificação de cor e 126 população de cor, sendo 2 cabras, 43 crioulos, 35 pardos e 46 africanos. O Beco do Calafates, na região da Preguiça, era o com maior número de moradores nessa amostragem, perfazendo o total de 36, sendo 6 brancos, 1 sem identificação, 16 crioulos, 1 cabra, 2 pardos e 10 pretos africanos. Em seguida, estava o Beco do Grelo.

Das 126 pessoas de cor moradoras dos becos da Freguesia da Conceição da Praia, apenas 48 eram escravizados, destes 19 eram crioulos, 4 pardos e 25 pretos africanos. O de maior predominância era o dos Calafates, com 16 pessoas, depois os Tanoeiros, com 5, seguidos pelo da Praça São João e Beco do Grelo, com 4 pessoas cada, e Matriz e Nagô, com 3 pessoas cada. Já forros foram contabilizados em 37 pessoas, sendo 13 crioulos, 2 pardos e 21 pretos africanos. No Beco dos Calafates, 6 pessoas; Beco da Sacristia de Santa Bárbara, com 5 pessoas; Beco do Nagô e Mataporco, com 4 pessoas cada; e da Água de Gasto, com 3 pessoas. Sem identificação jurídica ou livres havia um total de 102 pessoas, sendo 54 brancas, 2 cabras, 13 crioulas, 28 pardas, 1 preto africano. Nessa análise, observamos que a maioria da população dos becos era formada pela população de cor. Portanto, nos relatos de Vilhena poderíamos dizer que metade das características apresentadas por ele para essas localidades estavam associadas às pessoas que ali habitavam.

¹⁰⁷ Vilhena, "Recopilação de Notícias", 1802.

¹⁰⁸ Vilhena, "Recopilação de Notícias", 1802.

Figura 8- Vista da 3ª região da Conceição da Praia entre o Guindaste dos Padres e a Praça do Comércio¹⁰⁹



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

A terceira região vai do Guindaste dos Padres até a Praça do Comércio, ali foram registradas 116 pessoas. Seguindo ainda para o norte pelas ruas estreitas, chegava-se a um pequeno largo onde havia um portão chamado de Guindaste dos Padres.¹¹⁰ Essas ruas, segundo Vilhena, tinham uma característica fúnebre pela altura dos edifícios.¹¹¹ Em direção à marinha encontrava-se a parte mais larga dessa localidade. Porém, “todas com igualmente [aparências] fúnebres”.¹¹² A primeira rua paralela, a principal, ficava debaixo de arcos escuros e com comerciantes ao longo da rua; barracas de quinquilharias encontravam-se nas bocas dos arcos, que eram conhecidos como os Arcos de Santa Bárbara. Passando esse trecho, chegamos ao Taboão (Fig. 8- nº 25); essa região era considerada “enfadonha e perigosa de subir pelas diversas direções que tomava, formando ângulos até chegar à Rua do Taboão que, já com menos tortuosidade, saía na rua principal da cidade alta em uma paragem chamada a Baixa dos Sapateiros”.¹¹³

Da Rua do Taboão (Fig. 8, nº 25), em direção do mar, foi construído o Forte de S. Fernando (Fig. 8, nº 24), porém aquele espaço anteriormente fora destinado à Praça do Comércio. Seguindo da Ladeira do Taboão em direção ao norte chegava-se ao Trapiche do

¹⁰⁹ BNDB, Manuscritos, 50.05.014, Mapa da Vista Panorâmica de Luís dos Santos Vilhena, 1801, coleção Benedicto Ottoni. Disponível em Acervo Digital na Biblioteca Nacional do Brasil, http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22234. Acessado em 10 de setembro de 2023.

¹¹⁰ Na parte de cima da Montanha ficava o Colégio e o Templo dos Jesuítas (fig. 8, nº 27/28).

¹¹¹ Vilhena, “Recopilação de Notícias”, 1802.

¹¹² Vilhena, “Recopilação de Notícias”, 1802.

¹¹³ Vilhena, “Recopilação de Notícias”, 1802.

Julião e, bem próximo, ao Forte São Francisco (Fig. 9, nº 20) por uma rua com edifícios altos onde se localizava o Cais Dourado; próximos estavam alguns trapiches, como Viúva, Manoel Pereira de Andrade e Barnabé. Passando esses espaços, chegava-se a “uma rua bastante larga e alegre até o átrio da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar”.¹¹⁴

2.2. MORAR NO BAIRRO DA PRAIA

2.2.1. ESTRUTURAS RESIDENCIAIS

A freguesia da Praia era muito populosa, com grandes casarões setecentistas de três a cinco pavimentos, com camarinhas, sótãos, águas-furtadas; no térreo, em geral, funcionavam os armazéns e lojas comerciais.¹¹⁵ Além das casas térreas, esses casarões estavam, em sua maioria, sediados entre a Rua da Alfândega e a Praça do Comércio.¹¹⁶

Se na casa grande rural a área de latifúndio dava status ao dono, na cidade, a altura do sobrado equivalia à riqueza dos proprietários rurais. Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, faz uma descrição de como seriam as habitações existentes na colônia:

três tipos distintos de casa e um só verdadeiro: a casa patriarcal brasileira com senzala, oratório, camarinha, cozinha, que nem as de conventos como o de Alcobaça, chiqueiro, cocheira, estrebaria, horta, jardim. As casas de engenhos e de sítio dando a frente para estradas quase intransitáveis; outras para os rios; os sobrados, para ruas sujas, ladeiras imundas, por onde quase só passavam a pé negros de ganho, moleques a empinarem seus papagaios, mulheres públicas.¹¹⁷

Na concepção de Freyre, os sobrados estavam à margem da total imundice e da vida pública. No entanto, para a Salvador de até meados do século XIX, o sobrado era moradia de pessoa abastada. No caso do bairro da Praia, a maioria dos grandes comerciantes morava em prédios desse tipo. Na cidade eram tipos de estrutura arquitetônica destinada à moradia os sobrados coloniais (Figura 09), as casas abarracadas¹¹⁸ (Figura 10), casas térreas (Figura 11) - essas apareciam em quase todas as freguesias centrais e se caracterizavam como residência das pessoas mais pobres -, as casas de sítios (ou chácaras) ou choupanas, que ficavam nas freguesias

¹¹⁴ Vilhena, “Recopilação de Notícias”, 1802.

¹¹⁵ Costa, “Ekabó”, p. 164.

¹¹⁶ BNDB, Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília: Tomo I de Luis dos Santos Vilhena, 1802, Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304880/mss1304880.pdf. Acessado em 10 de setembro de 2023.

¹¹⁷ Freyre, *Sobrados e Mucambos*, p. 152.

¹¹⁸ Processo cível, 1902, APEB, Série: Hipoteca, Setor Judiciário, 27/0950/08, f.32.

rurais.¹¹⁹ Já as casas avarandadas terão presença marcante na Freguesia da Vitória devido à quantidade de moradores ingleses deste o início do século.

Como afirma Nascimento, as casas abarracadas eram confortáveis e muitas estavam situadas em meio a grandes terrenos, chamados de roça. Acredito que pela estreita faixa de terra que era composta a freguesia aqui estudada não existia esse tipo de edificação. Sendo assim, Nascimento afirma que existiam no ano de 1855 um total de 537 edificações destinadas à habitação, sendo 47 casas de 4 andares, 136 de 3 andares, 99 com 2 andares, 80 com 1 andar e 175 casas térreas. Era ela uma localidade que crescia para alto. Em um processo cível de hipoteca encontrei a descrição de uma casa abarracada composta por três andares, pavimento térreo, andar nobre e sótão. Descritos da seguinte forma: com porta, três janelas de frente; no andar térreo com sala e seis quartos e uma dispensa, sala de jantar, cozinha e banheiro e saída para uma rua de fundo. No andar nobre três quartos, e um dito menor, sala de visita, sala de jantar, sala de engomar, cozinha. O sótão com três quartos e uma saleta. Existia um segundo andar, que foi uma reedificação dos proprietários, com duas salas de visitas, três quartos, sala de jantar, com frente para a rua principal.

Figura 9- Sobrados na Freguesia da Conceição da Praia¹²⁰



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

¹¹⁹ Ana Cláudia de Jesus Lopes, “Entre Farrapos e Trapos: Formação e cotidiano das Habitações populares coletivas na cidade do Salvador (1850- 1899)” (Monografia de graduação, Universidade Federal da Bahia, 2013).

¹²⁰Fotografia Cais, 1870-1880, BNDB, ARM.17.1.18(4), <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon206333/icon206333_05.jpg>, acessado em 12 de agosto de 2019 às 18:00.

Figura 10- Casas Abarracadas¹²¹



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

Figura 11- Destaque para a casa térrea entre os sobrados¹²²



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

No ano de 1757, a Praia tinha 5.464 habitantes dividindo 868 fogos,¹²³ o que correspondia a 14,6% da população total nas freguesias urbanas de Salvador.¹²⁴ Em 1774, esse

¹²¹ Maison habitée par des Anglais, environs de Bahia, 1836- 1839, BNDB, Desenho, ARM.6.3.1 (84) <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon372201_95/icon372284.jpg>, acessado em 12 de agosto de 2019 às 18:20.

¹²² Retirado do site: www.achetudoeregiao.com.br. Acessado em 24 de novembro de 2012.

¹²³ O termo “fogo” significando o domicílio tem suas origens em Portugal, onde em algumas regiões costumava-se acender o fogo dentro de casa, contrastando com outras em que a cozinha ficava fora do corpo da casa. Este fogo no interior da casa era aceso sobre uma pedra chata, rebaixada no chão, chamada “lar” ou lareira, e era em torno desse “fogo” que se constituía a unidade habitacional. Costa, “Ekabó”, p. 178, apud, Carlos A.C. Lemos. *Cozinhas etc.* São Paulo: Perspectiva, 1978. Além disso, o termo “fogo” é quase universal na denominação das moradias ao longo da história, remontando, no caso Europeu, ao Império Romano e presente em outras civilizações e sociedades.

¹²⁴ Thales Azevedo, *Povoamento da cidade do Salvador*, Salvador: Itapuã, 1955, p. 188.

número subiu para 8.017 almas em 913 fogos.¹²⁵ Isso significa que à medida que a população crescia, mais casas eram subdivididas.

2.2.2. MORADIAS DA PRAIA

Vilhena¹²⁶ descreveu as moradias dos soteropolitanos, afirmando que eram escassos os terrenos em que esses construíam suas casas, caracterizando-as como gaiolas de quatro e cinco andares. As construções eram erguidas sobre paredes de tijolos, de onde saíam em cada andar pontas de vigas com cerca de quatro e cinco palmos para fora das paredes; sobre estas pontas formavam-se varandas que acompanhavam toda a frontaria e eram utilizadas rótulas¹²⁷ cobertas com uns telhadinhos que saíam do nível do prédio com a função de desviar as águas. Já Mattoso afirma que as casas do século XIX impressionam pela pouca variedade nos modelos, e que essas se enfileiravam monotonamente.¹²⁸

Segundo Vilhena,¹²⁹ quem morava no segundo ou terceiro andar, a muito custo, poderia descobrir a rua ao lado oposto, que era uma área tomada daquele infinito tapume de rótulas que cobriam a maior parte das paredes, ficando assim as ruas fúnebres e desagradáveis para quem transitava por elas e, em geral, ruas mal calçadas.

De 1769 a 1778, quando governava a cidade o Marquês de Lavradio, não havia rótulas nas casas, as paredes eram revestidas de urupemas, que eram tecidos de canas bravas rachadas que formavam uma rede semelhante àquelas usadas pelos pescadores.¹³⁰ Do Marquês de Lavradio até o Marquês de Aguiar, os governadores em exercício no período em que Vilhena¹³¹ escreveu as cartas do Tomo I, todos enviaram portarias ao senado para que todas as propriedades que se levantassem ou reformassem tivessem um prospecto moderno, sem longas sacadas, e sim janelas de púlpitos com suas bacias de pedras ou madeiras ou mesmo sem elas.¹³²

Pensar a moradia em cidades como Salvador, capital baiana, no início do século XIX é entender que, até a segunda metade do Oitocentos, os bairros não tinham uma divisão espacial

¹²⁵ Azevedo, *Povoamento da Cidade*, p.190.

¹²⁶ Vilhena, *Recopilação de Notícias*, 1802.

¹²⁷ Eram de madeiras com gelosias para tapar as portas e janelas. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.

¹²⁸ Kátia de Queirós Mattoso, *Bahia no século XIX; Uma província no Império*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p.445.

¹²⁹ Vilhena, “Recopilação de Notícias”, 1802.

¹³⁰ Vilhena, “Recopilação de Notícias”, 1802.

¹³¹ Vilhena, “Recopilação de Notícias”, 1802.

¹³² Vilhena, “Recopilação de Notícias”, 1802.

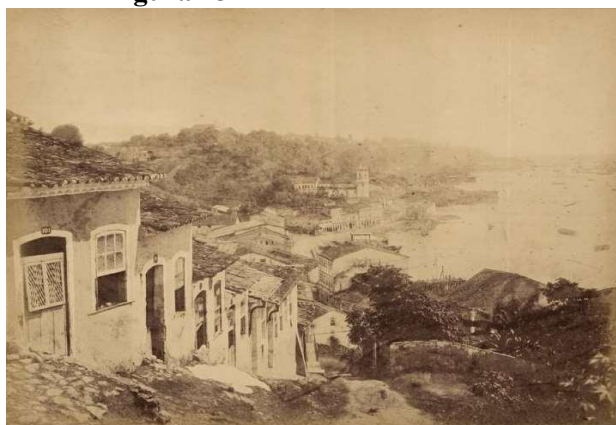
entre ricos e pobres; segundo Oliveira,¹³³ essa segregação não se fazia viável porque éramos uma “sociedade onde os escravos não se prestavam apenas aos serviços internos das residências de seus senhores, mas carregavam pessoas e mercadorias, pescavam, mercadejavam, cultivavam os gêneros que abasteciam os mercados, eram artesãos, marinheiros e estivadores”.

Figura 12- Rua da Cidade da Bahia¹³⁴



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

Figura 13- Ladeira em Salvador¹³⁵



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, acervo digital.

Até os anos de 1870, as moradias da população soteropolitana nas freguesias centrais e antigas, como a Conceição da Praia, tornavam vizinhos pessoas que ocupavam locais diferentes

¹³³ Maria Inês Côrtes de Oliveira, “Viver e Morrer no meio dos seus”. *Revista USP*, n. 28 (1995/1996), pp. 174-193, 189.

¹³⁴ Biblioteca Nacional Digital Brasil (BNDB), Salvador, Fotografia, Ruas da Bahia, 1834 a 1865. Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon21044/icon1018503.html. Acessado em 10 de setembro de 2023.

¹³⁵ Biblioteca Nacional Digital Brasil (BNDB), Salvador, Fotografia, Ladeira de São Francisco de Paula, 1870-1880. Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6446. Acessado em 10 de setembro de 2023.

na pirâmide socioeconômica. Na Figura 12 temos uma típica rua baiana do século XIX. Essa não era uma Rua da Conceição da Praia, mas aqui utilizamos a imagem para representar como eram as ruas das freguesias centrais da capital baiana, onde casebres, sobrados e prédios eclesiásticos eram erguidos lado a lado, ruas sem calçamento, na maioria das vezes de chão batido. Nesta imagem há uma calçada, mas em muitas ruas essa não era a realidade. Segundo Mattoso,¹³⁶ as residências eram sobrados que podiam abrigar uma ou várias famílias, diversas pessoas sós. Ao lado dos sobrados, enfileiram-se essas casinhas de taipa (fig. 12), com uma porta e uma, ou no máximo duas, janelas dando para a rua, unidas em parede-meia, alinhadas em lotes mais compridos que largos. Eram construções pouco sólidas, que logo ruíam quando deixavam de ser ocupadas; Mattoso afirma ainda que todos os espaços das paróquias do centro da cidade estavam tomados por essas casas.

Já a Figura 13 nos mostra uma ladeira com casas térreas, modelo de parede meia, ruas de chão batido, sem calçamento. Autores como João José Reis, Ana Amélia do Nascimento, Maria Inês Oliveira e Ana de Lourdes Costa apontam para essa não segregação urbana; no entanto, era fácil diferenciar uma casa de rico da de pobre, ou casa de branco e de pessoas de cor, seja pela estrutura arquitetônica, a forma de ocupação dos espaços, ou pela referência na documentação, como veremos no terceiro capítulo.

Quando se fala de estrutura física da moradia, as freguesias centrais eram compostas por sobrados, casas térreas e avarandadas. Santos,¹³⁷ estudando arranjos de moradia no Rio de Janeiro entre 1808 a 1850, observou que nesse período predominavam na capital do país casas térreas e os poucos prédios que se percebia serem públicos. A autora apresenta uma diferença em relação à capital baiana, que tinha nas freguesias centrais (Conceição da Praia, Sé e São Pedro Velho) os sobrados e, em seguida, as casas térreas. Já no Pilar e Santo Antônio Além do Carmo predominavam as casas térreas, e na Vitória, as casas avarandadas. Esse estilo de casa que tinha o jardim proeminente e residências afastadas umas das outras se proliferou entre as famílias mais abastadas na primeira década da segunda metade do século XIX.

Não que antes não existissem essas casas, elas se tornaram presentes em Salvador já no início do século com a chegada dos ingleses que se instalaram no Corredor da Vitória. Casas-jardim, como foram chamadas por Maria Graham no período de sua estadia na casa do cônsul inglês Miss Pennell¹³⁸, ou casas de chácaras, como chamou Gilberto Freyre¹³⁹. Porém, com a

¹³⁶ Mattoso, *Bahia no século XIX*, p. 446.

¹³⁷ Santos, *Além da Senzala*, pp. 1-178.

¹³⁸ Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p. 168.

¹³⁹ Freyre, *Sobrados e Mucambos*, p. 152.

expansão da ideia de moradia distante do local de trabalho, os sobrados passaram a ser considerados insalubres, sendo por diversas vezes um dos focos dos higienistas e médicos que acreditavam que suas precárias condições eram um dos causadores das epidemias ao longo do século XIX.

O sobrado, que era uma estrutura arquitetônica de moradia mais antiga, em muitos momentos teve suas estruturas residências empobrecidas e, também, enegrecidas¹⁴⁰. Esses sobrados já tinham espaços reservados para a população escravizada nas lojas e sótãos no século XIX. Mas, em determinado momento, alguns deles passaram a ser divididos pela população de cor - liberta, escravizada ou livre. Em outros casos a ocupação espacial dentro daqueles prédios era uma representação das condições socioeconômicas da sociedade.¹⁴¹

Na documentação, a casa da população de cor era classificada como casebre. Segundo Daniele Santos de Souza, no século XVIII o local reservado para esses escravizados que moravam sobre si eram esses casebres de pau a pique e taipa construídos em terrenos dos próprios senhores, ou construídos em vielas e becos em freguesias como Conceição da Praia, próximos aos locais onde a oferta de trabalho era maior; muitas vezes eram um pouco distantes da residência senhorial. A autora informa que os sobrados e as lojas naquele período ainda não eram utilizados como espaços de aluguéis para escravizados e libertos, algo que se tornaria mais frequente no século XIX.¹⁴² Daí observamos que na documentação da Devassa dos Malês o termo casebre ainda era utilizado para designar a casa de pretos - libertos ou escravizados; também eram utilizadas, às vezes, as palavras lojas, fogos em sobrados, casas térreas e puxadinhos. O termo casebre tornou-se para a polícia significado de casa de preto.

2.3. POPULAÇÃO ESCRAVIZADA E O MORAR POR SI

A população escravizada da Freguesia da Praia nessa amostragem perfazia um total de 406 pessoas; quando detalhamos a população de cor, os africanos (205) eram a maioria, seguidos dos crioulos (160) e pardos (34). Analisando de forma mais detalhada a população escravizada que apareceu nos assentos eclesiásticos produzido por Dendê Bus, percebemos que a maioria dos cativos da Praia tinham suas moradias na casa senhorial. Observamos que muitos deles moravam em becos, mas a escassez territorial daquela localidade acabava levando a uma

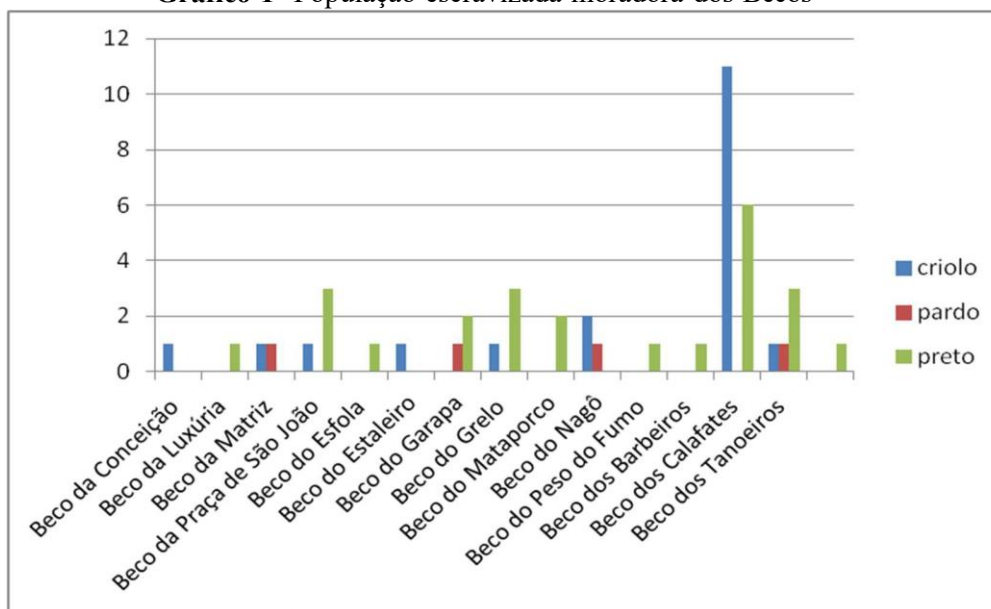
¹⁴⁰ Wilson Roberto de Mattos, *Negros contra a ordem: Astúcias, resistências e liberdades possíveis* (Salvador, 1850-1888), Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008, 206p.

¹⁴¹ Reis, *Rebelião Escrava no Brasil*, p. 400.

¹⁴² Daniele Santos de Souza, “Entre o serviço de casa e o ganho”, pp. 102-12.

vizinhança múltipla, e brancos e população de cor escravizada ou liberta habitavam os mesmos logradouros.

Gráfico 1- População escravizada moradora dos Becos



Fonte: Livro de Óbito da Igreja Matriz da Conceição da Praia entre 1824 a 1836.

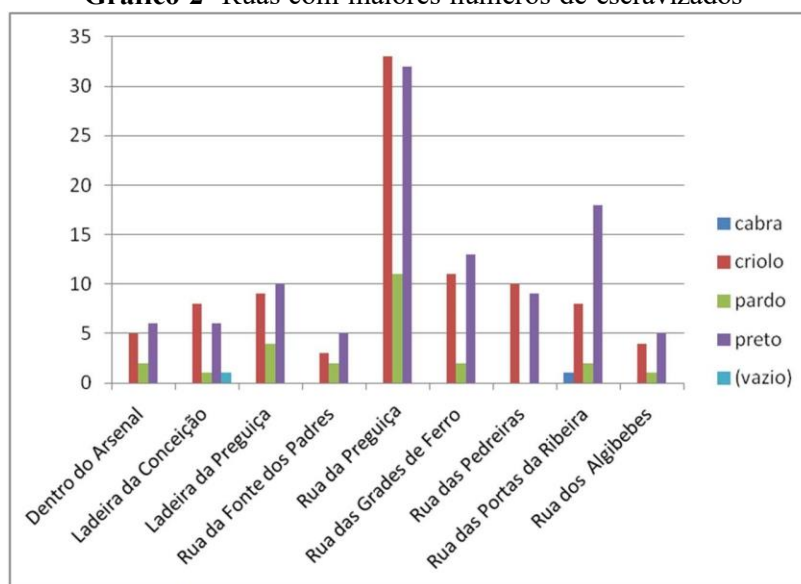
No Gráfico 1 observamos que a quantidade de africanos moradores dessas localidades é maior que a de crioulos e pardos. Apenas no beco dos Calafates a presença dos crioulos era maior. Com relação ao gênero, o percentual de mulheres era maior do que o de homens. Já os arranjos de moradia mais associados a elas foram as residências senhoriais e muitas dessas mulheres acabam sendo citadas no registro de óbito de seus filhos, como no caso de Claudina, africana, solteira e mãe de João, de 1 ano e 2 meses, moradores da Rua das Grades de Ferro; ambos eram escravizados de Francisco Lopes Martinho e residiam com ele.

Outro arranjo de moradia presente para as escravizadas era como agregadas/inquilinas. Muitas dessas mulheres eram escravizadas de pessoas que eram agregadas. Joaquina foi uma dessas mulheres, africana de nação angola, solteira e escravizada por Caetana Maria do Espírito, solteira e parda, que morava de favor no Beco do Estaleiro na casa de João José Ferreira. Além de Caetana e Joaquina, foi associada a essa moradia Maria, crioula, escravizada, "párvula" e filha natural da última. Já os escravizados homens moradores dos becos foram associados à residência senhorial (12) e morando sobre si (4).

Nas ruas ditas principais foram identificados 336 escravizados moradores, com maior predominância na Rua da Preguiça (76), Rua das Portas da Ribeira (29), Rua das Grades de Ferro (26), Ladeira da Preguiça (23), Ladeira da Conceição (16), Dentro do Arsenal da Marinha

(13), Rua das Pedreiras (19), Rua dos Algibebes (10) e Rua da Fonte dos Padres (10), como vemos no Gráfico 2. No gráfico notamos a predominância de pretos, que são os africanos, em relação às outras classificações de cor. De nove ruas que apresentamos no Gráfico 2, seis têm presença maior de africanos e três, de crioulos. Os arranjos de moradia mais presentes nesse caso são: agregados e/ou inquilinos (69), proprietários (227), sobre si (4), sem identificação (34). Quando analisamos por gênero, mulheres eram 157 e 179 homens.

Gráfico 2- Ruas com maiores números de escravizados



Fonte: Livro de Óbito da Igreja Matriz da Conceição da Praia entre 1824 a 1836.

Habitar a residência do senhor, por um lado, significava perda e intimidade e autonomia, por outro, poderia representar maior segurança, já que fazia parte das obrigações senhoriais cuidar de seus cativos.¹⁴³ Estudando arranjos de moradia de escravos no Rio de Janeiro entre 1808 a 1850, Ynaê Santos observou que em algumas casas de famílias mais abastadas existiam lugares destinados aos escravizados. Em casas de famílias medianas e pobres, os cativos dormiam em esteiras colocadas nos corredores e cozinhas. Essa condição de precariedade nas instalações, segundo a autora, fez com que esses criassem brechas para a negociação por melhores condições de moradia.¹⁴⁴

Nesta seção iremos analisar arranjos de moradia tomando como base os vestígios deixados nos assentos de óbitos da Matriz da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia produzidos pelo cônego Manoel Dendê Bus entre os anos de 1824 a 1836. A Tabela 3 mostra a

¹⁴³ Santos, *Além da Senzala*, p. 63.

¹⁴⁴ Santos, *Além da Senzala*, pp. 63-6.

quantidade de indivíduos escravizados e forros que habitavam determinados tipos de moradia. Entre os tipos identificados no assento de batismo para escravizados e forros identificamos: agregados (aqueles que podiam morar na casa de pessoas por “favor ou compaixão”); depositados (que estavam sob custodia de alguma família); outros (que dividiam a casa com outra pessoa, em alguns casos alugando espaços ou residindo de favor em casas de parentes consanguíneos ou étnicos, amigos de vida); proprietários (viviam nas residências senhoriais); seu (quando habitavam suas próprias moradias, assim como sobre si). Faço essa divisão guiada pela descrição feita por Dendê Bus na documentação.

Nessa mesma documentação encontramos o caso de Constança, escravizada, africana de nação mondobí, classificada como solteira, que habitava a residência de sua proprietária no Beco do Tanoeiro - consta que em 1826 tinha aparentemente 30 anos e que faleceu no dia 28 de maio do mesmo ano, tendo sido a causa de sua morte descrita como motivo de parto.¹⁴⁵ Porém, Constança não morreu horas depois de dar à luz; permaneceu ainda por quase 3 meses sofrendo com as sequelas do parto. No dia 4 de junho do mesmo ano, seu filho foi batizado com o nome de Henrique, crioulo, escravizado de Maria Francisca, africana tapa, forra e solteira. Henrique teve como padrinho Antônio Francisco Fernandes, africano, haussá, forro, solteiro e morador das Grades de Ferro. Antônio e Maria eram vizinhos e deveriam ter laços com a mãe da criança. Segundo Oliveira, os africanos viam no compadrio mais uma instituição destinada a fortalecer os laços que os ligavam aos membros de sua comunidade e a possibilidade de tecer uma rede de proteção e apoio para seus filhos.¹⁴⁶ Normalmente, os padrinhos eram pessoas que tinham vínculos com os pais, podendo assumir as crianças caso esses faltassem, e eram quase sempre escolhidas pessoas que estavam na mesma condição que os pais ou em condição superior. O fato de o padrinho ser um homem livre residindo na vizinhança representava vantagens para os escravos, muitas vezes maiores do que propiciavam amizades íntimas ou laços de família.¹⁴⁷ Nesse caso, a escolha do padrinho poderia gerar futuramente vantagens para Henrique.

A população de cor da Praia nesse estudo fazia um total de 1.483 pessoas entre forras e escravizadas. Nessa conta entraram falecidos, seus cônjuges, pessoas que apareceram no banco

¹⁴⁵ Olhando rapidamente percebemos que a maioria dos homens e mulheres aqui citados tiveram como causa das mortes moléstia interna, que parece ser aquele diagnóstico geral sobre causas que não eram conhecidas. Porém, algumas mulheres são associadas à hemorragia, inflamação, de parto, fluxo de sangue. Ver Maria José de Souza Andrade.

¹⁴⁶ Oliveira, “Viver e morrer no meio dos seus”, p. 184.

¹⁴⁷ Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In João José Reis (orgs), *Escravidão e Invenção de Liberdade*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988, p. 47.

de dados por terem hóspedes, inquilinos ou agregados falecidos, mas que eram pessoas de cor, mães, pais, proprietários e padrinhos. Todo esse universo era formado por crioulos(as), pardos(as), cabras e africanos(as).

Depois da população vinda da África, os crioulos e forros eram o segundo maior grupo que habitava a freguesia da Praia. Desse total, havia 112 pessoas de cor, cujos arranjos de moradia foram identificados “sobre si” ou “seu”, como vemos na Tabela 2, com apenas 9 pessoas escravizadas, as demais todas forras.

Tabela 2-Arranjos de Moradia População de Cor

COR	Arranjo de Moradia		
	Seu	Sobre Si	Total geral
Cabra	3		3
Crioulo (a)	41		41
Pardo (a)	2		2
Preto (a)	62	4	66
Total geral	108	4	112

Fonte: Livro de Óbito da Igreja Matriz da Conceição da Praia entre 1824 a 1836.

De certa forma, a Freguesia da Praia dava ao trabalhador das ruas uma otimização de seu tempo, a possibilidade de menos esforço para voltar à casa e, naqueles casos de escravizados cujos proprietários moravam em outras freguesias, uma autonomia ainda maior. Além disso, morar fora da residência senhorial também servia para aumentar a lucratividade do senhor. No século XVIII também era comum escravizados morando na Freguesia da Praia e os proprietários morando em Freguesias mais distantes, como a Vitória.¹⁴⁸

Pode ter partido dessas premissas a decisão de Bento e Silvestre de saírem da Freguesia da Vitória para morar no Beco do Grelo, na Freguesia da Praia. Ambos foram escravizados por José Antônio Severo. Bento foi um dos escravizados que estavam enquadrados no arranjo de moradia “sobre si” ou “seu” nessa amostragem, como vemos no Gráfico 6. Faleceu no ano de 1828, com 50 anos, era africano de nação mina. Três meses depois, em agosto, morria Silvestre, com idade aparente entre 30 para 35 anos, também africano e escravizado e morador do Beco do Grelo.¹⁴⁹ Levantei a hipótese de serem vizinhos ou morarem na mesma residência a fim de dividir os custos, ter um pouco mais de privacidade, longe dos olhares senhoriais, e ainda sanar as despesas semanais do proprietário. Outra questão trazida por João José Reis é que a

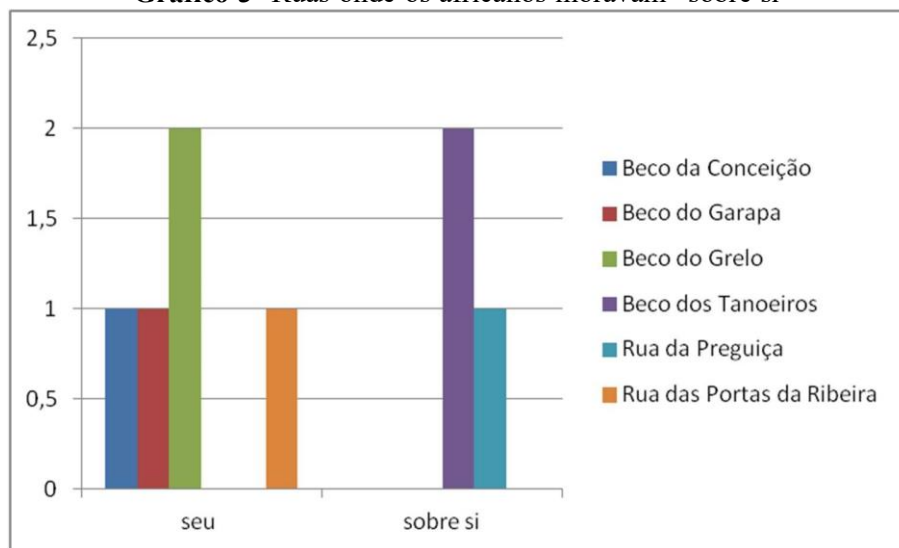
¹⁴⁸Souza, “Entre o serviço de casa e o ganho”, p. 102.

¹⁴⁹ FSD, Registros da Igreja Católica, 1598-2007.

identificação étnica (as nações) foram meios para a constituição dos arranjos de moradia. Analisando um arrolamento feito em 1849 na Freguesia de Nossa Senhora de Santana, onde existiam 52 residências ou fogos com mais de um inquilino, ele identificou 71,7% que abrigavam homens e mulheres da mesma nação.¹⁵⁰

O ato de “morar sobre si” era um acordo entre senhores e escravizados. Uma negociação que acontecia dada a relação de ambos e não existia uma regulamentação que tratasse de direitos e deveres, tanto de escravizados como de proprietários. Para Daniele Souza, “esse tipo de acordo proporcionava ao senhor comodidade e ao escravizado, mobilidade, contribuindo para ampliar as possibilidades de construção de relações das mais diversas dentro da comunidade negra, longe das vistas senhoriais”.¹⁵¹ Como já citamos, as posturas e diversas leis que tocavam na questão da moradia escrava acabavam conduzindo as estratégias que esses indivíduos desenvolviam para obter um pouco mais de autonomia em suas moradias.

Gráfico 3- Ruas onde os africanos moravam “sobre si”



Fonte: Livro de Óbito da Igreja Matriz da Conceição da Praia entre 1824 a 1836.

O Gráfico 3 apresenta as regiões na Freguesia da Praia em que esses escravizados constituíam suas moradias. Existe uma enorme predominância dessas residências nos becos, eram nesses locais que eram construídos os casebres. Na amostragem que fizemos utilizando o livro de óbito os moradores dos becos estão um total de 180 indivíduos, sendo 123 população de cor (pardas, crioulos, africanos, cabras), 53 brancos, 4 sem identificação de cor, tendo seus

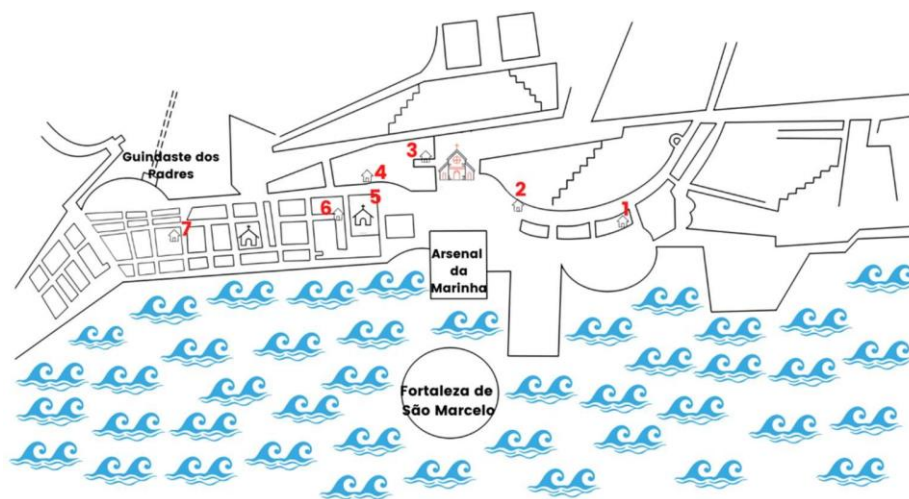
¹⁵⁰ Reis, “Entre Parentes”, p.283.

¹⁵¹ Souza, “Entre o serviço de casa e o ganho”, p. 102.

arranjos de moradia sido classificados como agregados, outros e o seu. Nos becos, os estilos de construção de moradia eram os casebres (puxadinhos) ou casas térreas.

No Mapa 3, identificamos a disposição dessas residências na Freguesia e notamos que a ocupação se dá em toda a extensão territorial dessa localidade, desde as primeiras do bairro até as últimas ruas, quase fazendo fronteira com a Freguesia do Pilar, como no caso do Beco do Garapa, localizado depois da região de Santa Bárbara, tão citada no capítulo anterior. Apenas em dois endereços temos, nessa amostragem, mais de um morador habitando a mesma rua, o Beco dos Tanoeiros e o Beco do Grelo.

Mapa 3- Endereço das moradias de escravizados



No ano de 1833, na madrugada de 21 para 22 de março, um sobrado desabou no Beco dos Tanoeiros (nº 6 do Mapa 3); o edifício era subdividido e tinha entre seus habitantes escravizados que moravam “sobre si”. O prédio tinha as condições precárias dos prédios coloniais da Freguesia da Praia no século XIX. Acidentes, deslizamentos e desabamentos acabavam acontecendo; no mesmo ano, numa noite, em uma rua vizinha ao Beco do Tanoeiro, no Corpo Santo, o Trapiche Grande, a propriedade de Thomaz Jeremoabo teve a parte da frente vindo ao chão, fatalizando, entre outros, um menino que tinha idade entre 11 e 12 anos - por sorte houve poucas vítimas, porque aquele caminho era muito movimentado durante o dia e um acidente naquelas proporções poderia ter levado à morte um número maior de pessoas.

Não sabemos se naquela noite de 21 para 22 de março de 1833 estava chovendo ou se a falta de manutenção naquele prédio o fez cair. Nesse prédio morava Antônia, africana escravizada, aparentando ter 50 anos, nagô, solteira e moradora do Beco do Tanoeiro; era escrava de Antônio, também, nagô, solteiro, forro e morador da mesma rua. No primeiro momento considerei Antônia como moradora da residência de seu proprietário, mas na verdade eles eram vizinhos e, devido a um acidente em sua residência, essa acabou sendo levada para a casa de seu senhor para tentar se curar.¹⁵² No dia 21 de março o telhado do sobrado e os andares acima de sua casa caíram sobre sua cabeça e, após dois dias agonizando, ela foi a óbito. Clemente, outro morador daquele prédio, faleceria 6 dias após o acidente; Calabar também era africano, solteiro e com aproximadamente 30 e tantos anos, era escravizado e pertencia a Dona Joaquina de Tal, branca, viúva e moradora da Freguesia de São Pedro no Portão da Piedade. Não sabemos se eles dividiam o mesmo espaço ou se moravam em cômodos diferentes, se tinham alguma relação pessoal ou se simplesmente eram vizinhos. No capítulo 3 adentraremos as moradias e analisaremos como era conflituosa a vida cotidiana na Conceição da Praia onde a vizinhança era tão distinta.

¹⁵² "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007", banco de dados com imagens, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8P9V-QL?cc=2177272&wc=M78M-8WL%3A369568701%2C370114901%2C370588801>: 22 de maio de 2014), Salvador > Nossa Senhora da Conceição da Praia > Óbitos 1828, junho de 1834 > imagem 166 de 204; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía).

CAPÍTULO 3: CONFLITOS COTIDIANOS DA FREGUESIA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA

3.1. FISCALIZANDO CORPOS E MORADIAS.

A moradia de libertos e escravizados era constantemente associada, pela sociedade soteropolitana do início do século XIX, à criminalidade, ajuntamento de preto, lugar que abrigava subversivos. O edital de 1833 da Junta Policial apresenta questões sobre residências, permanência nas freguesias, mudanças de moradia entre freguesias, presença de visitantes estrangeiros na cidade, dando mostra de como as autoridades da época estavam articulando o controle da população nos espaços públicos e privados e deliberando sobre as moradias e a população considerada suspeita.

Este edital da Junta Policial proibia manter as portas das casas abertas até tarde porque estas davam acesso às lojas que podiam servir de abrigo a criminosos. Estabelecia que todas as portas das casas deveriam ser fechadas ao toque de recolher e, enquanto estivessem abertas, as lojas precisariam estar iluminadas. As lojas nos sobrados¹⁵³ ficavam na parte abaixo do nível da rua; como uma espécie de porão ou senzala urbana,¹⁵⁴ e eram reservadas para a escravaria; muitos libertos acabavam alugando aqueles espaços, e o partilhavam com escravos e caixeiros.¹⁵⁵ Nessas lojas, muitos senhores trancavam seus escravos à noite para evitar fugas e fazer com que eles cumprissem o toque de recolher.¹⁵⁶ Segundo Mattoso, as revoltas envolvendo escravizados, e as diversas regulamentações de proibições sobre a vida destes, davam “indícios da insegurança que reinava então nas ruas da cidade, sobretudo até a década de 1840”.¹⁵⁷

Outro ponto apresentado no edital era uma queixa à facilidade com que os proprietários de prédios urbanos alugavam as lojas a pessoas desconhecidas e sem profissão, pois aqueles locais serviram de depósitos de objetos roubados, ajuntamento ilícito, depósitos de armas, além do que já informamos anteriormente. Também estabelecia que não fossem alugados espaços de morada a escravos que não tivessem nenhuma pessoa “idônea” como fiadora do seu comportamento. Desta forma, recaía sobre a população de cor o estigma da criminalidade e da necessidade de fiscalização, tanto da parte policial quanto da sociedade civil. Até as tavernas

¹⁵³ Costa, “Espaços negros”, pp. 18-34.

¹⁵⁴ Reis, *Rebelião Escrava*, p.402.

¹⁵⁵ Costa, “Ekabó”, pp. 6-216.

¹⁵⁶ Reis, *Rebelião Escrava*, p. 402.

¹⁵⁷ Mattoso, *Bahia, Século XIX*, p. 452.

e botequins, locais reservados ao divertimento da população após o trabalho, deveriam ser fechados ao toque de recolher, pois se acreditava que nesses locais a ociosidade “era um fecundo germen e manancial de roubos, violências e assassinos, ordinários e geralmente praticadas por homens sem ocupação e vagabundos”.¹⁵⁸ Segundo Mattoso, para os baianos, o perigo escravo causava os mesmos temores que as chamadas “classes perigosas” provocava na elite abastada parisiense.¹⁵⁹

Em *Cidade Febril*, Sidney Chalhoub explica a expressão “classe perigosa”, que teria surgido no início do século XIX¹⁶⁰ e, naquele contexto, estava associada a pessoas que cometeram algum crime e logo passaram pela prisão. Já no final do século XIX, período por ele estudado, nos debates parlamentares na Corte que se seguiram à Lei da Abolição, esse termo se ampliou e passou a se referir àqueles que viviam na ociosidade, na falta de trabalho e na criminalidade. Essa “classe perigosa” estava associada, portanto, às classes mais pobres e, no caso de Salvador, uma cidade urbana e escravocrata, as duas classificações - “classe perigosa” e “classe pobre” – eram dirigidas à população de cor: libertos, escravizados ou livres.

Chalhoub analisa um contexto de reformas, da Abolição, da Proclamação da República e da criação de leis e estereótipos para a população egressa do cativeiro. Nesta dissertação, o enfoque é Salvador na segunda e terceira décadas do Oitocentos. No período aqui analisado, o Brasil era recém-independente, estava se construindo institucionalmente enquanto nação, fortalecendo os laços escravistas e implementando leis que serviam para controlar a população, em um clima de revoltas envolvendo todos os setores da população. Porém, como o mesmo autor afirma, no Brasil, desde o início do uso da noção de “classes perigosas”, os negros se tornaram os suspeitos preferenciais.¹⁶¹

Na Bahia, durante os anos de 1824 a 1836, tanto entre os legisladores quanto nos sistemas jurídico e policial, mesmo em alguns momentos ocultando a questão da cor, havia uma associação da população de cor e pobre ao perigo, à vadiagem, à imoralidade. Esta associação estava presente também em relação a suas moradias, como veremos no caso da casa de Manoel e Tereza, que foram denunciados pelos vizinhos, pois eram considerados como suspeitos e incômodos à moralidade.

Mas qual era sentido de lar para essa população moradora da Freguesia da Conceição da Praia entre os anos 1824 e 1836? Em freguesias centrais, como a Conceição da Praia, libertos

¹⁵⁸ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Salvador, Seção Colonial e Provincial, Correspondência Recebida sobre Diversos Assuntos, 1827-1835. Governo da Província, Polícia, Maço nº 3108.

¹⁵⁹ Mattoso, *Bahia, século XIX*, p. 452, apud Louis Chevalier, *Classes laborieuses et classes dangereuses*.

¹⁶⁰ Chalhoub, *Cidade febril*, p. 20.

¹⁶¹ Chalhoub, *Cidade Febril*, p. 23.

e escravizados em muitos casos dividiam o espaço de moradia. Aos escravizados a condição de “morar sobre si” permitia que vivessem longe do domínio de seu senhor, dando certa “liberdade” na escolha dos companheiros para dividir esses espaços e a vida. Utilizando a documentação policial, registros eclesiásticos, trechos de periódicos e os autos da devassa dos malês, neste capítulo pretendo discutir as motivações que levaram essa população a dividir esses espaços e qual o sentido ou importância que eles tinham na vida daquelas pessoas; quais eram os arranjos de moradia mais frequentes naquela localidade e que acordos sociais, políticos, amorosos e financeiros levavam esses indivíduos à escolha dos(as) companheiros(as) de moradia.

A divisão interna dos sobrados reafirmava a hierarquização étnica, racial e social: aqueles que ocupavam os andares mais altos estavam mais bem colocados socialmente, os que ocupavam os andares inferiores também ocupavam a base da pirâmide social da época.¹⁶² Este capítulo visa, portanto, pensar as moradias da população de cor em uma região central, portuária e comercial como a Conceição da Praia, e entender as diversas articulações sociais, financeiras, de solidariedade e apadrinhamento que muitos libertos e escravizados operavam para morar nessa localidade.

É fundamental ressaltar que no início do século XIX o modelo de divisão de espaços urbanos de Salvador, segundo os principais estudos sobre o tema, eram as estruturas arquitetônicas – os grandes casarões, sobrados etc., como vimos no capítulo anterior; o que diferenciava ricos e pobres na Praia era a forma de ocupação daqueles espaços.¹⁶³ Ainda não existia uma separação por bairros de ricos e pobres. Uma freguesia como a Conceição da Praia, limitada em espaço territorial, acomodava seus vizinhos mais ilustres e os menos favorecidos na mesma rua. Brancos ricos, brancos pobres, libertos, livres de cor e escravizados dividiam o mesmo logradouro; no entanto, os conflitos sociais, culturais e econômicos estavam presentes todo o tempo, como veremos mais à frente.

Analisamos no primeiro capítulo a divisão da população por ruas, tomando como base a amostragem do banco de dados para os anos de 1824 a 1836 dos livros de batismo e óbito da Conceição da Praia. Como vimos, nos tipos de moradia daquela freguesia predominavam sobrados e casas térreas, mas entre ruas e becos eram construídos puxadinhos que abrigavam uma boa parcela da população trabalhadora. Quase todas as residências tinham paredes conjugadas, conhecidas como paredes meias. Essas moradias, quando pertencentes a africanos

¹⁶² Reis, *Rebelião Escrava*, p. 400.

¹⁶³ Sobre ocupação social nas freguesias ver Nascimento, *Dez Freguesias*; Costa, “Ekabó”; Reis, *Rebelião Escrava e A Morte é uma Festa*; Mattoso, *Bahia no século XIX*.

libertos e/ou escravizados, serviam em alguns casos para divertimento, conversas, espaços de articulação de conspirações; eram utilizadas por ganhadeiras, libertas ou escravizadas, para preparar os alimentos que eram vendidos nas ruas, mas também, como local de culto de suas crenças, espaço educativo onde se ensinava a ler e escrever na língua árabe (no caso dos Malês) e para aprendizado de ofícios e encontros amorosos.¹⁶⁴

O controle da população de cor na sociedade soteropolitana era grande, havia necessidade de estabelecer formas como esses deviam agir e se portar. E as leis e posturas, com suas punições, forjavam o ritmo da vida desses indivíduos. Dispositivos importantes eram as posturas municipais que serviam como uma tentativa de “controle civilizatório” na vida pública e privada da sociedade baiana.

Estudando formas de controle na cidade da Bahia no século XVIII, e analisando os festejos do reinado e moradia escrava, Souza explicou que a autonomia escrava naquele período era contestada pelas autoridades, que acreditavam que era a razão da desordem, dos roubos e abusos. Assim como as proibições aos ajuntamentos de pretos e batucadas também eram aplicadas naquele período. Para as autoridades da época aqueles eram espaços de desordem, de acolhimento de criminosos e de resultados de roubos.¹⁶⁵

Passados quase um século e a tentativa de conter alguns movimentos da população de cor permanecia. A postura de nº 87 de 1831 proibia que donos de tendas, botequins, tavernas e demais casas de mercado público permitissem algazarras, jogos não permitidos por lei e que escravizados demorassem naqueles estabelecimentos.¹⁶⁶ Já a postura de nº 70 do mesmo ano “proibia os batuques, danças e ajuntamentos de escravos em qualquer hora e lugar”.¹⁶⁷ Essas posturas forçavam um sistema em que a população e as autoridades se tornassem vigilantes e controladoras dos corpos e vidas pretas.

No ano de 1832, um morador da região de Santa Bárbara, na Freguesia da Praia, que usava o codinome “Contramestre”, enviou uma correspondência ao periódico “O descobridor de verdade” fazendo uma denúncia. Afirmava “que no domingo, desembarcando na Praça de São João às quatro horas da tarde, avistou dois grupos de negros e negras, debaixo dos Arcos de S. Bárbara, fazendo com seus batuques um barulho insuportável”.¹⁶⁸ Questionava a

¹⁶⁴ Esses usos foram relatados nos depoimentos dos envolvidos na Revolta dos Malês. Devassa do Levante de escravos em Salvador, 1835. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Anais, Salvador, SCT/APEB, 1996. Essas utilidades foram relatadas nos depoimentos dos envolvidos na Revolta dos Malês.

¹⁶⁵ Souza, “Entre o serviço de casa e o ganho”, p.106.

¹⁶⁶ FCM, liv. 119-5, fl. 37,65. Página 48

¹⁶⁷ FCM, liv. 119-5, fl. 38,70. Página 48. Ambas estudadas por Ana de Lourdes Costa, p. 190.

¹⁶⁸ *Descobridor de Verdade*, Bahia, 28 ago.1832, p. 4-5. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749680>

vigilância e competência do Juiz de Paz da localidade dizendo: “é muito admirável que sendo o Juiz de Paz da Freguesia da Conceição da Praia tão severo para outras coisas fosse tão benigno em consentir esta que incomoda a todos”.¹⁶⁹ Quando a punição do severo Juiz falhava, ali estavam os vizinhos, a sociedade civil e/ou os periódicos para vigiar e denunciar, e o aparato policial para punir.

Salvador no século XIX pode ser classificada como uma cidade negra. Soares¹⁷⁰ afirma que cidades negras não foram apenas desenhadas pelas arquiteturas e intervenções urbanísticas, mas também nas relações e na corrida pela sobrevivência da população negra e mestiça.¹⁷¹ Analisando os espaços de sociabilidade e moradia, o autor aponta em seus estudos um local marcado pela repressão policial no Rio de Janeiro chamado de zungus. Entender em que as casas de libertos e escravizados na Freguesia da Praia se assemelhavam ou distanciavam desses espaços estudados na Corte pelo autor é de grande importância e relevância para compreendermos as articulações feitas por essa população para obtenção de um espaço de moradia em uma freguesia central, urbana e portuária como a Praia. O primeiro ponto que precisamos analisar é o que era o zungu:

um tipo de moradia para onde convergiam homens e mulheres negros. E igualmente constituía um espaço de invenção de práticas culturais prontamente reprimidas se praticadas à luz da lua. Um esconderijo, um reduto bem protegidos na imensidão de corredores e becos dos labirintos urbanos para onde convergiam silenciosamente centenas de africanos, escravos, pardos, mulatos, libertos, crioulos e pretos em busca de amigos, festas, deuses e esperança.¹⁷²

Os zungus abrigavam, portanto, rearranjos culturais, econômicos, simbólicos e, apesar da repressão constante sobre aqueles espaços, onde era possível construir laços de sociabilidade. É importante trazer outros significados da época para este espaço de moradia representado como “casa de cômodo dividida para ser alugada à “gente dá mais baixa ralé” e lugar de “imoralidades” para “vagabundos, capoeiras, desordeiros e ébrios”,¹⁷³ também associado a som barulhento, falatório e rixas de negros.¹⁷⁴

¹⁶⁹ *Descobridor de Verdade*, 28 ago.1832, p. 4-5.

¹⁷⁰ Carlos Eugênio Líbano Soares, “Nas quitandas, moradias e zungus: fazendo gênero” In: Juliana Barreto Farias, Flávio dos Santos Gomes, Carlos Eugênio Líbano Soares e Carlos Eduardo Moreira de Araújo (orgs.), *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*, 2ª ed. (São Paulo: Alameda, 2006), pp. 83-102.

¹⁷¹ Soares, “Nas quitandas, moradias e zungus: fazendo gênero”, pp. 83-102.

¹⁷² Soares, “Nas quitandas, moradias e zungus: fazendo gênero”, p 84.

¹⁷³ Soares, “Nas quitandas, moradias e zungus: fazendo gênero”, apud Visconde de Beaurepaire- Rohan.

¹⁷⁴ Soares, “Nas quitandas, moradias e zungus: fazendo gênero”, apud Joaquim Macedo Soares.

No ano de 1831, foram levados presos Manoel das Virgens e Thereza de Jesus, ambos casados, porque sua casa era considerada pelos vizinhos e autoridades policiais como local de quilombar. Tentando entender o que seria essa expressão, acabo notando semelhanças entre o que Líbano apresenta para o Rio de Janeiro, claro que tomando os devidos cuidados. Segundo o autor, o termo “zungu” apareceu pela primeira vez na documentação policial da Corte em 1830, e se tornou uma expressão recorrente e marcante na segunda metade do século XIX, a partir do ano de 1868. Antes desse período, entre 1808 e 1821, a expressão mais encontrada era “casa de quilombo ou casa de angu”. E essa casa de angu estava associada à expressão “dar fortuna” e se refere a uma casa onde sacerdotes de alguma religião clandestina conseguiam por meio de feitiços realizar os desejos de seus clientes.¹⁷⁵ A casa de Manoel foi classificada como casa de quilombo e a expressão “dar ventura” acaba tendo o mesmo significado que “dar fortuna”.

Na correspondência¹⁷⁶ enviada pelo delegado da Freguesia da Conceição da Praia, Raimundo da Silva, ao Juiz de Paz da localidade, foi feita uma denúncia por meio de um abaixo-assinado dos vizinhos de Manoel das Virgens, em que se queixavam de que Manoel costumava fazer quilombos, tendo em sua casa muita gente de ínfima condição, e que quase todos os dias eram insultados por ele e sua mulher com ameaças e palavras injuriosas e que ambos não tinham respeito para com as famílias honestas que ali moravam. Os vizinhos também reclamavam das inúmeras bebedeiras. Nesta correspondência não é informada a cor de Manoel e de sua mulher, tampouco o endereço. Mas como o delegado está acusando os donos da residência de fazer quilombo, logo fica implícito que se trata de uma casa de pretos.

Em *Domingos Sodré*, João José Reis apresenta o termo quilombo como associado a moradias ocupadas por africanos, que alugavam sobrados e dividiam em fogos usando tapumes e vários outros sublocavam.¹⁷⁷ Um ponto abordado pelo autor e que aparece sendo questionado no edital de 1833 é o aluguel desses sobrados a pessoas suspeitas. No entanto, “para os proprietários a pontualidade dos inquilinos africanos no pagamento dos aluguéis falava mais alto”.¹⁷⁸ O autor discute a segunda metade do século XIX, fazendo sempre algumas menções ao início do Oitocentos.

¹⁷⁵ Soares, “Nas quitandas, moradias e zungus: fazendo gênero”, p. 88.

¹⁷⁶ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Salvador, Seção Colonial e Provincial, Correspondência Recebida de Juizes, 1830-1835. Governo da Província, Justiça, Maço nº 2681.

¹⁷⁷ João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, pp.94- 140.

¹⁷⁸ Reis, *Domingos Sodré*, p. 104.

Sejam quilombos urbanos, calundus, candomblés ou zungus, as moradias de africanos libertos ou escravizados e de nascidos no Brasil, livres, libertos ou escravizados, acabavam sendo classificadas na época com um tom depreciativo. Nesse sentido, “quilombar”, expressão usada para denominar a casa de Manoel e Thereza, desassociava aquele espaço à casa ou moradia, colocando-a como espaço de reunião de fugitivos, suspeitos ou criminosos. Hoje entendemos esses espaços como locais de resistência, onde existiam noções de solidariedade bem estabelecidas, locais destinados a cultuar suas divindades, a momentos de divertimento e outros. Durante as primeiras décadas do século XIX, entre 1807 e 1835, escravos trazidos da África realizaram mais de duas dezenas de conspirações e revoltas.¹⁷⁹ Os batuques de pretos, práticas religiosas e divertimentos de africanos, segundo João José Reis, evocavam sempre o fantasma da rebelião.¹⁸⁰

As moradias eram locais privados e as intimidades dos moradores estavam reservadas, em alguns casos, às quatro paredes que isolavam aquele espaço do mundo externo. No entanto, Algranti¹⁸¹ afirma que nas cidades brasileiras privacidade era algo que não existia nas ruas apertadas que separavam essas casas. Seja pelo distanciamento entre as paredes ou pelas gretas dos assoalhos que separavam um fogo do outro, era fácil ter acesso à vida íntima dos vizinhos. Desta forma, ficava fácil a vigilância por parte da vizinhança. Em 1835, nos depoimentos das testemunhas no caso do Levante dos Malês, um vizinho de Elesbão, um dos acusados, descreveu com detalhes como aquele vizinho se comportava em sua casa, pois a testemunha afirmava que conseguia ver toda a movimentação por uma greta no assoalho, como veremos mais à frente.

Já Mattoso, utilizando como referência relatos de viajantes do século XIX, afirma que muitas vezes a privacidade dos moradores naquelas freguesias urbanas ficava preservada por suas portas, janelas e paredes, no entanto, nos fundos das casas, nos quintais normalmente abertos, “a intimidade dos lares ficava exposta à curiosidade dos vizinhos”.¹⁸² Mas à frente neste capítulo veremos que as estruturas residenciais da população negra não guardavam intimidade e nem privacidade em ângulo algum. Segundo o delegado Raimundo da Silva, Manoel e sua esposa não respeitaram as advertências das autoridades competentes e vários

¹⁷⁹ João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 34.

¹⁸⁰ Reis; Silva, *Negociação e Conflito*, p. 37.

¹⁸¹ Algranti, “Famílias e vidas domésticas”, p. 96.

¹⁸² Mattoso, *Bahia século XIX*, p. 446.

guardas foram até sua casa prendê-los e lá acharam muitas armas proibidas por lei, além de várias imagens.¹⁸³

Manoel foi caracterizado com a profissão de “dar venturas”. Foram encontradas em sua casa “um Santo Antônio enforcado em uma corda, Santo Senhor falso” e outras coisas que não foram descritas pelo delegado. Após a revista na casa do acusado, tanto ele como sua esposa foram conduzidos à cadeia e, segundo a documentação, foi procedida a prisão em conformidade com a Lei. Manoel das Virgens, além de ser associado a quilombeiro, também teve atribuída a profissão de dar ventura. Luis Nicolau Parés afirma que “no século XVIII, adivinhar ou “dar ventura” ocorria geralmente por meio de experiências de mediunidades, “possessão” ou outras técnicas, como olhar na água, e somente no século XIX aparece registrado o uso do sistema de Ifá ou jogo de búzios”.¹⁸⁴ No caso de Manoel, não sabemos quais os métodos utilizados para exercer essa prática, visto que a descrição na documentação não traz pormenores. Porém essas práticas não eram crimes em 1831. Pela “Constituição de 1824, mesmo sendo a religião Católica Apostólica Romana a oficial, eram permitidas outras que se limitassem aos cultos domésticos ou em casas destinadas a isso, sem que essas se configurassem Templos”.¹⁸⁵

Outras questões foram colocadas sobre a residência e sobre Manoel para classificá-lo como criminoso. A convivência entre ricos e pobres, brancos, crioulos, cabras e pardos, africanos, estrangeiros e nascidos no Brasil, livres, libertos e escravizados nas mesmas ruas gerou muitos conflitos em diversas freguesias centrais e populosas como a Freguesia da Praia, porque muitos naquela sociedade não aceitavam ser vizinhos de pessoas consideradas por eles de pouca civilidade.

Na relação de indivíduos que foram presos e sumariados no mês de setembro de 1831¹⁸⁶ constava o nome de Manoel das Virgens e Thereza de Jesus, presos como quilombeiros. Foi assim que descobrimos o nome de sua consorte, porque na correspondência analisada anteriormente, ela é descrita todo o tempo como a mulher de Manoel das Virgens. Nesta mesma relação de indivíduos presos no mesmo dia em que Manoel e Tereza temos: Simplicio, Rita, Felisberta e Dimas (o único com identificação de cor preta) e todos os escravizados sendo descritos como fugidos - os três primeiros foram soltos por seus proprietários com a alegação de que não eram fugidos. No primeiro momento não fiz associação à situação do casal Manoel

¹⁸³ APEB, SCP, Maço nº 2681, Correspondência Recebida de Juizes.

¹⁸⁴ Luis Nicolau Parés, *A Formação do Candomblé: histórias e ritual da nação jeje na Bahia*, São Paulo, Editora da Unicamp, 2007, p. 113.

¹⁸⁵ Reis, *Domingos Sodré*, p. 141.

¹⁸⁶ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Salvador, Juizes de Paz da 1ª Vara, 1831, Seção Colonial e Provincial. Governo da Província, Judiciário, Maço nº 2679.

e Tereza, mas depois, analisando com mais calma e tomando como base as informações trazidas na documentação referente às muitas pessoas naquela casa, e, também, pensando nos amplos significados dados à expressão quilombeiros e tendo esses indivíduos sido presos no mesmo dia que o casal, imagino que podiam ser todos moradores da casa de Manoel e Tereza. Como sabemos, muitos escravizados, com autorização de seus senhores, dividiam moradia com outros escravizados ou libertos.

Além de serem denunciados como quilombeiros, ambos foram associados à prostituição, pois em sua casa fora encontrada uma mulher conhecida como desonesta, com uma filha de nome Francisca da Conceição, de idade entre 13 e 14 anos, considerada como donzela, cuja virgindade estava sendo colocada em leilão para quem pagasse mais por seu defloramento. A adolescente foi retirada da casa de Manoel e do poder de sua mãe e depositada na casa de José Joaquim Ribeiro, um morador da Freguesia da Praia, considerado um homem honesto, onde a menor seria entregue a uma pessoa que pudesse cuidar de sua educação. Mas o que contribuiu para que essa casa fosse classificada como um local de criminosos, pessoas ínfimas e imorais é o que veremos mais à frente.

Segundo Soares, o imaginário das autoridades municipais da Corte, no final do século XIX, preocupadas com a crescente aglomeração de gente pobre no centro da cidade, via aqueles homens como desocupados e as mulheres como prostitutas.¹⁸⁷ Porém, se pensarmos em Salvador da primeira metade do século XIX, podemos entender porque as autoridades soteropolitanas acreditavam que esses lugares fossem de desordeiros, ladrões, ajuntamentos ilícitos, asilo de criminosos, quando em muitos casos eram apenas moradia ou locais de encontro de trabalhadores libertos e escravizados, assim como as trabalhadoras libertas e escravizadas que buscavam descansar, manter relações afetivas, ter alento, divertimento ou um momento de encontro com sua fé e espiritualidade.

Mas por que a casa de Manoel e Tereza foi considerada imoral? Supostamente aquela deveria ser uma casa, do que hoje chamamos de uma religião afro-brasileira, aonde as pessoas iam para cultivar suas divindades, “buscar cura, remédios para aliviar males”.¹⁸⁸ Nesse caso, a imoralidade de Manoel das Virgens estava, apesar de sua cor não estar especificada na documentação, na condição de ser um homem preto que livremente usava sua casa para cultivar e exercer sua religião e atividades permitidas, mas não desejadas no período.

¹⁸⁷ Soares, “Nas quitandas, moradias e zungus: fazendo gênero”, p 84.

¹⁸⁸ Parés, *Formação do Candomblé*, p. 115.

É importante entender que para a sociedade soteropolitana do século XIX a casa era um local adjunto à moralidade; nela a família “distinta” tentava encerrar as mulheres distintas, que pouco saíam de casa, construíam suas famílias e eram “consideradas a alma do lar e administradoras daquele mundo”.¹⁸⁹ Nesse sentido, o lar, a residência estava associada a pessoas idôneas, logo, à família branca, mesmo que subliminarmente. Nas classes médias e altas, as mulheres viviam reclusas, apenas saíam para as igrejas, passeios públicos com a família e reuniões sociais com os maridos.¹⁹⁰ Em paralelo a isso, a rua era um local ocupado pela população de cor, era dali que saía seu sustento. Viajantes, quando descreverem a vida cotidiana urbana soteropolitana, afirmaram só ver nas ruas humildes ganhadeiras à cata de clientes ou mulheres envoltas em caponas, da cabeça aos pés, mensageiras de negócios ilícitos.¹⁹¹ “A rua era o território dos negros por excelência, a casa, dos brancos, sobretudo das mulheres”.¹⁹²

A Freguesia da Conceição da Praia era comercial e portuária, onde a presença de homens e mulheres negros vendendo, transitando e oferecendo sua força de trabalho era constante. Esses moradores eram associados à rua, à marginalidade, à imoralidade. Logo, as casas destes não poderiam ser consideradas como lar, muito menos os arranjos de moradia que se estabeleciam entre eles, visto como suspeitos e sempre como objeto de controle e vigilância.

Voltando um pouco no tempo, o trabalho de Souza afirma que apesar de todo o controle e de todas as leis que visavam punir e coibir ações dos escravizados, “as autoridades coloniais entendiam que, para manter a ordem escravista e assegurar a colonização, não bastava o uso exclusivo e indiscriminado da violência. Espaços de autonomia, ludicidade e negociação eram necessários em defesa da própria ordem”.¹⁹³ No entanto, a vigilância e a fiscalização em espaços de autonomia eram instrumentos para evitar riscos aos brancos e à própria Coroa.¹⁹⁴

Eram os laços de solidariedade, apadrinhamentos e as relações de sociabilidades entre africanos e seus descendentes que marcavam as formas como estes articulavam suas moradas e conduziam suas vidas. Desta forma, a união e os laços fortaleceram a trajetória do lado de cá do Atlântico - era se “ajuntando”¹⁹⁵ que eles se fortaleciam, e isso era claro para as autoridades da época.

¹⁸⁹ Mattoso, *Bahia, século XIX*, p. 448.

¹⁹⁰ Mattoso, *Bahia, século XIX*, p. 449, apud Thales de Azevedo, *Namoro, religião e poder*, p.123.

¹⁹¹ Mattoso, *Bahia, século XIX*, p. 449, apud A. Dugrivél, *Des bords de La Saône à la baie de San Salvador ou promenade sentimentale em France et au Brésil*, p. 358.

¹⁹² Reis, “Entre parentes”, pp. 275-276.

¹⁹³ Santos, “Entre o serviço de casa e o ganho”, p. 110, apud João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

¹⁹⁴ Santos, “Entre o serviço de casa e o ganho”, p. 110.

¹⁹⁵ Termo pejorativo utilizado na época para denominar grupo de pretos. Aqui reutilizo colocando essa expressão como uma forma positiva porque acredito que era através dessa união que esses conseguiam sobreviver ao sistema.

Já com relação a Tereza, esposa de Manoel das Virgens, também presa e acusada de quilombeira, sobre ela recaiu a alegação de imoralidade e acusação de usar palavras obscenas e proferir inverdades sobre seus vizinhos. Em um estudo que foi defendido recentemente, Palafoz¹⁹⁶ identifica como o estigma da mulher barulhenta, ofensiva e desordeira atuou na construção social da mulher negra - essas que dominavam as ruas e usavam a força de suas vozes para conquistar o pão de cada dia. Essas mulheres circulavam a vender alimentos crus e cozidos, principalmente para fregueses africanos como elas. Diferente das mulheres brancas, as negras sempre trabalharam fora de casa.¹⁹⁷ Sobre as mulheres brancas recaiu a imagem de caseiras, restritas ao lar, visto que para o sistema patriarcal a rua era o inimigo, pois permitia o contato da mulher com o estranho.¹⁹⁸ Freyre afirma que as ruas das cidades eram sujas, com ladeiras imundas por onde quase só passavam a pé negros de ganho, moleques a empinarem seus papagaios e mulheres públicas.¹⁹⁹

Em “*Quotidiano e Poder*”, Maria Odila Dias²⁰⁰ mostra como mulheres pobres brancas, escravizadas ou forras na cidade de São Paulo foram associadas às ruas devido à sua enorme presença em diversos locais em busca do “ganha-pão” - muitas lutavam diariamente pela sobrevivência de sua família, que muitas vezes ela chefiava. Em Salvador, esse trabalho de rua ficava reservado à população liberta e escravizada, existia um preconceito com determinados ofícios o que levava, por vezes, a população empobrecida branca a preferir viver de favor, mendicância e/ou de caridade.²⁰¹

Em *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis mostra como essa divisão entre trabalho e casa não existia entre a população negra, as mulheres não podiam ser tratadas como “sexo frágil” ou “donas de casa” e os homens não podiam aspirar à condição de “chefes de famílias, pois mulheres, homens e crianças eram igualmente provedores para a classe proprietária de mão de obra escrava”.²⁰² Na sociedade baiana existia um modelo de mulher e um modelo de casa e tudo que estava à margem desse padrão era digno, de desmoralização pessoal, de questionamento sobre a índole e a conduta, e punição. E Thereza estava à margem.²⁰³

¹⁹⁶ Palafoz, “Desordeiras e Turbulentas”; ver, também, Cecília Moreira Soares, “Mulher negra na Bahia no século XIX”, (Dissertação de Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

¹⁹⁷ Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani, São Paulo, Boitempo, 2016, p.31.

¹⁹⁸ Freyre, *Sobrados e Mucambos*, p. 152.

¹⁹⁹ Freyre, *Sobrados e Mucambos*, p. 152.

²⁰⁰ Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1995, pp. 13-50.

²⁰¹ Sobre ver Walter Fraga Filho. *Mendigo, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996 e Costa, “Ekabó”.

²⁰² Davis, *Mulheres, raça e classe*, p. 35.

²⁰³ Um ponto negativo para essa abordagem é o fato de não ter a versão dos três envolvidos sobre o acontecido ocultando as reais condições daquele lar e daquelas pessoas.

3.2. QUESTÕES EM TORNO DA MORADIA AFRICANA EM 1835

Como vimos anteriormente no texto, a fiscalização das casas de escravizados e libertos existia de todos os lados e as queixas vinham tanto da vizinhança quanto das autoridades policiais. Após a noite do levante dos malês a busca pelos culpados seguiu nas ruas e nas casas de pessoas suspeitas. Naquela altura os possíveis infratores seriam africanos libertos, escravizados e logo os seus locais de moradia seriam revistados. Segundo Oliveira, até antes de 1835 o fato de africanos de mesma nação morarem juntos num mesmo imóvel, onde entravam e saíam seus “parentes”, amigos e conhecidos, escravos e libertos, era tão banal em Salvador que quase nunca despertava a atenção dos vizinhos.²⁰⁴ Como todo o levante foi pensando e articulado nas residências dos envolvidos, essa banalidade começou a ser vista com outros olhos.

Na Figura 9 mapeamos algumas ruas onde estavam localizadas casas de africanos que foram alvo de busca. Essas se deram entre os dias 25 e 27 de janeiro daquele ano em casas, todas identificadas como sendo de africanos, como vemos no Quadro 1, entre as regiões da Pedreira até Santa Bárbara, como vemos na Figura 9.

Quadro 1- Africanos moradores da Freguesia da Praia na Devassa dos Malês²⁰⁵

²⁰⁴ Maria Inês Côrtes de Oliveira, “Viver e Morrer no meio dos seus”. *Revista USP*, São Paulo, 28 (1995/1996), pp. 190-191.

²⁰⁵ Todos os gráficos e tabelas que estão neste capítulo foram produzidos com base nos bancos de dados feitos para essa dissertação.

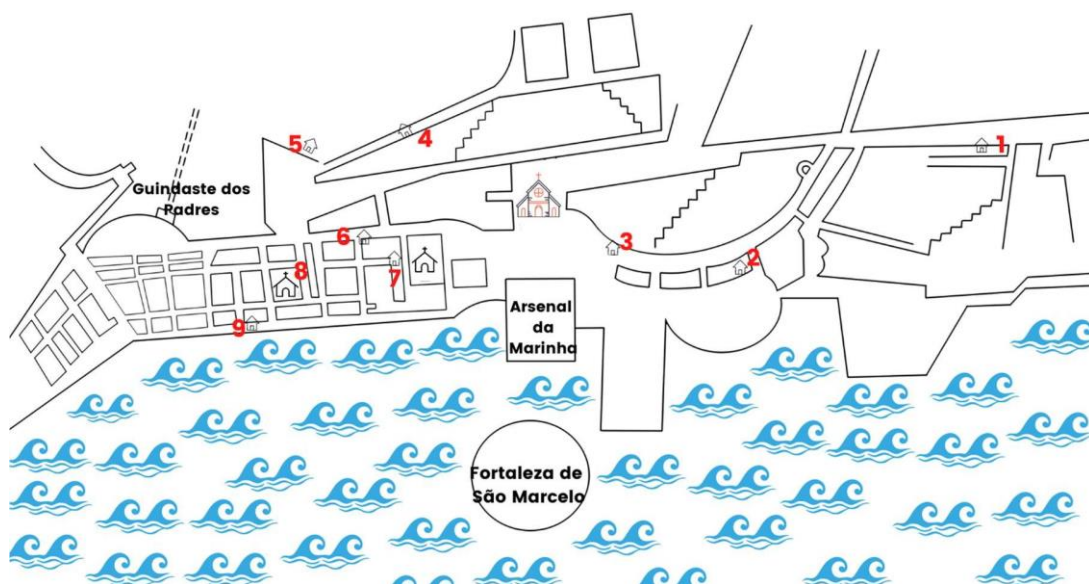
Nome	Nação	Condição	Ofício	Tipo de Moradia	Endereço	Encontrou algo suspeito
José da Costa	jeje	forro(a)	oficial de calafate	Sozinho	Beco do Mata Porco	Sim
Cosme	nagô	forro(a)	carregador de cadeira	NID ²⁰⁶	Beco do Mata Porco	Não
Joaquim	nagô	escraviza do		Proprietário	Cais da Amarras	Sim
Miguel Gonçalves	bornon	forro(a)	calafate	NID	às Pedreiras	Sim
Elesbão do Carmo	haussá	forro(a)	negociante	NID	Beco do Tanoeiro	Sim
Caetano Ribeiro	africano	forro(a)		NID	Beco do Tanoeiro	Não
Athanazio d' Etra	nagô	forro(a)	barbeiro	NID	Beco do Tanoeiro	Não
Felicidade	tapa	forro(a)	ganhadeira	Coletiva	Ladeira da Misericórdia	Não
Maria do Bonfim	nagô	forro(a)	ganhadeira	Coletiva	Ladeira da Misericórdia	Não
Claudina	tapa	forro(a)	ganhadeira	Coletiva	Ladeira da Misericórdia	Não
Cipriana	benguela	forro(a)	ganhadeira	Sozinha	Cais do Comércio	Sim

Fonte: Devassa do Levante de escravos em Salvador, 1835.

Morando muito próximos, às vezes na mesma rua, trabalhando diariamente nas ruas, essas pessoas possivelmente eram conhecidas, quando não tinham laços de parentesco e sociabilidade. Foram revistadas 9 casas, sendo 7 de homens e 4 de mulheres; os arranjos de moradia identificados foram: coletivo (com mais de dois moradores), sozinho, não identificado na documentação (NDI) e proprietário (na casa senhorial) como vemos no Quadro 1.

Mapa 4- Freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Praia

²⁰⁶ Não identificado na documentação.



Fonte: Livro de Óbito da Igreja Matriz da Conceição da Praia entre 1824 a 1836.

No dia 27 de janeiro, dois dias após a movimentação do levante nas ruas, os inspetores do 1º e 3º quarteirão da Freguesia da Conceição da Praia, a mando do Juiz de Paz, se dirigiram ao 3º quarteirão da mesma a fim de fazer uma busca na casa de um barbeiro. Segundo seus relatos, algumas pessoas informaram que aquele teria morrido na noite de 24 de janeiro, durante confronto com a cavalaria.²⁰⁷

Ao chegarem à tenda que ficava acima da casa da senhora Anna Joaquina, o termo senhora denota que aquela moradora era, segundo as convenções sociais da época, uma mulher de respeito e de moral intocável, provavelmente uma mulher branca, os inspetores arrombaram a casa do barbeiro falecido e nada acharam a não ser seus pertences e algumas ferramentas de sua oficina. Como só havia uma porta de entrada para a casa de Ana Joaquina e do barbeiro, os inspetores solicitaram que a senhora não permitisse que ninguém tirasse nada daquela tenda. Essa era uma característica de muitas residências que tinham moradia coletiva: para ter acesso aos fogos todos entravam e saíam pelo mesmo lugar.

O fato de a casa pertencer a um africano colocava o lugar como suspeito – a rebelião intensificou ainda mais o olhar vigilante e controlador das autoridades provinciais. Após a rebelião, o controle, a fiscalização e a punição dos africanos ficaram ainda mais concentrados.

²⁰⁷ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Salvador, Devassa do Levante de escravos em Salvador, 1835. Anais, Salvador, SCT/APEB, 1996, p. 177.

Ainda com relação à moradia, a Lei de nº 9 trazia algumas implicações que foram sentidas em boa parte do século XIX.

Quando o foco do meu estudo era a segunda metade do século XIX, identifiquei em muitas cartas trocadas por inspetores de quarteirões com delegados e subdelegados da Freguesia da Sé o controle e vigilância de casas, cortiços, lojas e fogos que eram identificados tendo como moradores a população de cor, e em 1868 muitos se valiam da Lei de nº 9 para garantir alguns impedimentos habitacionais para libertos e escravizados. Agora, voltando ao período desse estudo, no pós-rebelião dos Malês, em 1835, controle, fiscalização e punição foram sentidos de forma mais intensa.

Sobre controle e vigilância, Brito²⁰⁸ afirma que nos anos 1830 os africanos foram personagens que lideraram diversas revoltas, sendo a maioria nas regiões rurais, porém, como era comum o trânsito entre capital e áreas rurais, medidas eram tomadas para que a paz e sossego estivessem estabelecidos. Além disso, as leis elaboradas na Bahia também apontam uma preocupação com o fortalecimento político do grupo de libertos, o que era demonstrado em suas ações cotidianas em termos de autonomia econômica, organização e produção cultural.²⁰⁹

Essa organização e autonomia ficam visíveis quando observamos as articulações, as ações e o cotidiano desses africanos que são apontados como participantes da Rebelião. Havia uma rede de solidariedade que atravessava diversos setores da vida, como o trabalho, as relações pessoais, amorosas, financeiras e também em como esses viviam e administravam seus lares. Segundo Brito,²¹⁰ o Levante dos Malês trouxe uma nova realidade, e o poder de articulação dos africanos em torno de um projeto coletivo fora subestimado pelas autoridades políticas.

Após 1835, a Lei de nº 9 entrou em vigor com inúmeros artigos que tinham como objetivo agir de forma incisiva sobre a vida da população africana liberta na Bahia. Como muitos africanos não viviam sozinhos, a vigilância e o controle acabavam tocando um conjunto de pessoas que estavam ligadas mesmo que indiretamente a esses africanos libertos. Como nosso foco é a moradia, sabemos que muitas residências de africanos libertos eram espaços para que escravizados alugassem espaço tanto para habitar, como apenas onde deixar suas mercadorias, ter momentos de lazer e intimidade em relações amorosas. Como foi o caso de Cipriana Estevão, africana, forra, de nação benguela, que informou que vivia sozinha no Cais

²⁰⁸ Luciana da Cruz Brito, *Temores da África: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista*, Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 46-7.

²⁰⁹ Brito, *Temores da África*, p.44

²¹⁰ Brito, *Temores da África*, p.63

do Comércio; em sua casa foi encontrada uma espingarda que a mesma garantia ser de seu compadre Francisco, crioulo e morador de Mar Grande, que frequentava sua casa.²¹¹

A Lei de nº 9 tocava em diversas questões da vida cotidiana da população africana, porém no que tange à moradia tinham quatro artigos direcionados ao tema, sendo o de nº 17, que proibia aos africanos libertos a aquisição de bens de raiz por qualquer título que fosse, e os contratos [já existentes] a respeito seriam anulados.²¹² Como bem de raiz entendemos casa. Naquele momento estava sendo retirado dos africanos libertos e africanas libertas o direito de comprar o lar e de deixar esse bem como herança para seus herdeiros. Alguns inventários de africanos analisados nesse estudo mostram como eles conseguiam transformar essa aquisição em renda, em alguns casos com a construção de espaços destinados a aluguel.

Outro artigo, o de nº 18, proibia qualquer proprietário, arrendatário, sublocatário, procurador ou administrador de alugar ou arrendar casas a escravos ou até mesmo a africanos libertos que não se apresentassem munidos de autorização especial dada pelo juiz para isso.²¹³ Esse é o artigo que foi citado anteriormente, que encontrei algumas vezes em cartas trocadas por inspetores, subdelegados e delegados na segunda metade do século XIX. Para reforçar a necessidade de documentação que comprovasse quem eram aquelas pessoas, o artigo de nº 10 fala da necessidade de um arrolamento ou matrícula dos africanos libertos em que deveria constar seu nome, nação, idade provável, morada e ocupação.²¹⁴ O artigo que levanta a questão da moradia é o de nº 8 que estabelecia que os africanos forros de qualquer sexo que residissem ou fossem achados na província ficariam sujeitos à imposição anual de 10 mil réis.²¹⁵

No ano de 1830 uma lei semelhante ao artigo nº17 foi apresentada e nela também se proibia escravizados de possuir bens e de alugar imóveis – esta lei foi rejeitada. Brito supõe que a reprovação tenha sido porque ela acabava interferindo demais na relação senhor/escravo. Leis que tocavam diretamente nessa questão sempre foram rejeitadas. No século XVIII o Governador-Geral Vasco Fernandes Cesar de Menezes acreditava que os casebres de escravizados eram espaços de desordem, roubos e abusos e solicitou do rei de D. João V que proibisse esses de habitarem longe da casa senhorial. No entanto, esses acordos estabelecidos eram satisfatórios para ambos os lados: o senhor tinha uma economia com a despesa do cativo

²¹¹ APEB, Salvador, Anais, SCT/APEB, Devassa do Levante de escravos.

²¹² Brito, *Temores da África*, p.70

²¹³ Brito, *Temores da África*, p. 70.

²¹⁴ Esse arrolamento encontra-se no Arquivo Público no livro de Títulos de Residências de Africanos, no primeiro momento pensei na possibilidade de utilizá-lo, mas o período da documentação é de 1844 a 1846 e não encontrei nenhum registro de moradores da Freguesia da Praia.

²¹⁵ Brito, *Temores da África*, p. 68-9.

e o escravizado, a liberdade de escolher sua moradia e criar redes de solidariedade.²¹⁶ Esse acordo era firmado com o pagamento da taxa semanal.²¹⁷

Na Lei de nº 9 os artigos 17 e 18 tinham como proposta a proibição aos africanos libertos do convívio residencial com outros africanos, ficando condicionado esse convívio se obtivessem uma autorização.²¹⁸ Dentro de uma dinâmica de escravidão urbana que permitia ao escravo de ganho “morar sobre si”, essas proibições afetavam diretamente a vida desses sujeitos.

Na Rua do Julião, nº 372, localidade que ficava entre a Freguesia da Conceição da Praia e do Pilar, em um sobrado de três andares moravam libertos no ano de 1844. No primeiro andar vivia Domingas, africana liberta de nação jeje; tinha 70 anos, não informou a atividade e nem tampouco ano da alforria. Dividia a casa com Antônia, africana liberta, que tinha 40 anos, era de nação mina, sem identificação da atividade e do período de alforria. Além das duas ainda morava nesse mesmo andar Josefa, africana liberta, de nação mina com 72 anos. Todas solteiras.²¹⁹ Já no 3º andar morava Maria, africana liberta, estatura regular, cabelos crespos, olhos pretos, nariz chato, boca regular e rosto comprido, de nação nagô, com 35 anos de idade, solteira, não especifica atividade, mas afirma que desde 1839 obteve sua alforria.²²⁰ Essas quatro mulheres conseguiram permissão para habitarem esse espaço devido à autorização que lhes foi dada através dos Títulos de Residência.²²¹ Esses títulos são de 1844, quase dez anos após o Levante do Malês.

Nos depoimentos da Devassa dos Malês há indícios, através dos relatos dos suspeitos que foram levados para serem interrogados, de diversos arranjos de moradia e as articulações que libertos e escravizados faziam tanto em torno das questões de moradia como do trabalho. Alguns morando nas residências senhoriais, ocupando as lojas, os sótãos, casebres construídos nos quintais ou descansando em corredores ou nas dependências próximas à cozinha.²²² Esse movimento de dormir na casa de seus senhores algumas vezes era conjugado com a vivência

²¹⁶ Santos, “Entre o serviço de casa e o ganho”, pp. 102-127.

²¹⁷ Reis, “Entre Parentes”, p. 286.

²¹⁸ Brito, *Temores da África*, p. 71.

²¹⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Salvador, Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais- Governo da Província/ Série – Polícia: Título de Residência de Africanos Libertos (1842-1844)/ maço nº 5664.

²²⁰ APEB, SACP, Maço nº 5664, Título de Residência de Africanos Libertos.

²²¹ No Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), encontra-se essa documentação datada de 1842 a 1844, nela consta uma série de solicitações de título. A maior procura por essa documentação, nesse livro disponível para acesso, era de mulheres solteiras, moradoras de diversas freguesias da cidade. Essa documentação tem detalhes físicos dos solicitantes (serviam para identificar a pessoa), assim como condição se livre ou escravizado, nação, idade, estado civil, se casado vinha às informações do cônjuge, do que ambos trabalhavam local da residência e ano de alforria.

²²² Santos, *Além da Senzala*, p.57.

que tinham em casas de parentes e/ou locatários onde esses alugavam um canto para guardar seus pertences ou seus instrumentos de trabalho. Ou até mesmo passar momentos íntimos com seus pares amorosos.

Em *Rebelião Escrava*, Reis identificou alguns escravizados que alugavam espaços na casa de libertos para guardar alguns pertences e utilizar como espaço de encontro amoroso, mas ao final do dia dormiam na casa de seus senhores.²²³ Existiam aqueles que se dividiam entre dois lugares de moradia, como é o caso de Elesbão do Carmo,²²⁴ mais conhecido como Dandara, africano liberto, haussá de nação, morador do Caminho Novo do Gravatá, Freguesia de Sant'Ana. O negociante vivia de vender e comprar fumo e alugava um casebre no Beco do Tanoeiro, na região de Santa Bárbara, na Conceição da Praia para guardar seus produtos e manter encontros amorosos com sua amásia.²²⁵ Afirmava que naquele espaço parentes e amigos se reuniam, e lá era ensinado ofício aos rapazes. Esses espaços também eram destinados para ensinar a ler e escrever em árabe.

Ganhadeiras também utilizavam a casa de Elesbão para cozinhar os quitutes que vendiam nas ruas de Santa Bárbara, assim como para guardar seus tabuleiros e/ou caixinhas.²²⁶ Era o caso de Emereciana, escravizada, de nação haussá, moradora da Rua do Pão de Ló na Freguesia da Sé, apontada por alguns vizinhos como amante de Elesbão, mas que afirmava usar aquele espaço quando fazia comida para vender; pelo depoimento Emereciana dá a entender que não tinha contato com Elesbão e que pegava a chave com uma “cabrinha” chamada de Luiza. No entanto, como visto anteriormente, a intimidade dos moradores não se restringia às quatro paredes da residência e tanto vizinhos do mesmo sobrado, como de ruas próximas afirmavam que os dois eram amantes.

Sendo ou não amantes, apresento esse episódio buscando entender as múltiplas relações e sentidos que eram dados por libertos e escravizados a suas moradias. Utilizo esses indícios para relacionar a população de cor liberta e escravizada à residência, visto que essa parcela da população sempre esteve associada à rua. Como vimos no tópico anterior, a casa era um reduto que conservava a moral feminina da mulher branca e logo dignificava a família branca que habitava aquele espaço. Como a casa poderia ser associada à população de cor? Quando vejo na documentação os atributos e adjetivos pejorativos atribuídos aquelas localidades, percebo que esta era uma forma de classificar aquele morador. Na descrição da moradia da população

²²³ Reis, *Rebelião Escrava*, p.403.

²²⁴ Alguns dos personagens citados nessa sessão já foram discutidos em João José Reis, *Rebelião Escrava*.

²²⁵ APEB, Salvador, Anais, SCT/APEB, Devassa do Levante de escravos.

²²⁶ APEB, Salvador, Anais, SCT/APEB, Devassa do Levante de escravos.

de cor nos relatos encontrados na documentação da Devassa, frisava-se que eram casebres, “casas modestas construídas ao nível da rua em becos e ruas estreitas”.²²⁷ Acredito que essa forma de descrição e classificação também seja uma forma de distinguir o local e as posses daquela população.

No início do século XX chamar uma residência de quintal de nagô significava dizer que uma casa era suja e desarrumada,²²⁸ uma forma de insultar associando o local ao quintal da residência de africanos. Ao longo dessa dissertação notamos como a moradia da população preta e pobre está sujeita ao olhar negativo e de inferiorização.

Os adjetivos mencionados ao longo deste trabalho são balizadores de como esses espaços eram percebidos e como foram identificados ao longo do século XIX e início do século XX; deste período final é a crônica de Antônio Viana.

Na obra *Quintal de Nagô* de Antônio Vianna encontramos a descrição das residências da população baiana. E nos ajudam a entender como eram esses espaços. Vianna afirma que aqueles

“que habitavam os altos traziam os assoalhos lavados, diariamente, com abundante camada de areia. As paredes e os móveis espanados, quando não protegidos estes por panos de croché ou sobrecapas de pano de linho. Os tapetes batidos e rebatidos ao sol, para expulsão das poeiras e resíduos carregados de vento e pelos pés. [...] Os jarros de flores, com água mudada frequentemente, não davam ensejo a culturas prejudiciais. A louçaria enxaguada em água fervente, enxuta ao ar livre e repassada em toalhas apropriadas, só encontrava similar no asseio dos talheres e utensílios de cozinha, caprichosamente cuidados antes e depois da serventia, se a lata do lixo ficava a descoberta à ação das moscas, ratos e baratas, culpassem a criadagem que não tinha olhos nem olfato para ver e sentir a porcaria. Surpreendido que fosse o desleixo, vinha célere e eficaz o corretivo”.²²⁹

Já nas casas modestas, entre as citadas pelo cronista, pessoas decentes

“procuravam imitar as abastadas no trato das coisas domésticas. Encarnavam bem o tipo de pobreza cheirosa. Na ausência de adornos de preço, valiam-se dos sucedâneos de papel, da garrafinha de água no centro da mesa, refrescando verde raminho de manjerição ou arruda, suprimindo as flores. O chão esfregado amiúde, mostrava o cimento claro, sem ranhuras, polvilhado de areia alva, para ajudar a limpeza. Nas mínimas coisas, notavam-se a ordem e o propósito de parecer gente de trato. O mobiliário, por exemplo. As cadeiras ocupavam lugar

²²⁷ Reis, *Rebelião Escrava*, p.402.

²²⁸ Antônio Viana, *Quintal de Nagô e outras crônicas*, Universidade Federal da Bahia: Centro de Estudos Baianos, 1979, p.40

²²⁹ Viana, *Quintal de Nagô*, p. 40.

inacessível, suspensas às paredes por pregos, de onde só desciam em dias extraordinários de festa ou enterro.”²³⁰

Ao tratar das casas do que ele chamou de pobreza derrancada, afirmando ser aquelas pessoas que não sabem o que comeriam no dia seguinte, essas “não seguiam tais preceitos, pela razão única que lhe faltavam tudo.”

“Dormiam no catre. Sentavam-se em caixões de querosene. Comiam em cuias e tigelas de barro, em latas de doce e, em alguns casos, em pedaços de papel portador de farinha, ali mesmo servida com carne, se houvesse.”²³¹

Com relação a residência dos africanos, Viana afirma que se tratava de um modelo à parte. “Ao penetrar a moradia ficava-se na incerteza da definição de domicílio ou trapiche.”

“Moravam ali dezenas de criaturas, acomodadas em bancos, caixões, tábuas desmontáveis, mesas, tamborete e girais de varas de palha. Ninguém deixaria de dormir sossegadamente. Os corredores atravancados de volumes exerciam, na prática, as funções de quitandas, botequins, ponto de reuniões para decisões mais sérias entre os parceiros, que compareciam aos conselhos deliberativos da grei. Conselhos respeitosos, sussurrantes, de resoluções sigilosas a ouvidos estranhos.”²³²

Através desses relatos conseguimos perceber que a residência dos africanos não era vista como uma casa ou um lar, mas um local que servia para múltiplas funções, como eram o caso dos africanos que tratamos ao longo deste capítulo.

Voltando ao caso de Emereciana, ela era ganhadeira na região de Santa Bárbara e morava na parte alta da cidade, um pouco distante para andar com seus alimentos prontos e o fogo do sobrado alugado por Dandara era vizinho ao seu ponto de trabalho. Esse deve ter sido o motivo para usar aquele espaço: guardar e preparar seus alimentos. Arranjos como esses pareciam frequentes entre os trabalhadores do ganho - esses acabavam alugando espaços em lojas, quatinhos e sótãos para depositar seus pertences.

Alguns desses sobrados passaram pelo processo de empobrecimento e enegrecimento²³³ ao longo do século XIX, e o sobrado que Elesbão alugava no Beco do Tanoeiro é um bom exemplo desse processo. No primeiro andar do mesmo sobrado morava Luiz de França, solteiro, 26 anos, sem identificação de cor, que vivia do ofício de alfaiate e era natural de

²³⁰ Viana, *Quintal de Nagô*, pp. 40-41.

²³¹ Viana, *Quintal de Nagô*, p. 41.

²³² Viana, *Quintal de Nagô*, p.41.

²³³ Mattos, *Negros contra a ordem*, p. 206.

Salvador. Luiz afirmava que por uma greta que tinha no assoalho do fogo via o acusado²³⁴ com os dedos cheios de anéis, com um livro de letras desconhecidas; além disso, afirmou que na casa havia sempre reuniões com muitos pretos, que Elesbão fazia oração com contas grandes olhando para o céu e que a preta que morava com ele tinha também os dedos cheios de anéis.²³⁵

A falta de privacidade entre as residências é uma marca das estruturas arquitetônicas residenciais do período colonial. Não havia lugar para privacidade “numa sociedade continuamente devastada pelo olhar dos vizinhos, dada a proximidade das casas e das meias-paredes que as separavam e a estreiteza das ruas no mundo urbano”.²³⁶ E, como indicado no depoimento do vizinho de Elesbão, as gretas no assoalho levavam vizinhos a compartilhar totalmente a intimidade. Também no exemplo de Manoel e Tereza, discutido acima, os vizinhos foram os responsáveis pela denúncia de sua residência.

Adriano José de Souza, branco, português, casado, de 27 anos, vivia de negócio, também era morador da Santa Bárbara e vizinho de Elesbão. Outro era Paulo dos Santos Rocha, natural da Vila de Jaguaripe, pardo, solteiro, 24 anos, vivia do ofício de Alfaiate e morava nas Grades de Ferro, uma rua próxima ao Beco dos Tanoeiros. Esse morava por baixo do sobrado de Elesbão e informou que por diversas vezes viu seu vizinho lendo livros com escritas desconhecidas e fazendo oração com contas, também, desconhecidas.

Temos outro exemplo de arranjo de residência identificado como coletivo, aquele dividido por mais de três moradores. Foi o caso da casa das ganhadeiras Felicidade, Maria do Bonfim e Claudina, moradoras da Ladeira da Misericórdia. Era domingo, às 4:00 horas da tarde, as três estavam na frente de casa conversando ou simplesmente vendo o movimento da rua quando foram surpreendidas pelos inspetores e uns guardas na busca de elementos que as associassem ao movimento dos malês, mas nada foi encontrado.²³⁷

Felicidade e Claudina eram africanas de nação tapa e Maria Bonfim era de nação nagô, todas forras. Maria afirmava ser moradora naquele endereço fazia anos. Uma residência de mulheres africanas e forras não era novidade - os laços constituídos, seja pela experiência do cativo ou pela vivência do ganho, ajudavam a estreitar as relações. Mas por que só Maria afirmou morar nessa localidade havia muito tempo?

Pensando sobre a afirmação de Maria do Bonfim, Reis afirma que os africanos escravizados participantes da revolta tinham uma relativa estabilidade residencial, informando

²³⁴ Elesbão é acusado de ser uma das lideranças da Revolta dos Malês, seu caso é retratado em João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil*.

²³⁵ APEB, Salvador, Anais, SCT/APEB, Devassa do Levante de escravos.

²³⁶ Algranti, “Famílias e vidas domésticas”, p. 96.

²³⁷ APEB, Salvador, Anais, SCT/APEB, Devassa do Levante de escravos.

que de 49 que declararam tempo na última residência, 31 viviam na mesma casa por mais de 3 anos. A permanência na mesma residência por uma quantidade significativa de anos permitia “a formação de laços mais duradouros de vizinhança entre os escravos e consolidava redes de sociabilidade, facilitando a formação de grupos religiosos”.²³⁸

O ambiente urbano favorecia o contato entre escravos e outros segmentos da população também explorados, como libertos e pobres livres, permitindo o surgimento de diversas solidariedades.²³⁹ Essas relações que surgiam na rua, muitas vezes, se estendiam para o ambiente do lar e vice-versa. A documentação não evidencia como os personagens que descrevemos se conheceram. Acreditamos que em muitos casos o parentesco étnico unido às atividades de trabalho e compromissos amorosos acabaram cruzando a vida dessas pessoas. Analisando a relação de parentesco entre africanos, Reis afirma que esses laços se davam seja através do parentesco ritual seja envolvendo os escravos e libertos mulçumanos ou aqueles que tinham relação de apadrinhamento com o batismo católico.²⁴⁰ Para além dos laços étnicos e ritos religiosos existiam, também, laços de parentesco e amizades que sobreviveram à viagem atlântica.

Provavelmente por motivos como esses, em alguns momentos os africanos aqui citados foram ligados uns aos outros. Leonardo Freitas, pardo, solteiro, natural de Salvador, com 50 anos, que também vivia de negócio, morador da Freguesia da Sé, era um frequentador da casa de Elesbão. Dizia ter mais ou menos um mês que estivera naquela casa onde também moravam Emerenciana e Maria do Bonfim.²⁴¹ Tanto Maria como suas companheiras moravam próximas à casa de Elesbão, exerciam a mesma atividade que Emerenciana, possivelmente no mesmo local. Reis constatou que a maioria dos envolvidos na insurreição eram vizinhos, o que consolidava laços comunitários, facilitava a comunicação e a própria conspiração.²⁴² É muito difícil saber qual era a real estrutura de moradia existente no fogo de Elesbão e de qualquer outro depoente nesse caso. “No interior de casebres, lojas e quartos pobres e superpovoados, libertos e escravos tentaram redefinir como viver de maneira mais independente de seus senhores e autoridades”.²⁴³

Gráfico 4- Ruas Conceição da Praia citadas no Levante

²³⁸ Reis, *Rebelião Escrava*, pp. 393-4.

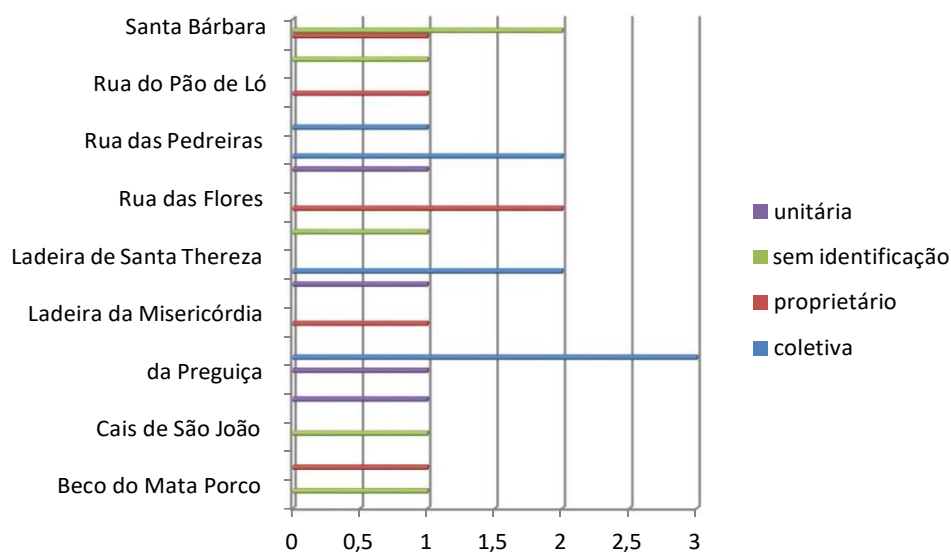
²³⁹ Costa, “Ekabó”, p. 194.

²⁴⁰ Reis, *Rebelião Escrava*, p. 412.

²⁴¹ APEB, Salvador, Anais, SCT/APEB, Devassa do Levante de escravos.

²⁴² Reis, *Rebelião Escrava*, p. 416.

²⁴³ Reis, *Rebelião Escrava*, p. 416.



Fonte: Devassa do Levante de escravos em Salvador, 1835.

Localizamos através do Gráfico 4 esses e outros endereços citados ao longo do tópico. Também observamos que a maioria dos escravizados, nos interrogatórios, associava sua moradia aos proprietários. A mesma explicação foi dada por Maria Ignez, africana de nação nagô, escravizada, ganhadeira, que afirmava morar na Saúde, no distrito de Santana, na casa de sua senhora Dona Mathildes Fellipa d'Oliveira e que guardava na Conceição da Praia seu tabuleiro ou caixinha na casa de José de nação nagô. Segundo Reis, quase 28% dos escravos réus no processo dos Malês habitavam a Conceição da Praia e o Pilar, pois essas duas localidades ficavam próximas de seus pontos de trabalho como remadores de saveiro, carregadores e vendedores ambulantes.²⁴⁴ Dos 4 proprietários que foram indicados pelos escravizados, 2 moravam em outras freguesias e apenas 2 moradores na Conceição da Praia.

Já os alforriados viviam em sua maioria em moradias coletivas, sendo 6 indivíduos, entre eles, Felicidade, Maria do Bonfim e Claudina. Morando sozinhos, apenas 4. José da Costa era um desses moradores que viviam sozinhos, mas nunca estava só. Morando na Preguiça, africano forro de nação jeje, calafate de ofício, recebia em sua casa Anacleto, escravizado, que usava essa casa para encontros com uma mulher. Outras pessoas guardavam seus carregos e outros pretos nagôs usavam a habitação para conversar. Pelo Gráfico 4, observamos que as casas estavam localizadas nas regiões mais centrais, como Santa Bárbara e Misericórdia. Outros lugares que aparecem no gráfico e que ficavam localizados nas regiões periféricas da freguesia

²⁴⁴ Reis, *Rebelião Escrava*, p. 393.

foram as Pedreiras e Ladeira de Santa Tereza, que faziam fronteira respectivamente com a Freguesia da Vitória e São Pedro Velho.

Não podemos desconsiderar o papel dessas casas como local de articulação para revoltas, mas quero também enfatizar esses espaços como locais de sociabilização, como quilombos urbanos, como local de entretenimento, convívio, aprendizado onde libertos, escravizados e livres fortaleciam seus laços culturais, religiosos, pessoais, sociais e financeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos 14 de dezembro de 1827 morria Ana Josefa de Medeiros com 103 anos de idade, africana de nação mina, forra e viúva de Francisco Jorge, também africano. Ana Josefa era agregada e moradora da Rua das Grades de Ferro, na casa de Antônio Francisco Jorge, também, africano, porém de nação jeje, forro e casado. Eram moradores de um dos logradouros mais populosos da Freguesia da Praia no período aqui estudado e que tinha uma forte presença da população de cor. Chegar aos 100 anos não era uma realidade para a maioria da população de cor escravizada ou forra. Viver tantos anos em um sistema que oprimia, reprimia, explorava, em que as condições de vida estavam pautadas pela exploração do trabalho, pela precariedade das condições de vida. Quando pensamos em trazer para a discussão questões em torno dos arranjos de moradia da população de cor moradora de uma freguesia tão populosa, central, comercial e portuária como a Conceição da Praia, queríamos identificar as relações que baseavam a busca de um lar para descansar ou de uma casa para criar laços familiares.

Como vimos, a população que aqui é personagem principal era associada à rua - a casa era considerada um reduto da “boa moral” e de status social. Mulheres expostas à rua eram julgadas como de fácil acesso, crianças e adolescentes, moleques e homens sem atividades comprovadas, vadios ou vagabundos. Nessa perspectiva, de que o lar fortalecia a moral e os valores daquela sociedade branca e escravocrata, pensar moradia de escravizados e libertos por meio de indícios encontrados na documentação que apresentamos, até agora, foi algo desafiador. Foi um trabalho de reconstrução através dos indícios, das pequenas pistas que encontramos ao longo do cruzamento das fontes.

Nesse estudo buscamos identificar como a população de cor articulava a sua morada e quais eram os arranjos de moradias mais presentes na documentação policial, judiciária e dos livros de assento de óbito. As histórias apresentadas ao longo dos capítulos apontam a quão movimentada, pulsante e viva era a Freguesia da Praia. Além de apresentar o quão detalhista e observador era o cônego Dendê Bus. Nessa amostragem, conseguimos, utilizando o olhar daquele pároco sobre a localidade e pessoas, levantar hipóteses sobre o habitar de uma parcela daquela população.

Mapear localidades, identificar relações pessoais não é um trabalho fácil. Querendo muitas vezes identificar no silêncio frio da documentação quais eram sentimentos e os significados de lar para aquelas pessoas, por diversas vezes questionamos: será mesmo que para aquelas pessoas que dividiam aqueles espaços, as mínimas conquistas diárias, aquelas lojas,

casas, casebres, sótãos, cortiços eram apenas lugares para descansar ao longo do dia? Ou aquelas casas de moradia que muitas vezes davam espaços a diversos acontecimentos, representavam o lugar de resistência, de luta pelo mínimo de privacidade, criação de laços sanguíneos, parentesco ou laços familiares?

Notamos que nessa amostragem poucos foram os casos de escravizados morando sozinhos ou dividindo espaço com outros escravizados e libertos. A presença na residência senhorial, nesse estudo, foi superior, pode ser porque a Freguesia da Praia no período aqui estudado era uma região fortemente habitada por comerciantes, uma freguesia de extensão reduzida, com poucas opções de estruturas habitacionais. A Conceição da Praia era formada em sua maioria por sobrados que ocupavam quase toda sua extensão territorial, deixando muito pouco espaço para construção de casebres ou cortiços.

Alguns sobrados, com o passar do tempo e com a migração de antigos donos para outras regiões, acabavam sendo ocupados e subdivididos por pessoas dos mais diferentes extratos sociais. Mas, entre os anos de 1824 a 1836, isso ainda não era tão frequente no bairro da Praia. Restava àquela população escravizada, que se dividia entre o trabalho doméstico e do ganho, habitar o lar senhorial com filhos e, em alguns casos, maridos e esposas. Nesses casos não conseguimos identificar onde ficavam seus espaços, casebres construídos nos quintais, lojas com divisão desses lugares com outros escravizados ou forros, espaços para se deitar e dormir em corredores, cozinhas e outros espaços dentro dessas localidades.

Outro ponto importante deste trabalho é que no universo de 1483 pessoas, com 406 pessoas escravizadas, identificamos apenas 8 pessoas morando sobre si. Para entender estes dados, é preciso considerar que: 1) alguns escravizados no momento da morte estavam na casa dos escravizadores, que se incumbiam de cuidar deles em caso de enfermidade/acidente e o registro era produzido partindo da informação de onde a pessoa morria (poucas vezes se o(a) falecido(a) não fosse de outra cidade ou freguesia constava outra moradia que não fosse a do momento do óbito); 2) A falta de censos para esse período e localidade é um dificultador para sabermos quem eram os moradores e em que ruas havia maior incidência de escravizados que moravam sobre si, assim como a ausência, no arquivo, das relações de moradores que foram produzidas partindo das diligências postas no Edital de 1833, discutido no capítulo 2 deste trabalho; 3) Usar o livro de óbito como base para entender os arranjos e relações de moradias existentes na Freguesia da Praia, naqueles doze anos, foi possível, apesar das limitações, porque o cônego Dendê Bus, naquele período, conseguiu registrar detalhes sobre a moradia daquela população. Mas acreditamos que o universo de escravizados morando sobre si poderia ser

superior às oito incidências encontradas no banco de dados. Na verdade, foram oito vezes que o termo “morar sobre si” ou “seu” apareceu na documentação, mas por diversas vezes notamos que muitos escravizados dividiam moradia com outros escravizados, libertos ou até mesmo ocupavam espaços possivelmente alugados em residências de pessoas brancas ou embranquecidas.

Através deste estudo conseguimos levantar algumas hipóteses, entender algumas ausências e até mesmo perceber algumas permanências com relação as questões de moradia da população preta na atualidade. Quando li *Casa de Alvenaria* de Carolina de Jesus, em alguns momentos, aquele relato de sua vida naquela favela de São Paulo e as descrições das casas me fazia imaginar como seria aquele casebre de José da Costa, no Beco do Mataporco, e sua vizinhança, que manobras sociais e econômicas os personagens desse estudo tiveram que enfrentar para viver e sobreviver. Quando ligo a televisão e vejo no jornal casas de pessoas pretas em comunidades que são invadidas e, muitas vezes, as pessoas são levadas presas, quando não são mortas, me faz pensar na casa de Teresa que foi invadida, sua privacidade devastada e seus objetos religiosos expostos, até mesmo quebrados, e tanto ela como o marido presos. Esse trabalho abre nosso olhar para reflexões sobre questões vivenciadas na atualidade e que são marcadas historicamente na vida da população de cor no Brasil.

REFERÊNCIA

ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”, in Laura de Mello e Sousa (org.). *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997), pp. 83-154.

AMORIM, Inês. “Os portos marítimos- uma perspectiva patrimonial, na longa duração”, in Maria Cecília Velasco e Cruz, Maria das Graças de Andrade Leal, José Ricardo Moreno Pinho (orgs), *Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos*, Salvador: EDUFBA, 2016, p.49.

AZEVEDO, Thales. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador: Itapuã, 1955.

BARROS, José D’Assunção. *Cidade e história*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRITO, Luciana da Cruz. *Temores da África: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista*. Salvador: EDUFBA, 2016.

CÂMARA, Marcos Paraguassu de Arruda. *Conceição e Pilar: Freguesias Seculares do Centro Econômico e do Porto de Salvador até o século XIX*. Salvador. FFCH/ Universidade Federal da Bahia, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. “Ekabó: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX”. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador, 1989.

_____. “Espaços negros: ‘cantos’ e ‘lojas’ em Salvador no século XIX. *Caderno CRH*, Salvador, v. 4, p. 18-34. 1991. Suplemento.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemias na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA: Sarah Letras, 1996.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani, São Paulo, Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*: prefácio de Ecléa Bossi. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *História social em registros paroquiais: (Sul- Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Organização Roberto Guedes. João Fragoso. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*. 1ª. ed. Salvador, São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1995.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito Ferreira. “Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)”. *Revista Afro- Ásia*, n. 21-22 (1998-1999), pp. 239-256.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 10ª ed. Rio de Janeiro; Record. 1998.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução A. J. L. (Coleção Reconquista do Brasil. 2ª. série; v. 157). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. Tradução Berlio Vargas. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

GUDEMAN, Stephen e SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In João José Reis (org.), *Escravidão e Invenção de Liberdade* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1988).

HABSBURGO, Maximiliano. 1832- 1867. *Bahia, 1860: Esboços de viagem*, Tradução de Antonieta da Silva Carvalho e Carmem Silva Medeiros; prefácio de Kátia M. de Queirós Mattoso; introdução, notas e revisão geral de Moema Parente Augel. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

HOLTHE, Jan Maurício Oliveira Van. “Quintais urbanos de Salvador: realidade, usos e vivências no século XIX”. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, v. 2, n.1 (2003).

LEAL, Maria das Graças de Andrade. “O Trapiche Barnabé no contexto portuário da Salvador do século XVIII ao XX”, in Maria Cecília Velasco e Cruz, Maria das Graças de Andrade Leal, José Ricardo Moreno Pinho (orgs.), *Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos* (Salvador: EDUFBA, 2016).

LOPES, Ana Cláudia de Jesus. Entre farrapos e trapos: formação e cotidiano das habitações populares coletivas na cidade do Salvador (1850- 1899). Monografia de graduação, UFRB, Cachoeira, 2013), p.53.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. “Deus e o diabo na biblioteca de um cônego da Bahia: o inventário dos livros do padre Manoel Dendê Bus em 1836”. *Rev. hist.* n. 171 (2014), pp. 245-286.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAROCCI, Gina Veiga Pinheiro. “Idealização Urbana no Governo do Conde dos Arcos”, in Jaime Nascimento e Hugo Gama (orgs.), *Urbanização de Salvador em três tempos* (Salvador: Instituto Geográfico da Bahia, 2011), pp. 83-111.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. “Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)”. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, 1998

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: Astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850- 1888)*. Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Bahia no século XIX; Uma província no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

PALAFOZ, Jamile de Brito. “Desordeiras e Turbulentas: as presas da Correção de Salvador (1889-1890)”, Dissertação Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

PARÉS, Luis Nicolau. *A Formação do Candomblé: histórias e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo, Editora da Unicamp, 2007.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, Paris e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

_____. “A urbanização de Salvador em Três Tempos- Colônia, Império e República”, in Jaime Nascimento e Hugo Gama (orgs.), *Textos Críticos de História Urbana* (Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011).

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros. Salvador, 1790/ 1890*. Editora Corrupio, 1988.

_____. “Viver e Morrer no meio dos seus”. *Revista USP*, n. 28 (1995/1996), pp. 174-193.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada- 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

_____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

_____. “Entre parentes: nações africanas na cidade da Bahia, século XIX”. In Evergton Sales Souza, Guida Marques e Hugo R. Silva. (orgs.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. 1ª ed. (Salvador e Lisboa: EDUFBA e CHAM, 2016), v. 1.

_____. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24 (2000). DOI: 10.9771/aa.v0i24.21000. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21000>.

_____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

SANTOS, Ynaê Lopes. *Além da Senzala: arranjos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

SANTOS, Tatiane Coelho dos. “Lixos, entulhos e Imundices: A ordem nas ruas de Salvador (1834-1855)”. Dissertação de Mestrado em História Social, UFBA, Salvador, 2011.

SOARES, Cecília Moreira. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, n. 17 (1996).

_____. *A negra na rua, outros conflitos*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001, pp.35-47.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____, et al. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

SOUZA, Avanete Pereira. “Poder local e cotidiano: a câmara de Salvador no século XIX”. Dissertação de Mestrado em História Social, UFBA, Salvador, 1996.

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues de. “Perseguidores da espécie humana”: capitães negreiros da Cidade da Bahia de Souza. Dissertação de Mestrado em História Social, UFBA, Salvador, 2011.

_____, Carlos Eugênio Líbano e Carlos da Silva Jr. *Africanos na cidade da Bahia: tráfico negreiro, escravidão e identidade africana- século XVIII*. Cruz das Almas: EDUFRB: Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SOUZA, Daniele Santos de. “Entre o serviço de casa e o ganho: escravidão em Salvador na primeira metade do século XVII”, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª ed. Salvador: EDUFBA. Coedição: EDUNESP, 2008.

THOMPSON, E.P. (Edward Palmer), 1924-. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Traduçãoorg de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ZUCCONI, Guido. *A cidade do século XIX/ Guido Zucconi*. Tradução e notas Marisa Bardal. São Paulo: Editora Perspectiva, 1^a ed., 2009.